

2015 - ANO VIII - NÚMERO I  
ISSN 1982-8713



**NEARCO**

Revista Eletrônica de Antiguidade

Núcleo de Estudos da Antiguidade - UERJ

**Reitor**

*Ricardo Vieira Alves de Castro*

**Vice-reitor**

*Paulo Roberto Volpato Dias*

**Extensão e cultura**

*Regina Lúcia Monteiro Henriques*

**IFCH - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS****Diretor**

*Dirce Eleonora Rodrigues Solis*

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA****Chefe**

*Beatriz Vieira (pro tempore)*

**Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UERJ)**

*Lucia Maria Bastos P. das Neves*

**NEA - NÚCLEO DE ESTUDOS DA ANTIGUIDADE****DIRETORA**

*Maria Regina Candido*

**EDITORES**

- *Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Maria Regina Candido*
- *Prof. Ms. Junio Cesar Rodrigues Lima*

**DIAGRAMADORES**

- *Prof. Ms. Junio Cesar Rodrigues Lima*
- *Prof. Rafael Silva*
- *Prof. Doutorando José Roberto de Paiva Gomes*

**REVISOR DE PERIÓDICO**

- *Prof. Ms. Renan M. Birro*

## CONSELHO EDITORIAL

- Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Prof.<sup>ca</sup> Dr.<sup>ca</sup> Carmen Soares - Universidade Coimbra
- Prof. Dr. Daniel Ogden - Exeter University London
- Prof. Doutorando Devid Valério Gaia - Universidade Federal de Pelotas
- Prof. Dr. Fabio Faverrani - Universidade Federal de Ouro Preto
- Prof. Dr. Fábio Joly - Universidade Federal de Ouro Preto
- Prof.<sup>ca</sup> Dr.<sup>ca</sup> Margaret M. Bakos - Pontifícia Universidade Católica - RS
- Prof.<sup>ca</sup> Dr.<sup>ca</sup> Maria Cecilia Colombani - Universidad Moron - Universidad Mar Del Plata
- Prof.<sup>ca</sup> Dr.<sup>ca</sup> Maria do Carmo Parente Santos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Vicente Carlos R. Alvarez Dobronuka - Universidade de Brasília

## CONSELHO CONSULTIVO

- Prof. Dr. Claudio Umpierre Carlan - Universidade Federal de Alfenas
- Prof.<sup>ca</sup> Ms.<sup>ca</sup> Giselle Marques Câmara - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Fábio Vergara - Universidade Federal de Pelotas
- Prof. Dr. Julio César Gralha - Universidade Federal Fluminense - Pólo Campos dos Goytacazes
- Prof.<sup>ca</sup> Dr.<sup>ca</sup> Kátia Maria Paim Pozzer - Universidade Luterana do Brasil - Canoas
- Prof.<sup>ca</sup> Doutoranda Lilibiane Coelho - Centro Universitário Campos de Andrade
- Prof.<sup>ca</sup> Ms.<sup>ca</sup> Miriam Lourdes Imperizelle Luna da Silva - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Moacir Elias Santos - Centro Universitário Campos de Andrade
- Prof.<sup>ca</sup> Dr.<sup>ca</sup> Renata Senna Garraffoni - Universidade Federal do Paraná
- Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari - Universidade Estadual de Campinas



Capa: Junio Cesar Rodrigues Lima

*Nike*

[http://img4.wikia.nocookie.net/\\_\\_cb20120528095451/olympians/images/c/cc/4445598157\\_0de0fa8f54.jpg](http://img4.wikia.nocookie.net/__cb20120528095451/olympians/images/c/cc/4445598157_0de0fa8f54.jpg)

Editoração Eletrônica: Equipe NEA

[www.nea.uerj.br](http://www.nea.uerj.br)

Indexado em Sumarios.org e AWOL – Ancient World On-line

**CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS / CCS/A**

N354 Nearco: revista eletrônica de antiguidade. - Vol. 1, Ano VIII, n.1  
(2015) – Rio de Janeiro:UERJ/NEA, 2015 - v.14 : il.

Semestral.

ISSN 1982-8713

1. História antiga - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Núcleo de Estudos da Antiguidade.  
CDU 931(05)

# Sumário

## Editorial

*Maria Regina Candido; Junio Cesar Rodrigues Lima, 6*

## Artigos

### **CIDADÃOS E NÃO CIDADÃOS NA ATENAS NO PERÍODO CLÁSSICO: O PROCESSO CONTRA NEERA**

*Janaino Ferreira da Silva, 7*

### **GLADIADORES E O IMPÉRIO: OS PODERES NAS ARENAS ROMANAS (SÉCULOS I E II D.C.)**

*Jason José Guedes Junior; Maria Regina Candido, 32*

### **A ECONOMIA ROMANA REVISITADA: OS ESPETÁCULOS E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA DA CULTURA**

*Kimon Speciale B. Ferreira, 47*

### **LUOGHI DI CULTO IN GROTTA NELLA CHORA DI CIRENE**

*Maria Cristina Napolitano; Filippo Venturini, 59*

### **PRESENÇAS IMPERIAIS NAS VILLAE DE STABIAE (COLLINA DI VARANO)**

*Maricé Martins Magalhães, 87*

### **EU TE SAÚDO FILHA DE LEDA! HELENA DE TRÓIA, A SACERDOTISA DE EURÍPEDES (412 a. C)**

*Marina Pereira Outeiro, 105*

### **THE PRIVATI SHRINE AT CASTELLAMMARE DI STABIA (BAY OF NAPLES, ITALY)**

*Mario Notomista, 133*

### **ÉSQUILO E “OS PERSAS”: REPENSANDO A REPRESENTAÇÃO DO BÁRBARO**

*Pierre Romana Fernandes, 150*



## Resenhas

### **OS AGENTES DE PODER NA URBE ROMANA**

*Junio Cesar Rodrigues Lima, 168*

### **O IMPERIALISMO ROMANO NA HISPÂNIA: O CASO DE SAGUNTO**

*Semiramis Corsi Silva, 176*

## Editorial

Este número da Revista Eletrônica de Antiguidade NEARCO ratifica o Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA/UERJ) como um lugar de divulgação e produção do saber acadêmico. Nesses dezessete anos de organização estabelecemos diversas publicações que tiveram a preocupação não somente de publicar artigos de professores renomados, mas de alunos de graduação e de pós-graduação com propostas de trabalhos interessantes e inovadoras.

Estamos na modernidade, ou na pós-modernidade e como historiadores devemos acompanhar as transformações do mundo. Quando divulgamos pesquisas em meios eletrônicos, novas formas de mídia e internet, nós objetivamos estabelecer ações que valorizem o diálogo interdisciplinar que permita ao historiador importar técnicas, teorias, métodos e problemáticas de outras áreas da ciência, contribuindo para uma análise histórica abrangente que proporcione a comunidade científica abordar temáticas associadas à instrumentalização e utilização de novas tecnologias.

Partindo desse pressuposto, a Revista NEARCO publica alguns artigos oriundos de oriundos de pesquisadores estrangeiros que fundamentam suas pesquisas no diálogo entre Cultura Material, Arqueologia e História. Os trabalhos publicados discutem assuntos que complementam ou ampliam o que alguns livros tratam de forma mais generalizada. Assim, ao divulgarmos tais pesquisas históricas procuramos enriquecer, ampliar o debate, propor novas metodologias e potencialidades originadas do senso crítico dos pesquisadores.

Boa Leitura!

*Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Maria Regina Candido  
Prof. Ms. Junio Cesar Rodrigues Lima*

# CIDADÃOS E NÃO CIDADÃOS NA ATENAS NO PERÍODO CLÁSSICO: O PROCESSO CONTRA NEERA

*Janaino Ferreira da Silva<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivos precípuos compreender os aspectos políticos que motivaram ou contribuíram para a ação pública no Processo contra Neera. A ação processual - que ocorreu em Atenas no período clássico - contra os acusados Neera e Estéfanos, se dá numa época em que o cenário político estava mobilizado pela real ameaça de Filipe da Macedônia. Depois da derrota na guerra do Peloponeso na qual Esparta saiu vencedora, Atenas se vê diante da possibilidade de seus aliados desacreditarem de sua capacidade militar, abandonando-a, o que poderia fazer com que a polis dos atenienses assistisse seus últimos domínios comprometidos. Durante o processo, que versa sobre usurpação de cidadania, - além de outros delitos, - nomes de personalidades importantes surgem e descortinam uma série de acusações de ordem política, ética e moral; de modo que a questão da cidadania ateniense volta ser discutida na Eklésia. De fato, os costumes e a tradição da polis ateniense se veem sob a ameaça de desestruturação e desagregação.

**Palavras-chave:** Atenas; História Política; Poder Político; Guerras; Cidadania; Estrangeiros; Escravos; Prostitutas.

## ABSTRACT

This paper essential goal is to understand the political aspects that motivated or contributed to public action in proceedings against Neera. The procedural action - which took place in Athens in the classical period - against the accused Neera and Estefanos, occurs at a time when the political landscape was mobilized by the real threat of Philip of Macedon. After the defeat in the Peloponnesian War in which Sparta won, Athens is faced with the possibility of its allies discredit his military capacity, abandoning it, which could cause the polis of the Athenians to compromise its last domains. During the process, which deals with usurpation of citizenship - and other

---

<sup>1</sup> Pesquisador do Núcleo de Estudos da Antiguidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Especialista em História Antiga e Medieval pelo CEHAM – UERJ; Orientadores: Prof. Doutorando Alair Figueiredo Duarte e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Regina Candido.

offenses - important personalities names arise and unveil a number of political order charges, ethics and morals; so that the issue of Athenian citizenship back to be discussed in the ekklesia. In fact, the customs and the tradition of the Athenian polis find themselves under threat of disruption and breakdown.

**Keywords:** Athens; Political History; Political Power; Wars; Citizenship; Foreigners; Slaves; Prostitutes.

## INTRODUÇÃO

Pensar a pólis de Atenas do período clássico é, sobretudo, pensar no cenário político e tudo o que está subsistindo sob a égide daquela sociedade políade; isto inclui todos os gêneros que ali compartilham o mesmo espaço distintamente: sejam livres ou escravos, mulheres e crianças, estrangeiros livres, comerciantes e mercadores, além de outros. Para aqueles atenienses que viviam especificamente numa democracia a inferioridade de um em relação ao outro é indissociável da vida cotidiana, sendo algo que precisa ser lembrado, inclusive para efeito de constituição da polis. Nessa relação onde “poder” é o fim, é o cidadão – homem – pleno, quem está provido de superioridade sobre os demais *seres*; com efeito, aqueles que têm a proeminência *da palavra*. De acordo com Aristóteles, por exemplo, esse homem, teria superioridade em relação à mulher, e, seu sentimento de justiça e qualidades morais se distingue daqueles que são inferiores; isto fica evidenciado ao Estagirita citar que “o silêncio dá graça às mulheres”, embora isto em nada se aplique ao homem (POLÍTICA:1260 a e b).

De acordo com Maria da Graça Ferreira Schalcher, isto recoloca em questão a fraqueza da mulher. Para a pesquisadora ainda que a mulher pertença ao gênero humano, que todas as partes da alma estão nela presentes, ele considera esta pessoa distinta ao homem[...] pois falta a ela a capacidade de decidir (SCHALCHER, 1998:338 – Apud. ECCO CLOVIS,)<sup>2</sup>. De certo, é o cidadão pleno – aquele que goza do direito de

---

<sup>2</sup> Considerações sobre o tema da mulher no pensamento de Aristóteles. In: Phonix, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998. Apud. Ecco, Clovis: Sagrado e subjugação do universo feminino – FACUNICAMPS – Núcleo de Pesquisa e Extensão - 2011

exercer função pública, justiça, participar das assembleias, e demais atribuições que constitucionalmente são vetadas a outros indivíduos, que tem o status elevado perante os demais. Se esta relação de submissão referente à mulher ateniense define seu lugar social e político, o que diremos das outras? daquelas que foram definidas na polis como *pornè*? Com efeito, este termo, etimologicamente, significa “vendida” ou “à venda”, numa referência explícita à profissão daquelas mulheres que em sua grande maioria eram escravas, ou seja, haviam sido vendidas num mercado de escravos (SALLES, 1983:21). É oportuno ressaltar, que a *pornè*<sup>3</sup> seria o estágio inicial de uma miserável mulher que ingressara de modo não opcional nesta carreira.

É diante deste cenário político grego do IV a.C., na qual propiciava o livre comércio de escravos, que surge Neera – ainda menina – vendida num lote de sete crianças; observe a citação: *Nicaretá, uma liberta de Elen Carisios e esposa do famoso cozinheiro Hípias, comprou sete meninas ainda muito crianças [...] fazia-as passar por suas próprias filhas e dizia que eram de nascimento livre, a fim de arrancar somas mais vultuosas das pessoas a quem ela as prostituía.* ([D.]59.18-19)<sup>4</sup>. A exemplar história de Neera vislumbra as diversas etapas vividas por essas mulheres, que desde suas tenras idades, eram educadas e iniciadas na vida galanteadora dos prazeres; revelando o *status quo* em que se encontrava o mundo da prostituição no período clássico. Nesse universo onde os gêneros têm lugares específicos, são as prostitutas, cortesãs que acompanham os homens pelos banquetes e atividades pública onde discutem sobre diversos temas e política; já que as esposas estavam restringidas ao espaço familiar – o *Oikos*.

A peça processual “Contra Neera” trata-se de um discurso pronunciado pelo

---

<sup>3</sup> Em Atenas havia duas categorias destinadas a satisfazer o desejo do corpo, a saber: as *ἑταῖραι* (*hetairai*) e as *πορνῆαι* (*pornai*) que provém da mesma raiz de *πέρνηαι* que significa vender e do verbo *πεπορνευσμένος* – Particípio perfeito de *πορνευσταί*. Ambas são palavras gregas usadas para identificar uma mulher que aceita dinheiro em troca da oferta de favores do corpo, ao qual traduzimos em nossa cultura por prostituta. In Maria Regina Candido - A Feitiçaria na Atenas Clássica, pg.86 – FAPERJ – 2004.

<sup>4</sup> Contra Neera – Demóstenes 59.18-19.

eminente orador político Apolodoro, que de acordo com a pesquisadora Catherine Salles, *seria um bom pretexto* para o partido de Apolodoro desmoralizar seu adversário político ([D.]59.4-6); no caso, Estéfanos – que pertencia ao partido dos “pacíficos” - e encontrava-se na condição ilegal como esposo de Neera (SALLES;1983:45). Sendo Estéfanos, um cidadão ateniense legítimo, admitiu ainda em sua fratria, os filhos de Neera, uma prostituta liberta, como se fossem filhos *legítimos*. Tal condição pressupõe que o orador Apolodoro encontra legitimidade que justifica o pleito diante da Eklésia; uma vez que isto fica evidenciado nos discursos dos oradores na narrativa processual que fora feito através de uma minuciosa investigação dos acusados. Com efeito, “vingar-se” parece ser de fato os objetivos de Apolodoro e seu cunhado Teomnesto em relação ao pretense esposo de Neera ([D.]59.16,1-4;126). Tal enredo seria bem adequado à polis dos atenienses, local de disputas políticas e eminentes personalidades.

### **UMA POLIS COSMOPOLITA**

Considerada o centro do mundo cultural mediterrâneo nos séculos V e IV a. C., a Polis dos atenienses se destacava por conta das notáveis instituições, poderio militar e colonial, além de seu prestígio intelectual e artístico<sup>5</sup>, Seu solo era rico em argila e minérios; tendo o Pireu como principal porto<sup>6</sup>, do qual, seus trieres mantinham o controle marítimo do Mar Egeu através de patrulhas e localização de seus *empórios*<sup>7</sup> que dividiam a sua zona de influência política em cinco distritos, a saber, Jônia, Cária, Cícladas, Trácia e Bósforo<sup>8</sup>. François Chamoux nos informa que na época de seu apogeu, o poder de Atenas baseava-se essencialmente em sua esquadra. Em 431 a.C.

<sup>5</sup> Jean Travlos (Athènes au fil Du temps, 1972) mostra – mediante uma série de plantas – a evolução da cidade desde suas origens – in Nos Submundos da antiguidade, Catherine Salles, pg. 17.

<sup>6</sup> Alair Figueirido Duarte e Maria Regina Cândido - in Geografia, Memória e Identidade Social dos Thetai na Atenas Clássica – Nas Trilhas da Antiguidade e Idade Média, São Luís, 2014 - pág. 31.

<sup>7</sup> Sic. *Entrepósito militar e comercial* in Especialização Militar e Talassocracia: A Hegemonia ateniense no século V a.C. in Anais do III Encontro Nacional de Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo - Novas perspectivas sobre as práticas imperialistas na antiguidade – X Fórum de Debates em História Antiga da UERJ – 2011.

<sup>8</sup> Norberto Luiz Guarinello – Imperialismo Greco-Romano – pág. 18 – Ed. Ática - 1991

dispunha aproximadamente cerca de 300 trieres<sup>9</sup>, sem contar as dos seus aliados<sup>10</sup> que poderiam ser incorporadas à sua armada (CHAMOIX, 1983:131). É possível que o comércio ativo e a grande movimentação no Porto do Pireu – principal porta de acesso à polis - propiciasse um ambiente favorável à prática da prostituição feminina, imigração de estrangeiros (*metecos*) e o *comércio de escravos em Atenas*.

De acordo com Norberto Luiz Guarinello a liberdade dos *cidadãos* foi o que estimulou a introdução de escravos na polis dos atenienses, num processo que contribuiu naturalmente para que se tornassem uma parte crescente da população; - Um grande percentual desses escravos vieram exportados. De acordo com o pesquisador, as *origens* desses escravos eram muitas. Muitos eram prisioneiros de guerras traficados de diversas regiões (GUARINELLO, 2014:90-91) ou, cativos adquiridos por cidadãos formalmente nos mercados e ainda, de modo ilegal, por proxenetas.

O comércio de escravos era intenso, principalmente em épocas de guerra, - em geral os exércitos eram acompanhados de perto por mercadores de escravos, - principalmente piratas - esses, compravam os prisioneiros, fossem eles combatentes (soldados inimigos capturados) ou não (mulheres, crianças, velhos apreendidos como botim). A incapacidade do exército em alimentar, alojar e transportar esses numerosos cativos, (CARDOSO, 2003:53) contribuía para uma alternativa que por fim gerava proventos para ambos.

A pirataria na época clássica havia se transformado numa atividade lucrativa nas mãos de “organizações” (SALLES, 1983:49). Embora a escravização na Atenas clássica fosse uma necessidade contingencial, é importante lembrar que havia pelos menos duas categorias de escravos que eram observados de perto pela legislação ateniense: Os particulares e os públicos, esses últimos, pertencentes à própria polis.

---

<sup>9</sup>Trieres ou **Trirreme**: embarcação de guerra com propulsão a remo de 170 remadores divididos em três fileiras sobrepostas. A trirreme era armada com um aríete de ferro ou bronze na ponta.

<sup>10</sup> François Chamoux – A civilização Grega na época arcaica e clássica – pág. 130 - Edições 70 – 2003.

Ambos tinham suas especificidades dentro do contexto políade, uma vez que suas funções eram de suma importância para a produção e o crescimento da polis; assim sendo, havia regras que detinham a exacerbação de seus proprietários, como podemos verificar nas palavras de Demóstenes: [...] *quem for insolente e cometer injustiça contra outrem, seja ele criança, mulher ou homem, de condição livre ou escrava, será citado em ação pública* (D. Contra Mídias, 45 – Apud. FERREIRA, 2004:106). De acordo com o orador ático fica esclarecido que na prática não havia distinção entre livre e escravos, sexo ou idade quando o indivíduo estivesse na iminente possibilidade de ser execrado por um possível proprietário algoz.

### **UMA MATEMÁTICA INDISTINTA E COMPLICADA**

A Atenas a partir do século V a.C. apresentava um grande crescimento populacional, fornecia numerosas oportunidades de trabalho a cidadãos e a estrangeiros que eram *encorajados* a se deslocarem para aquela área; o resultado foi uma polis superlotada, o que contribuiu significativamente em níveis demográficos para o “inchaço populacional” concentrando-se a partir da região do *Porto do Pireu*. É oportuno destacar que nem todos os estrangeiros eram efetivamente escravos – como artesãos, comerciantes, mercenários e outros que possuíam estatuto especial – Muitos desses trabalhadores concentravam-se no Porto do Pireu e participavam da vida social dos atenienses.

Embora declare que *na História Antiga os dados estatísticos sejam quase inexistentes*, François Chamoux ao citar V. Eherenberg, diz que no início da guerra do Peloponeso, por volta de 432, Atenas devia contar com cerca de 40.000 cidadãos (ou seja, com as suas famílias, quase 150.000 pessoas), 10.000 a 15.000 metecos (ou seja, com as famílias, 40.000 pessoas) e quase 110.000 escravos, numa população total de 300.000 almas<sup>11</sup>. Esses números parecem ter sido reduzidos drasticamente no decorrer da Guerra do Peloponeso, seja pelos combates com bárbaros, seja pelos

---

<sup>11</sup> François Chamoux – A civilização Grega na época arcaica e clássica – pág. 216 - Edições 70 – 2003.

próprios helenos ou ainda de uns contra os outros. Nas palavras de Tucídides, no decorrer da Guerra do Peloponeso, cidades inteiras foram capturadas e devastadas, e nunca, tanta gente fora massacrada (TUCÍDIDES, I,23).

De acordo com Claude Mossé as consequências imediatas da guerra foram desastrosas para a Ática: Devastação dos campos, diminuição das trocas comerciais, paragem quase total da exploração das minas do Láurio, declínio da produção artesanal, principalmente no domínio da indústria cerâmica (MOSSÉ, 1985:41). Esse decréscimo populacional em decorrência da guerra do Peloponeso se estende aos escravos, que sendo parte desta matemática indistinta pertenciam a polis dos atenienses, sejam por estatísticas, seja por propriedade. Sobre esses, Tucídides relata que os atenienses também foram atingidos pela fuga maciça de escravos (TUCÍDIDES, VII. 27).

Segundo José Ribeiro Ferreira, numericamente, a soberania dos cidadãos era a de uma minoria e apesar da falibilidade e insegurança das cifras e estatísticas, tudo indica que o seu numero não teria ultrapassado os quinze por cento da totalidade da população em Atenas (FERREIRA, 2004:27). Segundo o pesquisador, em Atenas, de autor para autor, a variabilidade no número de habitantes ultrapassa com frequência os cinquenta por cento.

Criticada frequentemente de ser uma democracia *esclavagista*<sup>12</sup>, por não se diferenciar das oligarquias, contradizendo o sentimento de orgulho por parte dos atenienses em possuírem a isonomia, a isegoria e a isocracia; José R Ferreira observa o problema no âmbito do conceito de “maioria” e “igualdade perante a lei” ao afirmar – ainda que com precaução - que diante do *quadro apresentado*, por volta de 430, ao iniciar a guerra do Peloponeso, da população total de trezentos mil, apenas cerca de

---

<sup>12</sup> Tipo de relação ecológica entre seres vivos onde um ser vivo se aproveita das atividades, do trabalho ou de produtos produzidos por outros seres vivos. *As formigas cuidam e protegem os pulgões para obter o açúcar deles.* <http://www.dicionarioinformal.com.br/esclavagista/> - Acesso em 21 março 2015; às 12h26min.

trinta a quarenta mil seria cidadãos (FERREIRA, 2004:104); conforme mostra o quadro a seguir proposto pelo pesquisador:

**Quadro**<sup>13</sup>

	Gomme	Ehrenberg	Lauffer	Glott
<b>Cidadãos</b>	43	35 a 45	30	c. 42
<b>Cidadãos e familiares</b>	172	110 a 180	150	135 a 140
<b>Metecos</b>	28,5	25 a 40	50	c. 70
<b>Escravos</b>	115	80 a 110	100	200 a 210
<b>População Total</b>	316	215 a 300	300	c. 405 a 420

Os números do quadro são dados em milhares e foram colhidos nas obras seguintes: A.W. Gomme, *The population of Athens in the Fifth and Fourth Centuries B.C.*, Oxford, 1933 (em especial p. 26); V. Ehrenberg, *The Greek State*, pp. 32.; S. Lauffer, “Antike u und moderne Demokratie” in F. Hörmann (Ed.), *Die alten Sprachen im Gymnasium* (München, 1968), pp. 33-34; G. Glott, *Histoire Grecque II* (Paris, 1931) pp. 222-228. – in José Ribeiro Ferreira – *A Grécia Antiga – A Democracia Ateniense* – pág. 104 – Lugar da História – 2004.

Sendo assim, como apenas os cidadãos tinham direitos políticos, somente cerca de quinze por cento da totalidade da população faria *jus* a tais prerrogativas. Isto corroboraria com a definição que Ehrenberg usou sobre a democracia ateniense, que não passava de uma “aristocracia alargada”<sup>14</sup>.

Nesse universo ateniense, são os cidadãos que se destacam como os únicos detentores dos direitos, que à vista dos gregos, *permitem ao homem ser realmente um homem*. A atribuição e a concessão desses direitos decorrente da cidadania, raramente concedido a estrangeiros, era um privilégio que “factualmente” podia acontecer por

<sup>13</sup> *Apud.* José Ribeiro Ferreira – *A Grécia Antiga – A Democracia Ateniense* – pág. 104 – Lugar da História – 2004.

<sup>14</sup> in José Ribeiro Ferreira – *A Grécia Antiga – A Democracia Ateniense* – pág. 105 – Lugar da História – 2004. Ehrenberg. *The Greek State*, p. 50; Reinhardt, *Tradition und Geist* (Göttingen, 1960), p.257.

circunstâncias excepcionais e/ou ainda, se recorrer a alterações na legislação quando a necessidade de recompor a defasagem de cidadãos - em decorrência principalmente das baixas nas guerras, pestes, interesses político ou por qualquer outro motivo - que assim exigissem, como nos informa Aristóteles: [...] *mas sob várias formas de constituição a lei eleva à condição de cidadãos até mesmo estrangeiros; [...] como, porém, estas pessoas somente ascendem à cidadania em decorrência da falta de cidadãos legítimos (recorre-se a leis deste tipo apenas para fazer face a eventuais decréscimos de população* (POLÍTICA, III.1278 b).

A respeito disto, A. L. CHEVITARESE nos informa que durante a última fase da guerra do Peloponeso, insere-se nesse caso, a concessão de cidadania ateniense à um número significativo de estrangeiros, incluindo, muitos escravos, que participaram da batalha naval das Ilhas Arginusas, em 406<sup>15</sup>.

Podendo sob esta nova realidade conceitual, influenciar nas já precárias informações que obtivemos em relação aos dados demográficos na Atenas no período clássico, uma vez que inicialmente, para efeito desta pesquisa tomamos como referência o início da Guerra do Peloponeso; panorama que indubitavelmente modifica com este *novo cenário político*. Essa linha de pesquisa corrobora com a pesquisadora Maria Regina Candido ao pontuar que a alta mortalidade somada à baixa natalidade do final do século V a.C. levou os atenienses a buscarem alternativas para suprir a falta de demanda de contingente militar e incluiu o *soldado-Mercenário* entre a comunidade ateniense (CANDIDO, 2001:34; Apud. DUARTE, 2013:62). De acordo com as pesquisas de Alair Figueiredo Duarte e Maria Regina Candido, em decorrência do conflito, a população ateniense teria sido reduzida à metade<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> **Apud.** Sobre o relaxamento desta lei nos anos subsequentes, ver, por exemplo: HANSEN, 1982, p. 176; POMEROY, 1975, p. 66; quanto aos escravos agraciados com a cidadania, ver AROSTÓFANES. As rãs 33-34, 190-91, 693-95. **In** Chevitrarese. André Leonardo. O espaço rural da polis grega: O caso ateniense no período clássico pg. 67 – Rio de Janeiro – 2000.

<sup>16</sup> Guerra e Mercenarismo na Atenas Clássica, pg.61 – Alair Figueiredo Duarte – 2013.

## A POPULAÇÃO NA ATENAS CLÁSSICA

Podemos destacar os residentes em Atenas no período clássico, longe de ser constituída maioria de cidadãos, eram os estrangeiros, escravos ou não cidadãos que formavam a maioria da população em Atenas naquele período. Na prática a sociedade ateniense era composta de cidadãos, homens livres com privilégios políticos, mulheres e crianças atenienses, os metecos, estrangeiros habitantes em Atenas que não tinham direitos político e normalmente pagavam impostos para lá permanecerem e, os escravos, - sejam prisioneiros de guerra ou comprados nos mercados – e, ainda, há casos de *filhos vendidos por pais sem condições de mantê-los ou mesmo a autoescravização* (GUARINELLO, 2014:91).

## LEI E TRADIÇÃO: UMA QUESTÃO DE INTERESSE COMUM

Conceituar “sociedade” etimologicamente distancia o que melhor definiria uma polis. Segundo Peter V. Jones, sendo esta uma palavra latina (*socius*, “um aliado”), o grego mais próximo seria koinōnia “comunidade” (Koinós, “comum, compartilhado”). As pólis gregas mantiveram o seu sentido de comunidade política através de leis de cidadania escritas e geralmente exclusivas (JONES, 1997:155).

Sir Ernest Barker resume que “a Cidade-Estado era uma comunidade autogovernada”. Para os gregos, pólis significava sempre uma comunidade e não uma área territorial. De acordo com Sir Barker cada Cidade-Estado existente tinha consciência de si como um todo, dotado de vida moral que ela própria criara e sustentava, expressando sua autossuficiência política. Para o pesquisador, pólis não era no sentido moderno uma “cidade” como a conhecemos. A polis era assim, uma sociedade ética. (BARKER, 1978:16)<sup>17</sup>. Como nos indica Aristóteles, *ser cidadão* na Atenas clássica (*especificamente em uma Democracia*) dependia de ser filho de cidadão pelo lado de pai e pelo lado da mãe, e não por um lado só<sup>18</sup> - De modo geral,

<sup>17</sup> Sir Ernest Barker – Teoria Política Grega, pg. 16 – 1978 - UNB

<sup>18</sup> Aristóteles – A Política, VI – 1275 b.

“ser um cidadão integral” se resumia no fato de *poder, pelo Direito, administrar justiça e exercer funções pública*<sup>19</sup>; prerrogativas essas que eram vetadas aos *não cidadãos*.

Seria considerado uma desgraça a perda dos direitos de cidadão que poderia ocorrer mediante a *Atimia*<sup>20</sup>, ao contrário do *ostracismo*<sup>21</sup>, que mesmo ante a uma pesada “pena” - dez anos exilado - o indivíduo não perdia seus direitos políticos, propriedades e naturalmente sua cidadania. As consequências da *atimia* política sob qualquer forma eram graves como podemos ver no discurso de Apolodoro no documento Contra Neera:

Peço-vos senhores juízes do júri, que considereis quais teriam sido as prováveis consequências para mim, para minha esposa e minha irmã se Estéfano houvesse sido capaz de causar o dano que pretendia, seja em sua primeira ação, seja na segunda, e **quão grande seria a minha vergonha e meu infortúnio**. Fui por todos instado, em particular a vingar-me dos males que eles nos causara e foi-me dito que eu seria covarde ao extremo se não providenciasse para que se fizesse justiça[...]<sup>22</sup>.

A propósito do código legislativo e a aplicabilidade da justiça, Raquel de Souza<sup>23</sup> em o *Direito Grego antigo*<sup>24</sup> destaca “a clara distinção entre *lei substantiva e lei processual*. Enquanto a primeira é o próprio fim que a administração da justiça busca, a lei processual trata dos meios e dos instrumentos pelos quais o fim deve ser atingido, regulando a conduta e as relações dos tribunais e dos litigantes com respeito a litigação em si. Segundo a pesquisadora, a importância dada pelos gregos à parte processual é evidenciada por Aristóteles em sua *Constituição de Atenas* quando ao referir-se às três, mais populares, reformas democráticas de Sólon, vejamos:

“Ao que parece estas três constituem as medidas mais populares do regime de Sólon: primeiro, e a mais importante, a proibição de se dar empréstimos

<sup>19</sup> Aristóteles – A Política, VI – 1276 a.

<sup>20</sup> Atimia – átimos, “desonrado”

<sup>21</sup> Ostracismo – ato da ekklesia que bania alguém da Ática por dez anos, mas sem que lhe fosse imposta a perda dos direitos de propriedade.

<sup>22</sup> ([Demóstenes]) (Contra Neera), 59.11-12.

<sup>23</sup> Raquel de Souza é Professora na Faculdade de Direito da UNIVALI (SC). Mestre em Direito Penal pela UNISUL (SC).

<sup>24</sup> Raquel de Souza - O *Direito Grego antigo* in Fundamentos de História do Direito – Antonio Carlos Wolkmer, pág. 52-53 - Del Rey - 2006

incidindo sobre as pessoas; em seguida, a possibilidade, a quem se dispusesse, de reclamar reparação pelos injustiçados; e terceiro, o direito de apelo aos tribunais, disposição esta referida como a que mais fortaleceu a multidão, pois quando o povo se assenhoreia dos votos, assenhoreia-se do governo”<sup>25</sup>.

Assim sendo, as duas últimas medidas de Sólon, citadas por Aristóteles, “reclamar reparação” e “apelo aos tribunais”, são claramente relacionadas com a operação do processo legal em Atenas, ou seja, eram *leis processuais*, enquanto que a primeira tratava-se de lei econômica e social. Aplicando o conceito de Raquel de Souza em relação à dinâmica das ações processuais - muito embora *não houvesse diferença explícita* entre o âmbito legislativo privado e o público em Atenas - é na especificidade do processo que se encontra uma diferenciação quanto a forma de mover uma ação: a ação pública (*graphé*) e a ação privada (*diké*); como podemos verificar no documento Contra Neera na qual Teomnesto justifica sua pretensão:

“Atenienses, para eu intentar esta **ação pública contra Neera** e comparecer diante de vós, inúmeras foram as provocações. Na verdade, nós fomos muito prejudicados por Estéfano e, por causa dele, fomos expostos a extremos perigos, não só meu cunhado, eu próprio, minha irmã e minha esposa, de modo que estou sustentando o presente processo, não me defendendo, mas vingando-me [...]”<sup>26</sup>.

De acordo com a pesquisadora Maria Regina Candido, as leis são de fato uma necessidade, pois “toda sociedade, *qualquer que seja sua complexidade, necessita de dispositivos legais para fixar normas e fazê-las obedecidas pelos seus integrantes*, visando o desempenho e a continuidade das instituições e solucionar disputas. Toda sociedade requer também a sanção de dispositivos e de normas, bem como de justiça. Os atenienses adotaram uma decisão *radical* sobre o *Pleito* ao colocarem a fonte de sua autoridade na *Eclésia*<sup>27</sup>, a esse propósito devemos acrescentar que nenhum

<sup>25</sup> Aristóteles. A Constituição de Atenas IX, 1.

<sup>26</sup> Contra Neera – Demóstenes 59.1

<sup>27</sup> ἐκκλησία: A assembleia (lit. “convocada”, “escolhida”), aberta a todos os atenienses (homens) maiores de dezoito anos. Reunia-se regularmente quatro vezes por mês. Uma dessas sessões era a Kuria (soberana) ekklésia, com uma agenda determinada. Podia ser convocada em outras ocasiões. Era o organismo soberano da cidade. Seus membros votavam sobre todas as questões principais e elegiam os

cidadão ateniense estava proibido da participação ativa nas assembleias e nos tribunais, a *isegoria*<sup>28</sup> era cedida a todos os cidadãos”<sup>29</sup>.

Corroborando com esta linha de pesquisa e apropriando-se dos conceitos teórico de Norberto Bobbio<sup>30</sup>, diz o autor que os embates atenienses nos tribunais inserem-se na esfera legislativa e definem o lugar social e função de cada cidadão no corpo cívico. Nesse campo de relações sociais o *Poder* é o fim no qual os cidadãos buscam destacar sua proeminência e importância para conduzir a comunidade políade, portanto, é necessário definirmos o que vem a ser *Poder*. Para Bobbio *entenda-se como Poder a capacidade que um sujeito tem de influenciar, condicionar, determinar o comportamento de um outro sujeito* (Bobbio, 2000:4.1,216)<sup>31</sup>, esse por sua vez, acaba por ser um mecanismo de imposição estabelecendo os *limitrofes* da liberdade de um sujeito em uma sociedade; no caso, a sociedade ateniense estabelecia os limites de atuação políade do cidadão, do meteco (estrangeiro), da prostituta e do escravo; vejamos:

[...] “e da mesma forma que este Estéfano aqui presente tentava privar-me de meus familiares, contrariamente às vossas leis e aos vossos decretos, assim também eu vim para demonstrar, diante de vós, que ele, **contra a lei**, casou com uma mulher estrangeira, introduziu crianças entre os membros de sua fratria e de seu demo, deu em matrimônio, como se fossem suas, as filhas de heteras, cometeu uma impiedade para com os deuses e, ainda, despojou o povo de seus direitos, de tornar cidadão qualquer um que ele desejasse”<sup>32</sup>.

Na Democracia ateniense (*governo pelo demos*, o povo) a atuação social dos

---

funcionários mais importantes. Sua agenda era preparada pela boulé, mas a ekklesia podia rejeitar as propostas da boulé e exigir que sua vontade fosse cumprida.

<sup>28</sup> **Issegoria** - ἰσσηγορία: mesmo direito a palavra, **Isonomia** - ἰσονομία: igualdade perante as leis.

<sup>29</sup> Maria Regina Candido – A Feitiçaria na Atenas Clássica, pág. 23 – FAPERJ– Letra Capital - 2004

<sup>30</sup> Filósofo político, historiador do pensamento político, autor de várias obras, das quais destaco: Teoria da Norma Jurídica, Teoria das Formas de Governo, O futuro da Democracia, A era do Direito, Igualdade e Liberdade e outras. Em suas disciplinas preferia usar outro termo à filosofia, como Teoria Geral do Direito, Teoria Geral da Política, Teoria das Formas de Governo e etc.

<sup>31</sup> Teoria Geral da Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos. 2000 – Ed. Campos.

<sup>32</sup> Contra Neera – Demóstenes 59.13

cidadãos, por se pautar nas normas e tradições, se insere e confunde-se com o poder político da polis. Teoricamente o demos constitui-se a base e a força de tal regime político em Atenas. Neste sentido a liberdade de um indivíduo e/ou grupo de indivíduos está restringida a este ou aqueles que legitimados pela força (poder) estabelece uma *relação intersubjetiva*. O *modo de vida* de Neera e seu companheiro Estéfanos, assim como suas ostentações e comportamentos em público estão sendo reprovados pelos cidadãos daquela polis, que legitimados pelo poder do demos, adotaram medidas para preservar a tradição e a inviolabilidade da Lei.

“Então, depois de ter chegado aqui com ela (Neera), ele a usava escandalosa e petulantemente e ia aos jantares, levando-a consigo por todos os lados onde ia beber, sempre frequentava os banquetes em sua companhia e, todas as vezes que queria, em toda a parte, estava com ela publicamente, dando aos que a olhavam a liberdade de um, desejo. E não só foi com ela para um banquete na casa de muitos outros, mas também na casa de Cábrias de Exone, quando, sob o arcontado de Socratides[...] [...] E aí mesmo, enquanto Frínion dormia, muitos outros tinham relações com ela (Neera) que estava embriagada -, até mesmo os criados que punham a mesa de Cábrias”<sup>33</sup>.

Para N. Bobbio, *A função legislativa do poder político fica explicitada*. Esta ação se desenvolve no sentido positivo (comandando) ou negativo (proibindo) os comportamentos dos membros da comunidade para os fins preestabelecidos. Sendo assim, por conseguinte, a função executiva *intrinsecada*, consegue fazer com que esses fins sejam alcançados e exercendo a função judiciária, soluciona os conflitos que nascem na sociedade e que, se não solucionados, seriam causa de desagregação, agindo de modo a fazer justiça (D. 59: 126). Ao se apropriar dos conceitos de N. Bobbio é possível apreender que esse poder político tradicionalmente era o conjunto das normas, o sistema normativo, dentro do qual se desenvolve a vida na comunidade; nesses termos a política pode ser entendida sob dois pontos de vista fundamentais para a preservação do equilíbrio: Enquanto a ação política se exerce através da relação intersubjetiva no *demos*, as leis e a constituição da polis delimita e disciplina a ação

<sup>33</sup> Contra Neera – Demóstenes 59.33

naquela comunidade. Sobre isto conclui Hobbes: *“Quando falo das leis, pretendo falar das leis vivas e armadas (...). Não é a palavra da lei, mas o poder daquele(s) que tem nas mãos a força de uma nação (no caso a polis que é o demos) que torna eficazes as leis<sup>34</sup>”*; conclui N. Bobbio: *onde não há poder capaz de fazer valer as normas por ele estabelecidas recorrendo também em última instância à força, não há justiça<sup>35</sup>*.

### **AMBIGUIDADE: SÓ OS HOMENS NÃO CONTAM**

As mulheres atenienses eram vistas *como a fonte e as provedoras arquetípicas universais da vida*. Se nas palavras de Aristóteles cidadão implicava também em ser filho de cidadãos por ambos os lados - pai e mãe - é importante *pensar* no lugar da mulher *ateniense* naquele universo políade. Para Claude Mossé, a mulher ateniense é a filha ou esposa de cidadão ateniense. Para a historiadora, o termo cidadã, *ainda que exista*, não é conveniente usá-lo com demasiada frequência, isto por que a “qualidade de cidadão” implicava no exercício de uma função que *era fundamentalmente política, de participação nas assembleias e tribunais*, lugares na qual estavam excluídas as mulheres. Juridicamente o *status* da mulher ateniense se qualificava de “eterna menor” devido à necessidade de ter por toda a vida a presença de um homem atuando como seu *kýrios*, o pai, o esposo ou seu filho, na ausência deles, um parente do sexo masculino mais próximo (MOSSÉ, 1990:55).

Roger Just nos aponta que “as mulheres em Atenas não possuíam direitos políticos ativos. Não podiam falar nem votar na Ekllésia, a assembleia de cidadãos, nem podiam estar presentes em suas reuniões. (...) No sentido grego da palavra, elas não eram cidadãs” (JUST, 1975:153-170 – Apud. CURADO, 2008:14).

Sobre isto, Peter V Jones, adverte o porquê desta imagem negativa formada a partir dos documentos: *“as mulheres eram vistas pelos homens que escreviam sobre*

<sup>34</sup> Apud. Teoria Geral da Política – Norberto Bobbio, pg. 232 – TH. HOBBS. A Dialogue between a Philosopher and a student of the Commom Laws of England (1681) (ed. It.: Dialogo fra un filosofo e uno studioso del diritto commune d’Inghilterra, in ID. Opere politiche, organizado por N. Bobbio, Uter, Turim, 1959, reimp 1971, vol. I, PP. 397,402).

<sup>35</sup> Teoria Geral da Política – Norberto Bobbio, 4. Política e Direito pg. 232.

*elas como mais fracas não só do ponto de vista físico, mas também moral, social e intelectual; ainda que fossem vistas como a fonte e as provedoras arquetípicas universais da vida” (JONES, 1997:3.19:149).*

É possível admitir que a utilização de artifícios ilegais por parte de estrangeiros ricos e cidadãos pobres eram usados para burlar a lei ou por pessoas que visando obter benefícios admitiam em sua fratria estrangeiros, como podemos verificar na documentação Contra Neera, onde Estéfano, um cidadão ateniense insere em sua fratria a estrangeira Neera e suas filhas: *“Na verdade, quem ainda se esforçaria para obter do povo esta recompensa, que exigem tantos gastos e tantos esforços, estando na iminência de tornar-se cidadão, quando é possível, com muito menor dispêndio, obter da parte de Estéfano – se é que isso mesmo lhe será permitido?”(D. 59.13)*

Por outro lado, estrangeiros ricos e cidadãos pobres para driblar os entraves colocados pela lei de cidadania de Péricles, usavam de artifícios semelhantes, como nos pontua A.L Chevitarese: *“Os senhores perceberão que todos aqueles que fazem tais coisas, fazem porque eles não têm filhos legítimos, ou porque são forçados pela pobreza à adotar estrangeiros, de modo que, eles possam receber algum proveito deles, já que estes últimos ficaram em débitos com eles por causa da descendência ateniense”(ISEU 12.2 – Apud. CHEVITARESE, 2000:67).*

Apesar dos problemas que poderiam acarretar com a adoção ilegal, o cidadão corria o risco em troca de algum benefício palpável e o meteco (estrangeiro), ao proporcionar este benefício, poderia vir a ser um ateniense; conclui o pesquisador. Com efeito, no discurso “Contra Neera” atribuído a Apolodoro (D. 59:16,52), podemos constatar que há uma legislação em pleno vigor proibindo que tais manobras sejam feitas, ou pelo menos tinha aspectos proibitivos, sujeito a pesadas penas que somavam perda dos direitos cívicos, de todos os seus bens e multa de mil dracmas.

## CONCLUSÃO

Atenas no período clássico é uma Cidade-Estado cosmopolita dada a sua complexidade e localização geográfica, o que certamente favorecia a entrada e saída de pessoas das mais diversas localidades; sendo o Porto do Pireu o elemento precípua dessa mobilização de indivíduos. A partir do Porto do Pireu, - principal porta de acesso à cidade - havia limitações para todos aqueles que adentravam a polis ou faziam parte dela. É possível apreender que os gregos da Atenas clássica têm suas vidas cotidianas reguladas por princípios de *moralidade* nas quais zelam pela tradição e ética existente: Suas leis e constituição estabeleciam os parâmetros. Como bem disse Peter V Jones: Os “direitos” (que hoje tanto reivindicamos porque o Estado é considerado o protetor das liberdades individuais) eram limitados pelas leis que estivessem em vigor no momento. Em geral, as necessidades do indivíduo eram vistas como totalmente subordinadas às leis da Cidade (JONES, 1997: 3.25). De modo, que na necessidade da aplicação dessas rigorosas leis factualmente resultariam em pesadas penalidades, implicando em multas, perda de direitos, de bens e por fim a escravização do indivíduo; uma vez que não se concebe o aprisionamento como uma modalidade punitiva à época. É oportunamente adequado lembrar que a pesquisadora Maria Regina Candido, conclui que as leis são de fato uma necessidade, pois “toda sociedade, qualquer que seja sua complexidade, necessita de dispositivos legais para fixar normas e fazê-las obedecidas pelos seus integrantes” (CANDIDO, 2004:23). Entenda-se por integrantes todos aqueles que adentraram os limites daquela polis, sem distinção, de um modo ou outro, estão compartilhando dos ideais que se almejava da democracia ateniense. Nessa comunidade políade seus integrantes se distinguiram dos cidadãos; pois esses últimos, pelas suas virtudes, deveriam ser indivíduos pleno e capaz de conduzir, deliberar, exercer, administrar uma vida pública; provido de sentimento de justiça e qualidades morais que se *difere* daqueles que são inferiores.

No universo políade, onde a democracia ateniense não concede direitos iguais a todos, - ainda que se orgulhassem da isegoria e da isonomia - são os cidadãos que participam ativamente da vida pública; deste modo, não são a maioria, mas um grupo minoritário que estavam no centro das decisões políticas, em detrimento dos demais integrantes que não dispunham do *direito de ser cidadão*. Com efeito, de acordo com Aristóteles, ser um bom cidadão é necessariamente ter uma boa relação com a constituição da cidade ao qual pertence (POLÍTICA, II, 1277 a). Sendo assim, a Eklésia é o *organismo soberano da polis*, é a partir dela que acontecem os embates, as disputas, os pleitos, os litígios, as votações, de modo que as decisões visem combater qualquer ameaça que desestruture o sentimento de harmonia e equilíbrio na *comuna*. Quiçá, a ideia de harmonia e equilíbrio pressupõe um compartilhamento espacial longe de embates, disputas, acusações, contrapondo os interesses primordiais daquela sociedade; o que de fato não condiz com a realidade existencial e temporal dos atenienses; que de fato se viam frequentemente votando sobre os mais diversos tipos de litígios interpolíade. É neste cenário que se descortina ante a Eklesia todo o desenrolar da vida agitada de Neera, com todas as suas desventuras, tramas, conquistas, e as inimagináveis astúcias, ignorando as tradições, a ética e as leis que regiam a sociedade ateniense. Com efeito, o despudor de suas ações em companhia de seu companheiro Estéfanos, atrairá os olhares de cidadãos que pacientemente esperam a oportunidade para vingar-se de seu adversário político (D. 59.1). A vingança entre os atenienses tinha aspectos positivos, ela deveria ser considerada pelo lesado - e este, por fim, deveria buscar resgatar a sua honra, dignidade, além de repelir a vergonha diante da comunidade; neste caso, aquele que causara o prejuízo, danos físicos ou morais num determinado tempo no passado seria considerado um inimigo.

De fato, Estéfanos, exercendo atividades política num determinado tempo passado, havia impetrado uma ação acusatória *ilegal* contra Apolodoro; por este, desviar os fundos do *theoricon* para fins militares, - e, mais tarde, de assassinio de uma

mulher (D. 59. 4-6 e 9-10), ação esta que pôs em risco além de todos os seus bens, seus familiares. Apolodoro, preconizado pelos seus contemporâneos e amparado pela legislação de cidadania vigente (D. 59.12,13) encontra legitimidade para iniciar uma ação pública que levará os dois acusados – Neera e Estéfanos - perante o tribunal. De fato o processo acaba por ser uma oportunidade política para Apolodoro. Nesse universo de embates e disputas política, a cidadania é um ingrediente importante (D. 59.2), pois são as leis que definem o que é ser um cidadão e suas implicações, direitos e deveres que emerge vez ou outra perante os *Tesmótetas* (D.59.16). Qualquer cidadão imbuído de seus deveres, laços com a tradição, sentimento de justiça implícito no caráter do *ser moralmente superior*, se desprenderá de suas bases pelo zelo e inviolabilidade das tradições que regem de um modo ou de outro a vida cotidiana daquela comunidade política e política.

Ademais, do exposto podemos concluir ainda, que a *ordem familiar* está em pauta no cotidiano ateniense no período clássico, - o *matrimônio e a maternidade eram considerados os objetivos mais importantes* de toda a cidadania (COULANGES, 1975:35-36). O casamento é o princípio sagrado e elementar na sociedade ateniense para a geração dos  *futuros cidadãos*, pois é exatamente da concepção de esposas legítimas com cidadãos atenienses naquela polis que os filhos quando atingirem a idade adequada poderão alcançar o pleno direito à cidadania. A união de um cidadão com uma escrava liberta, prostituta e estrangeira, – além da possibilidade de descontinuidade na geração de futuros cidadãos - era considerado uma profanação e ultraje, aos deuses e às leis (D. 59.126).

Ainda que o sentimento de ajuda mútua entre os cidadãos seja um princípio tradicionalmente elementar na polis, não há qualquer tipo de ressentimento em iniciar uma ação processual contra outro cidadão, quando a ética, os princípios morais, costumes e tradição estão sob ameaça de violação.

### **O cenário Político - Porque uma personalidade se ocuparia com algo sem sentido em plena ameaça de invasão à polis?**

O julgamento de Neera provavelmente ocorrera por volta de 343-340 a.C.<sup>36</sup> época em que Atenas estava em Guerra contra a Macedônia – Atenas poderia vencer ou se ver desacreditada por seus aliados gregos e assistir seus últimos domínios comprometidos (D.59.3). É importante observar que durante o processo contra Neera esta iminente ameaça de Filipe fica implícita na narrativa processual - uma vez que ao descortinar a origem das acusações de Estéfanos contra Apolodoro e sua família, - outros elementos são necessariamente incluídos, de modo que a construção da investigação tenha o valor necessário para principiar conclusões.

Pásion, pai de Apolodoro, um próspero banqueiro em Atenas, (ex) escravo, tem suas benfeitorias civis à polis ateniense reconhecida, fato que resultou a ele e a seus filhos o direito de cidadania; - na qual o principal beneficiado foi *Apolodoro* - com a morte de Pásion, os interesses de seus negócios ficaram a cargo de outro ex-escravo Fórmion, que tinha dentre outros clientes importantes, o pai de *Demóstenes*; além de vários não atenienses – uma vez que seu crédito era aceito em toda a Grécia, - e, mesmo fora dela (BOWDER,1982:224). Pásion ficou conhecido como incansável litigante (BOWDER. 1982:60).

Sendo assim, Teomnesto - um iminente cidadão ateniense - deu sua filha em matrimônio à *Apolodoro*, filho de Pásion, - ora, na condição de cidadão ateniense, poderia contrair matrimônio e gerar filhos com uma filha de cidadão legítimo – de fato, são dela os filhos de Apolodoro. Passar dos tempos, Teomnesto então se decidiu casar com uma das filhas de seu genro, Apolodoro, que também era sua sobrinha, tornando-se cunhado e sogro (D. 59.2).

---

<sup>36</sup> Carey (1992:3) e Kapparis (1999:1,28). Apud. Ana Lucia Curado, - Mulheres em Atenas, pg. 421 – Sá da Costa Ed. – 2008.

## Dos fatos

Apolodoro parece ter herdado algumas características de seu genitor, a ele são atribuídos seis dos seus sete discursos da coleção completa de Demóstenes. Em sua vida pública teria acusado pelo menos cinco *estrategos*; porém, o feito que queremos destacar nesta pesquisa, é a sua proposta quando então membro do conselho durante uma expedição a Eubeia e Olinto de aplicar o dinheiro excedente da receita pública para o uso militar ou que fosse para os fundos dos espetáculos (D. 59.3-4). De fato, as leis determinavam que o saldo da administração deveria ser para as necessidades militares, porém Apolodoro, como membro do conselho, considerava que o povo deveria decidir o que fazer com o que era seu (CURADO, 2004:422). Decidindo o povo, ninguém se opôs que esses valores fossem destinados para fins militares.

Ocasão em que seu adversário político Estéfanos propõe uma ação ilegal contra Apolodoro, acusando-o de ser devedor da polis há vinte e cinco anos, resultando na condenação injusta de Apolodoro (D. 59.5).

Diante da condenação, a proposta de Estéfanos seria nada menos que uma multa de quinze talentos, o que culminaria na perda dos direitos cívicos de Apolodoro e seus descendentes, além da condenação à miséria de sua esposa e seus familiares; - no caso de não pagamento até à nona pritania, a multa duplicaria – e, as consequências seriam por demais desastrosa a todos os seus familiares. De fato, seria impossível pagar tal quantia (D. 59.7). Diante de todo o exposto, os juízes apiedaram-se de Apolodoro e fixaram uma multa de um talento, de modo que foi possível, com muita dificuldade, pagar a dívida (D. 59.8).

Mais tarde o incansável Estéfanos retorna sua investida contra seu adversário político imputando-lhe outra injusta acusação. Apolodoro é acusado por seu perseguidor de assassinio de uma mulher. Estéfanos acusou-o de matar uma mulher com as próprias mãos; o perjúrio e a calúnia desta acusação foram reconhecidas,

depois de ser provado que Estéfanos foi comprado por Cefisofonte e Apolófanes para expulsar Apolodoro ou privá-lo dos seus direitos de cidadão (D.59.10).

### **A vingança teve motivações política**

*E nós decidimos pagar a Estéfanos com a mesma moeda* (D.59.8). As acusações contra Estéfanos e Neera são muitas, desde usurpação de cidadania, tramar falso adultério, inserir filhos ilegítimos na frátria, sacrilégio por dar a filha em casamento ao arconte rei como se fosse legítima – tendo esta, conhecido vários homens, violando o juramento das mulheres veneráveis, - profanação de lugar sagrado e outros delitos.

A investigação minuciosa de Apolodoro a respeito da vida de Estéfanos e Neera visa concretizar uma acusação sólida com argumentações irrefutáveis. Dada as gravidades das acusações, o orador apela que a possível absolvição dos acusados levaria à subversão das leis, o que para os atenienses era algo de contraditório, já que se orgulhavam do código que governava a polis.

É possível concluir, que as acusações contra o casal Estéfanos e Neera tiveram em sua origem motivações política, embora todos os delitos de que são acusados e o registro deste rico material acessível a nós, nos orienta quanto a alguns aspectos da vida cotidiana das prostitutas no período clássico, que essas mulheres de vida ostensiva, são arguciosas profissionais que interagem ativamente dentro dos limites políade, muitas vezes, à margem das leis. Por outro lado, é admissível afirmar que nem todos os cidadãos eram homens bons, o que nos faz lembrar Aristóteles ao questionar: *Se é possível afirmar que as qualidades de um homem bom são as mesmas de um bom cidadão, ou não são as mesmas* (POLÍTICA, II,1277 a). Nesse sentido o que confere ao bom cidadão são exatamente o oposto do que revela as investigações feitas a respeito do caráter de Estéfanos, como nos indica o Estagirita: *o bom cidadão é aquele que necessariamente tem uma boa relação com a constituição da cidade ao qual pertence* (POLÍTICA, II,1277 a). O descabido modo de vida e a marginalização disposta na ação processual constituem uma evidencia do quanto as leis e as constituições nem sempre

funcionam como parâmetros para determinados indivíduos que desprovidos de bom caráter, moral e ética podem, de fato, ser nocivo e um prejuízo para o grupo ao qual está inserido.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Documentação textual**

APOLODORO – DEMÓSTENES - Contra Neera [Demóstenes] 59 – 2ª Edição 2012 – Annablume – Clássica

ARISTÓTELES – A Constituição de Atenas – Edição Bilíngüe – Hucitec – 1995.

\_\_\_\_\_ Política – UNB – 1985

TUCÍDIDES – História da Guerra do Peloponeso – UNB – 1987.

### **Referências bibliográficas**

BARKER, Sir Ernest – Teoria Política Grega – UNB – 1978.

BOBBIO, Norberto – Teoria Geral da Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos – Elsevier editora Ltda. – 2000.

BOWDER, Diana – Quem foi quem na Grécia Antiga – Círculo do livro - 1982

CANDIDO, Maria Regina – A Feitiçaria na Grécia clássica – FAPERJ – Letra capital – 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. – Trabalho compulsório na antiguidade – Graal – 2003.

CHAMOUX, François – A civilização Grega na época arcaica e clássica – Edições 70.

CHEVITARESE, André Leonardo – O Espaço Rural da Pólis Grega – O caso ateniense no Período Clássico – Fábrica de livros – SENAI – Rio de Janeiro – 2000.

CURADO, Ana Lucia – Mulheres em Atenas – As Mulheres legítimas e as outras - Nova Universidade – Sá da Costa Editora – 2008.

DUARTE, Alair Figueiredo e CANDIDO, Maria Regina - Geografia, Memória e identidade social dos Thetai na Atenas clássica *in* Nas Trilhas da Antiguidade e Idade Média – UEMA - São Luís – 2014.

DUARTE, Alair Figueiredo – Guerra e Mercenarismo na Atenas Clássica – Rio de Janeiro

NEA/UERJ – 2013.

FERREIRA, José Ribeiro – A Grécia Antiga – Edições 70 – Lugar da História – 2004

FINLEY, Moses I - Economia e Sociedade na Grécia Antiga — Martins Fontes – 1989

GARLAN, Robert – The Piraeus – Duckworth – 1987

GOLDHILL, S. - Amor Sexo e Tragédia: Como os Gregos e Romanos influenciam nossas vidas até hoje – Zahar – 2007

GUARINELLO, Norberto Luiz – História Antiga – Coleção História na Universidade – Ed. Contexto – 2013

\_\_\_\_\_ Imperialismo Grego-Romano – Ática – 1991.

JONES, Peter V – O Mundo de Atenas – Uma Introdução à Cultura Clássica ateniense – Martins Fontes – 1997.

MAFFRE, Jean – Jacques - A vida na Grécia Clássica – Jorge Zahar Editor – 1989

MOSSÉ, Claude – Atenas: A História de uma Democracia – UNB – 1979

\_\_\_\_\_ La mujer en La Grecia clásica – Nerea – 1990

\_\_\_\_\_ O cidadão na Grécia antiga – Edições 70 – 1993

\_\_\_\_\_ As Instituições Gregas – Edições 70 – 1985

POMEROY, Sarah B. – Diosas, Rameras, esposas y esclavas – Mujeres en La antigüedad clásica – Ahal edições – 1999.

SALLES, Catherine - Nos Submundos da Antiguidade – Brasiliense – 2ª Edição – 1983.

TRABULSI, José Antonio Dabdab – Ensaio sobre a mobilização Política na Grécia Antiga – UFMG – 2001.

VERNANT, Jean Pierre - As Origens do Pensamento grego – 7ª Edição – 1992.

Vrissimtzis, Nikos A.. – Amor, sexo e casamento na Grécia Antiga – Odysseus – 2002.

WOLKMER, Antonio Carlos – Fundamentos de História do Direito – Del Rey – 2006.

### **Publicações, revistas e artigos**

ARAÚJO, Felipe Nascimento de – *Homo sociologicus*: O meteco e seu papel na sociedade ateniense no final do V século a.C. – 2011.

- DUARTE, Alair Figueiredo – Uma análise sobre os cultos religiosos e a projeção do poder marítimo ateniense através do porto do Pireu no século V a.C. - NEARCO – Revista Eletrônica da Antiguidade - 2013 – Ano IV – Número II - ISSN 1972-9713
- \_\_\_\_\_ Especialização Militar e Talassocracia: A Hegemonia ateniense no século V a.C. *in* Anais do III Encontro Nacional de Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo - Novas perspectivas sobre as práticas imperialistas na antiguidade – X Fórum de Debates em História Antiga da UERJ – 2011.
- GUIMARÃES, Laercio Dias e VIEIRA, Ana Lúcia Bomfim – O Ideal de cidadania na sociedade da Atenas Clássica – Revista Mundo antigo – Ano I,V.01, N. 02 – Dezembro – 2012 ISSN 2238-8788.
- ONELLEY, Glória Braga – O Estatuto social da cortesã no Contra Neera – Todas as Musas ISSN 2175-1277 – Ano 03 Número 02 Jan-Jun 2012.
- SANCHO, Laura – Το Μετῆξιν Τῆς ΠΟΛΕΩΣ – Reflexiones acerca de las condiciones de pertenencia ciudadana entre Solón y Pericles – Universidade de Saragoza – Gerión 9. 1991 – 59/86 – Editorial de lá Universidad Complutense de Madrid.
- SHALCHER, Maria da Graça Ferreira - Considerações sobre o tema da mulher no pensamento de Aristóteles; Phonix, Rio de Janeiro - Sette Letras, 1998. Apud. Ecco, Clovis: Sagrado e subjugação do universo feminino – FACUNICAMPS – Núcleo de Pesquisa e Extensão – 2011.

## GLADIADORES E O IMPÉRIO: OS PODERES NAS ARENAS ROMANAS (SÉCULOS I E II D.C.)

*Jason José Guedes Junior<sup>1</sup>*

*Maria Regina Candido<sup>2</sup>*

### RESUMO

Neste artigo buscamos apresentar e discutir a importância dos Jogos de Gladiadores, dentro da cultura do Império Romano. Pensando através do conceito de Jogo (Johan Huizinga), podemos entender a relevância destes jogos sangrentos, para a sociedade romana, não deixando de lado o conceito de "Pão e Circo", mas pensando nos jogos como elemento cultural e não uma simples ferramenta política usada por imperadores dos dois primeiros séculos, a partir de Augusto.

**Palavras-chave:** Roma; gladiadores; fama e infâmia; espetáculo; Homo Ludens.

### ABSTRACT

The aim of this article is to present and discuss the importance of gladiator games in the Roman Empire culture. We can understand the relevance of these bloody games to Roman society through the game concept (Johan Huizinga). We will not leave aside the concept of "Bread and Circus", but we will think in the games as cultural element and not as a mere political tool used by the emperors of the first two centuries, from Augustus.

**Keywords:** Rome; Gladiators; Fame and Infamy; Entertainment; Homo Ludens.

### INTRODUÇÃO

Os jogos gladiatórios, eram um dos aspectos importante da vida social romana, inclusive para a formação do espírito de uma cidadania romana. Causando fascínio ou desprezo nas pessoas, até os dias de hoje. Os jogos, na maioria das vezes, eram focados no sacrifício a algum deus ou imperador, ou seja, as apresentações tinham um sentido religioso e sagrado.

---

<sup>1</sup>Especialista em História Antiga e Medieval (CEHAM), do Núcleo de Estudos da Antiguidade.

<sup>2</sup>Orientadora do trabalho. Coordenadora do NEA-UERJ e professora do CEHAM.

Antes mesmo de ser levado para o grande público, as apresentações de combate eram realizadas em homenagem a alguns homens nos seus atos fúnebres. Portanto era um evento restrito a poucos membros que pertenciam a elite da sociedade romana.

O primeiro relato de tais combates funerários, data de 264 a.C. em Roma<sup>3</sup>. Os primeiros anfiteatros construídos eram feitos de madeira e o mais antigo era o de Pompéia, construído em 70 a.C., porém a preocupação em construir um anfiteatro em pedra, só foi pensado por Augusto durante os primeiros anos do Principado, em c. 29 a.C., com a construção do anfiteatro de *L. Statilius Taurus* sobre o Campo de Marte.<sup>4</sup> Percebendo a importância das arenas para a manutenção do poder, foram construídas diversas arenas no império, incluindo o maior dentre eles, O anfiteatro Flávio<sup>5</sup> (Coliseu Romano), construído em 80 a.C., que chegava a comportar cinquenta mil espectadores de todas as camadas da sociedade romana.<sup>6</sup>

Sabemos que estes rituais são provavelmente de origem Etrusca, e recebiam o nome de *Munus* ou *Munera*. Na sua Tese de Doutorado, Garraffoni<sup>7</sup> descreve muito bem o significado e o simbolismo destas palavras, com o auxílio de Ernout:

*Munus*, cujo plural é *Munera*, é uma palavra de âmbito jurídico-social e pode ser traduzida como 'empenho', 'presente', 'tarefa', 'obrigação', 'gratificação', isto é, como um dever que o cidadão deve prestar aos demais. Derivado de *munia*, - ium, aparece em contextos oficiais, como os encargos de um magistrado e, por esta característica administrativa, originou termos como *municipium*, *municipalis*, *municeps*, com sentido de 'tomar responsabilidades administrativas'. (ERNOUT, 2006, p.3).<sup>8</sup>

<sup>3</sup>ECKARDT, Emanuel. **Sangue na Arena: Na Itália antiga, o espetáculo dos gladiadores simbolizava a força do Império Romano**. National Geographic Brasil, Edição 70/Janeiro de 2006. p.3. Retirado de <http://viajeaqui.abril.com.br/materias/gladiadores-coliseu>, em 08/04/2013.

<sup>4</sup>COSTA, Claudia Patricia de Oliveira. **Táticas e estratégias: O gladiador na Roma Imperial de meados do I d.C. a meados do II d.C.** Rio de Janeiro, 2005.

<sup>5</sup>Imagem em anexo.

<sup>6</sup>WILMOTT, Tony. **Gladiadores: feras em combate**.(in)Revista BBC História. Ano 1, Edição 3.

<sup>7</sup>GARRAFFONI, Renata Senna. **Técnica e destreza nas arenas romanas: uma leitura da gladiatura no apogeu do Império**. Campinas: UNICAMP, 2004.

<sup>8</sup>ERNOUT, A. *Dictionnaire etymologique de la langue latine*. Livraria C. Klincksieck, Paris, 1967, pp. 421 - 422.

Sabendo que posteriormente surgiram outros tipos de apresentações nas arenas, além das *Munera*, tiveram as *Venationes* (combate entre animais e homens condenados, ou seja, não treinados) e as *Naumachia* (combate naval dentro das arenas inundadas). Apesar disto, nossa pesquisa trabalhará apenas com os espetáculos da *Munera*<sup>9</sup>, pois são eles que nos ajudam a encontrar nossos objetivos, graças a sua popularidade durante os séculos I e II d.C.

## SANGUE E GLÓRIA

Assistindo o seriado *Spartacus: Blood and Sand*<sup>10</sup>, não é difícil de percebermos o panorama político e cultural dentro do contexto da série. Mostrando-nos o cotidiano de diversos escravos em um *Ludus*<sup>11</sup>, entre eles há os melhores gladiadores da cidade de Cápua, durante a república romana. No mesmo período, em 2010, temos a acessão mundial do UFC<sup>12</sup>, o campeonato de MMA<sup>13</sup> que move milhões de dólares e milhares de pessoas a cada combate, utilizando arenas e lutadores de diversos lugares do mundo.

Foi neste por volta de 2012, que finalmente assisti ao filme *Gladiator*<sup>14</sup> e me deparei com uma questão nova envolvendo os espetáculos gladiatórios. Assim, logo comecei a perguntar qual a importância deste evento para o Império e quais as relações entre gladiadores e o público. Levando-nos a estudar a importante relação entre Fama e Infâmia, que foi construída através de práticas lúdicas.

Os gladiadores eram aqueles “que nos jogos públicos romanos lutavam com outro ou com uma fera”<sup>15</sup>. Durante os primeiros dois séculos do Império Romano, os

---

<sup>9</sup>O termo *Munera*, se refere aos jogos gladiatórios, no plural. Sendo seu singular, *Munus*.

<sup>10</sup> Seriado do canal estadunidense Starz. No Brasil foi transmitido pelo canal por assinatura FX, que o renomeou para *Spartacus: Viva o pecado*.

<sup>11</sup> A palavra *Ludus*, tem vários significados dentro do campo semântico de "jogo, esporte, formação", mas na prática esta palavra fazia referencia a escola, no nosso caso, uma escola de treinamento para gladiadores.

<sup>12</sup> Ultimate Fighting Championship (Campeonato de combate final).

<sup>13</sup> *Mixed Martial Arts* (Artes marciais mistas).

<sup>14</sup> *Gladiator* é um filme americano de 2000 dirigido por Ridley Scott.

<sup>15</sup> Enciclopédia Novo Século, G-I, Livro 6, página 1011.

jogos só poderiam ser autorizados pelo próprio Imperador e envolviam diversas modalidades de apresentações, seguindo uma organização que o caracterizava como um ritual.

Movendo multidões, para as arenas, durante dias de espetáculos sangrentos, os jogos geralmente eram em homenagem a heróis e fatos históricos relevantes ao Império, sem esquecermos dos jogos dedicados ao Imperador. Cabendo a necessidade de uma interpretação artística, por parte dos ocupantes do picadeiro. “Antes do combate os gladiadores desfilavam perante o imperador, a quem saudavam com as palavras rituais (*Ave, Caesar, morituri te salutant*)”<sup>16</sup>.

Primeiro, os gladiadores desfilavam em volta da arena, enquanto grupos de músicos, dançarinos e malabaristas entretinham as multidões. Em seguida, animais selvagens vindos diretos da África e Ásia, como leões, tigres, elefantes e até mesmo crocodilos, demonstravam suas habilidades e lutavam entre si. Na exibição seguinte, caçadores armados entravam na arena para combater os animais. Depois, criminosos faziam o que podiam para enfrentar os dentes e as garras de feras famintas. (ADAMS, 2008, p.16).

Após o combate com animais, havia um intervalo, os corpos e equipamentos eram removidos da arena e mais areia era jogada, para absorver o sangue do combate seguinte. Por fim era anunciado o principal momento do espetáculo, o combate entre os gladiadores. Envolvendo toda a arquibancada neste ritual e introduzindo todos dentro de um movimento lúdico.

A partir desta idéia, usaremos o conceito do Homem Lúdico<sup>17</sup>, usando o jogo como um elemento cultural, tal conceito foi desenvolvido pelo historiador neerlandês Johan Huizinga<sup>18</sup>. Em sua obra, o autor escreveu que “A existência do jogo é inegável. É possível negar, se quiser quase todas as abstrações: a justiça, a beleza, o bem, Deus. É possível negar-se a seriedade, mas não o jogo”.

---

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura**. 1980.

<sup>18</sup> Professor e historiador neerlandês, conhecido por seus trabalhos sobre a Baixa Idade Média, a Reforma e o Renascimento. Nascido em 1872 e morto em 1945.

A historiadora Renata Senna Garraffoni<sup>19</sup>, nos diz que Clavel-Lèvêque já defendia esta ideia em sua obra *L'Empire em jeux*, de 1984<sup>20</sup>:

Clavel-Lèvêque, em seu livro *O império em jogo* afirma que os combates eram, antes de tudo, um jogo e, por isso, se inserem em uma forma particular de relações dos homens com seu mundo, expressando uma função simbólica, em especial quando ligados a um culto. (GARRAFFONI, 2007, p. 8)

Para entendermos os espetáculos das arenas romanas, como um jogo, temos que recorrer ao conceito apresentado por Huizinga, que define as características do estado lúdico de um jogo:

O jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da 'vida cotidiana'. (HUIZINGA, 1980, p.33)

Tal conceito se encaixam no nosso objeto de pesquisa, os jogos gladiatórios, assim como pode ser usado para pensarmos o *Ultimate Fighting Championship* (UFC). Com suas apresentações de pesagem e duelos que acontecem antes do confronto principal da noite.

Estas características do jogo são o que me levam a crer na sua importância cultural acima do seu caráter político, sem negarmos que as representações do Império Romano, nas arenas, eram uma forma de demonstrar seus poderes militares e políticos, mas independente disso, fica claro que os Jogos Gladiatórios eram de extrema relevância para a cultura romana.

Afinal, o público se preparava para ir até as arenas e acompanharem o espetáculo que chegava a durar vários dias, durante este período de jogos, a população se divertia, se desprendendo das preocupações da vida cotidiana e

---

<sup>19</sup> Doutora pela UNICAMP em 2004, com pós-doutoramento pela *University of Birmingham*. É professora na Universidade Federal do Paraná. Sua especialidade são os estudos romanos, principalmente aqueles voltados para a transgressão social. (dados retirados de: <http://lattes.cnpq.br/7088336949228296>, em 22/02/2014).

<sup>20</sup> Cf. CLAVEL-LÈVÊQUE, M. *L'Empire em jeux – espace symbolique et pratique sociale dans le monde Romain*. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1984.

exaltavam suas emoções dentro das arenas e fora delas, através de apostas e comentários que acabaram sendo registrados em grafites nas paredes romanas, ou em mosaicos bem elaborados.

Os gladiadores também ficaram imortalizados em fontes materiais: grafites narrando suas vitórias e fracassos, seus desejos e conquistas amorosas, assim como suas lápides funerárias, nos ajudam a repensar fragmentos de suas vidas. Ainda no campo das fontes materiais, as pinturas de parede tão apreciadas em Pompéia, também constituem ricas fontes para pensarmos os espetáculos públicos. (GARRAFFONI, 2007, p. 7)

Como havia dito um dos motivos que me levou a pesquisar tal temática, foi a intrigante ascensão das Artes Marciais Mistas (MMA) e do UFC, principalmente no Brasil, nos últimos anos. Este esporte, hoje, é o grande chamariz de muitas academias de musculação, graças ao Campeonato que move milhões de dólares em patrocínios e apostas gordas nos combates<sup>21</sup> que começam antes mesmo do momento do duelo.

O UFC, assim como qualquer outro jogo, tem o seu ritual, onde as lutas são anunciadas para o grande público e as atrações da noite são divididas, para que a última atração seja o grande duelo entre campeões e sendo assim o mais esperado. Mas antes do grande dia de lutas, os atletas já começam a trocar ameaças e xingamentos na imprensa e no momento da pesagem<sup>22</sup>, dias antes da luta, e com plateia assistindo tudo, chegando a encenar uma prévia do que poderá vir na luta oficial.

---

<sup>21</sup> “Hoje o UFC vale 1000 vezes mais o valor pago pelos irmãos Fertitta – cerca de US\$ 2 bilhões de dólares”. (dados retirados de : <http://www.pequenoguru.com.br/2012/03/7-liceos-do-do-ufc-para-uma-empresa-campea/>, em 22/02/2014). Com faturamento anual de 400 milhões de dólares, de acordo com a revista EXAME ( <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0999/noticias/pancadaria-lucrativa?page=1#>, em 22/02/2014).

<sup>22</sup> “As provocações se iniciaram na quinta dupla a se pesar, ainda em um duelo válido pelo *card* preliminar. David Mitchell, adversário do brasileiro e soldado do Bope Paulo Thiago, ouviu muitas vaias e gritos hostis ao subir ao palco para se pesar. Tranquilo, o californiano abriu um sorriso irônico, e rapidamente deixou a balança para a entrada do rival”. Neste caso, a própria plateia provocou o adversário do lutador brasileiro. (dados retirados de [http://m.terra.com.br/noticia?n=5314579&a=home&s=1&c=noticiaportadabr&e=especiais\\_capa\\_br](http://m.terra.com.br/noticia?n=5314579&a=home&s=1&c=noticiaportadabr&e=especiais_capa_br), em 22/02/2014).

O que mais me surpreende é o fato do Estado do Rio de Janeiro estar passando por um momento de busca pela não violência e as ditas “pacificações”, que de fato vem colaborando com a redução da criminalidade, principalmente na capital fluminense. E é exatamente neste período, que o prefeito carioca, se esforça para trazer o UFC para sua cidade<sup>23</sup>.

Ao mesmo tempo em que a imprensa nacional critica a violência desautorizada. As grandes redes de televisão combatem as cenas de violência explícita em suas transmissões, chegando ao ponto de retirarem estas cenas, dos filmes *blockbusters*. Mas ainda assim, todos querem transmitir, mostrar e dar glórias ao MMA, exaltando alguns atletas como heróis nacionais<sup>24</sup>.

Algumas das figuras mais importantes do cenário político brasileiro hoje em dia, já foram às arenas do UFC, tiraram fotos com campeões do MMA nacional, buscando até mesmo colocar o seu nome e a sua imagem próxima a imagem do atual esporte “queridinho” do povo brasileiro<sup>25</sup>.

É exatamente neste ponto, que surgiu a pulga atrás da minha orelha, onde passei a estudar as relações políticas envolvidas dentro dos jogos gladiatórios, sem esquecer-se do seu fator cultural. Pensando não apenas nas relações entre o povo

---

<sup>23</sup>O UFC 134 RIO, ocorreu no dia 27 de Agosto de 2011, esgotando seus ingressos em apenas uma hora e meia, com valores que variavam de R\$ 275 até R\$ 1600. Cada etapa do torneio movimenta em média **R\$ 48 a 64 milhões** na cidade que o recebe. (dados retirados de <http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2011/07/ufc-rio-promete-movimentar-ate-r-50-milhoes-so-no-mes-de-agosto.html>, em 22/02/2014).

<sup>24</sup>“Para Galvão, eles são os Gladiadores do novo milênio.” (retirado de [http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2012/01/gazetaesportes/especiais/ufc\\_rio/2011/1089261-jose-aldo-fala-sobre-a-luta-e-a-narracao-de-galvao-bueno-no-sabado-no-ufc.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/01/gazetaesportes/especiais/ufc_rio/2011/1089261-jose-aldo-fala-sobre-a-luta-e-a-narracao-de-galvao-bueno-no-sabado-no-ufc.html). Em 22/02/2014). Assim como para a “Revista Istoé!”, que deu o prêmio de brasileiro do ano, para o lutador Anderson Silva, em 2011. (retirado de [http://www.istoe.com.br/reportagens/181353\\_BRASILEIROS+DO+ANO+2011](http://www.istoe.com.br/reportagens/181353_BRASILEIROS+DO+ANO+2011), em 22/02/2014).

<sup>25</sup> “O Brasil representa a terceira maior audiência no pay-per-view, atrás de Estados Unidos e Canadá. Mas tem potencial para crescer. Por isso estamos divulgando a marca no país, realizamos o evento no Rio de Janeiro e queremos aproveitar transmissões em TV aberta para popularizar ainda mais as lutas de MMA.” - **Lorenzo Fertitta, um dos fundadores do UFC, em entrevista para a Revista EXAME.** (dados retirados de <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0999/noticias/pancadaria-lucrativa?page=3>, em 22/02/2014).

romano e os jogos durante os primeiros dois séculos do Império Romano, mas questionando agora, as relações entre imperadores e gladiadores, para compreender qual o lugar social deste último.

Como nos disse Jean-Jacques Rousseau, em sua obra, *O Contrato Social*: “O homem nasce livre, e em toda parte é posto a ferros. Quem se julga o senhor dos outros não deixa de ser tão escravo quanto eles”<sup>26</sup>.

Podemos usar este pensamento de Rousseau, para explicarmos as relações durante os jogos nas arenas. Sabendo que o Imperador ou algum outro membro da alta hierarquia romana teria o poder de “voto”, sobre a vida dos gladiadores, caso estes perdessem o combate, nos possibilita pensar nas arenas lotadas, ou até mesmo no Coliseu com os seus cinquenta mil lugares ocupados. Por uma questão óbvia quem determinava o resultado dos combates, muitas das vezes, era o próprio público que se manifestava a favor ou contra os combatentes derrotados, levando os “juizadores” a apenas confirmarem a vontade da arquibancada, caso contrário, eles perderiam prestígio perante o povo romano.

Os imperadores sabiam a relevância política deste momento, e aproveitavam-se dele. Alguns buscaram aproximar a imagem dos gladiadores vitoriosos a sua própria, a ponto do Imperador Cômodo, organizar, no ano de 192 d.C., uma série de jogos, com duração de duas semanas, participando pessoalmente deles, usando roupas e armas semelhantes às de Hércules, pois ele acreditava que era uma “reencarnação” do próprio herói da mitologia grega, *Herakles*. Inclusive comparecendo ao senado vestindo essas roupas<sup>27</sup>.

A ordem imposta na arena, o total controle do patrocinador dos duelos e a ritualização de um processo caótico e sangrento faziam alusão a algo maior, às regras do reino impingidas à sociedade. (WILMOTT, 2009, p.12)

<sup>26</sup>ROUSSEAU, Jean Jacques. *O Contrato Social*. São Paulo: Martins Claret, 2011. p. 17

<sup>27</sup>Dados retirados de <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/LuciusAA.html>, em 23/02/2014.

O arqueólogo britânico, Tony Milmott, escreveu a obra *The Roman Amphitheatre in Britain*. A partir desta obra, ele escreveu um artigo para a Revista BBC História, onde destacou a seguinte frase: “Figuras políticas rivais patrocinavam ambos os tipos de sangrentos shows, disputando quem fazia a mais épica apresentação, tudo para obter votos”.

Mas este aspecto das *Munera* foi empregado apenas no período republicano, até o filósofo e político, Marco Túlio Cícero, implantar a lei que proibia a promoção de jogos, dentro de dois anos, por parte daqueles indivíduos que iriam se candidatar a um cargo público<sup>28</sup>. Separando assim, os duelos das campanhas políticas.

No nosso período de pesquisa, as relações políticas com os jogos, ganham um caráter de espetáculo, com as *Munera* durando dias inteiros, como já havia dito aqui, com a chancela do Imperador.

Durante o reinado de Augusto, rigorosas regras foram criadas a respeito dos jogos cênicos. O objetivo era, acima de tudo, garantir que os eventos proporcionados por ele fossem os mais extravagantes do Império. E, assim, por volta do ano 22 a.C., os espetáculos já estavam quase que totalmente sob o controle do Imperador. (WILMOTT, 2009, p.15)

Seguindo o que foi apresentado pela Dr<sup>a</sup> Renata Senna Garraffoni, em seus estudos sobre os gladiadores, é possível compreendermos a dinâmica dos jogos gladiatórios, através dos conceitos de fama e infâmia, que foi desenvolvido pelo historiador Thomas Weidemann, em sua obra *Emperors & Gladiators*<sup>29</sup>.

Weidemann defendia que o gladiador era um infame, um morto social, mas que teria a chance de conquistar *status*, de acordo com suas habilidades e vitórias nos jogos, sendo assim, somente sua exposição e vitórias na arena, fariam um gladiador

---

<sup>28</sup>“Isso aconteceu até o ano de 60 a.C., quando o filósofo, orador e político, Marco Túlio Cícero introduziu uma lei para proibir aqueles que tinham vida pública de promover *Munera* durante os dois anos anteriores à candidatura”. WILMOTT, Tony. **Gladiadores: feras em combate**.(in)Revista BBC História. Ano 1, Edição 3. p. 15.

<sup>29</sup> WEIDEMANN, Thomas E.J. *Emperors and Gladiators*. New York: Routledge, 1995.

deixar de ser um homem (ou mulher<sup>30</sup>) sem reputação, tornando-o um homem de fama (renomado).

Estes conceitos desenvolvidos por Weidemann partem do princípio de infâmia, presente na legislação romana, que impunha restrições jurídicas e políticas. Sendo considerados infames aqueles que exerciam determinadas funções, como: atores, prostitutas, donos de bordeis e os gladiadores. Todas forçadas as condições de seres humanos sem prestígio ou renome.

Partindo dos estudos de Thomas Weidemann e de Garraffoni, percebemos que o gladiador tinha a possibilidade de conquistar prestígio e liberdade, de acordo com o seu desempenho na arena. Sendo julgado como homem de prestígio ou não, por aqueles que o assistiam das arquibancadas e sendo de certa forma aprovado pelos homens da tribuna de honra.

A admiração que os imperadores romanos tinham pelas *Munera*, é um fato de extrema importância para esta pesquisa. Partindo do filme, *O Gladiador*, de 2004, onde temos o personagem representativo do Imperador Cômodo, que era um fanático pela vida gladiatória, chegando a entrar na arena durante combates e comparecer ao Senado, vestido com armaduras e equipamentos de um *Murmillio*.

Como a própria professora Renata Garraffoni, nos mostra em sua Tese de doutorado, apresentada na UNICAMP<sup>31</sup>, o centro da arena podia ter a presença de membros do alto escalão da sociedade romana (além do próprio Imperador). Esta prática acabou sendo, por vezes, proibida, para inibir a presença destes membros em combates e sua “transformação” em gladiadores.

Não podemos esquecer que tal fascínio perpassava as camadas sociais, em diferentes épocas há leis que proibem membros da elite de se tornarem gladiadores, o que nos faz pensar que a prática não era tão incomum. Há,

---

<sup>30</sup>“Além dos *auctorati*, em finais do século I e início do século II d.C., um outro fenômeno ganha espaço nas arenas: a presença das mulheres.” GARRAFFONI, Renata Senna. Idem. 2004.

<sup>31</sup> A Tese intitulada “Técnica e destreza nas arenas romanas: Uma leitura da gladiatura no apogeu do Império”, foi defendida em fevereiro de 2004, na Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Pedro Paulo Funari.

também, momentos em que era permitida a realização de espetáculos nos quais senadores ou cavaleiros desciam às arenas não eram tachados de infames. (GARRAFFONI, 2004)

Buscando objetos da cultura material, para pensarmos melhor o que foi apresentado até agora, foi possível encontrar alguns artefatos romanos, ligados diretamente aos gladiadores e aos jogos.

Encontrando assim, lapides, epígrafes e grafites, afrescos, lamparinas, crateras e ânforas (vasos), mosaicos, elmos, *gladius* e estatuetas. Entre estes artefatos, escolhemos três deles, cada um com a sua importância para entender esta pesquisa e para que as pessoas que entrarem em contato com eles, imediatamente percebem a importância dos jogos gladiatórios, através deles.



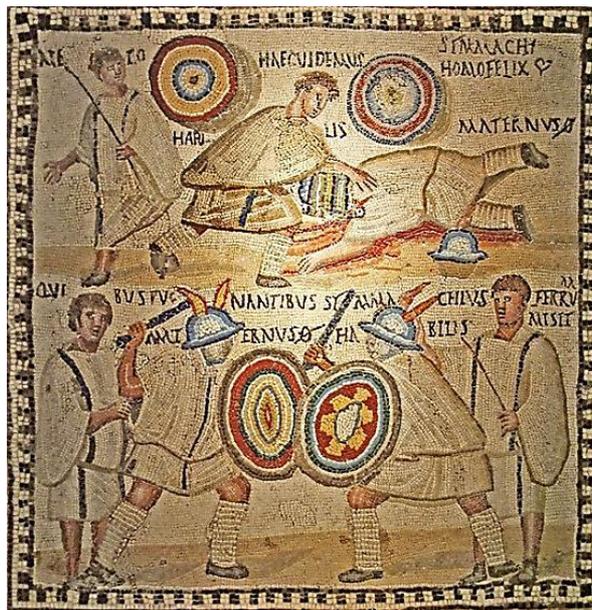
Elmo de *Murmillo*, encontrado em Pompéia, datado do século I d.c.

O primeiro deles é um Elmo artisticamente elaborado, encontrado em Pompéia e datado do século I d.C., exatamente pelos seus detalhes artísticos, representativos da religião romana, que este capacete nos atrai, pois é um capacete de um *Murmillo*<sup>32</sup>,

---

<sup>32</sup> Classe de gladiadores, que carregava um grande escudo numa mão e na outra uma espada curta. Seu capacete se assemelhava a um peixe. Os *Murmillos* eram os oponentes dos *Thraex* e dos *Hoplomachus*.

um dos equipamentos mais reproduzidos nas imagens de gladiadores até os dias de hoje. Mostrando a sua marca na história ocidental, sendo representado de tempos em tempos, como símbolo dos gladiadores, muitas vezes utilizando o Elmo para qualquer tipo de gladiador, somente para mostrar que aquele é um gladiador.



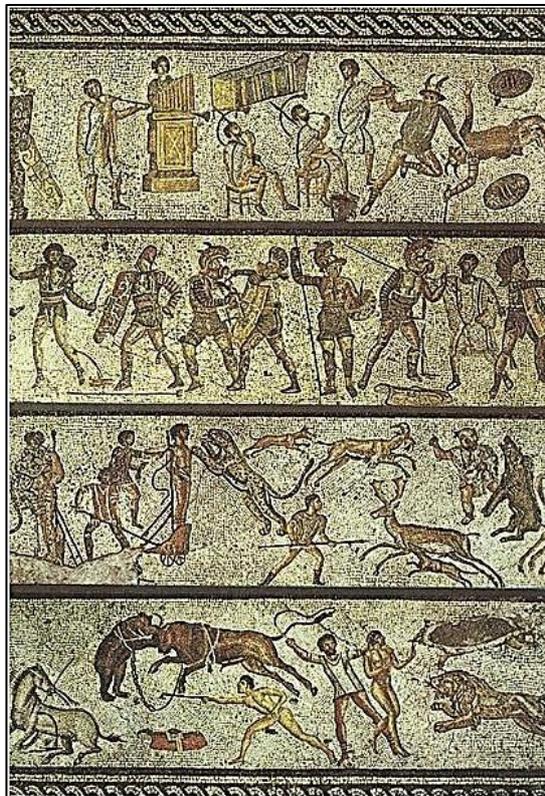
Mosaico, representando um combate gladiatório, encontrado na Via Ápia.

O segundo objeto é um mosaico, encontrado na Via Ápia<sup>33</sup>, dividido em dois planos paralelos, o plano mais baixo mostra dois gladiadores, frente a frente, ambos da mesma classe, acompanhados por dois árbitros. Mas curiosamente, a imagem do plano superior, já nos diz o resultado da batalha, pois podemos observar um dos oponentes caído ao chão e logo acima dele, os nomes dos dois combatentes e as representações que indicavam quem havia ganhado e quem era o perdedor morto na arena.

Este mosaico é um dos mais famosos, pois nos mostra os personagens antes do combate e nos diz o resultado do conflito. Porém um mosaico, não era algo simples de

<sup>33</sup>Estrada romana que sai de Roma, atravessa Cápuia, Benevento e Taranto, até Brindisi. Construída entre 312 a.C. e 264 a.C.

ser feito, ainda mais sendo muito bem colorido, como este da Via Ápia. Acreditamos que este tipo de objeto não era produzido para a baixa hierarquia romana, já que os grafites eram mais rápidos e fáceis para informarem resultados de combates, nas paredes romanas. Os mosaicos (principalmente os de gladiadores e de *munus*) eram e são painéis para relembrar uma grande vitória, um herói, uma divindade ou um grande combate que ocorreu.



Mosaico, representando a maioria dos eventos que ocorriam na arena romana, encontrado na Líbia e datado do século II d.C.

Por isso, o nosso ultimo objeto, é interessantíssimo, pois também é um mosaico, mas diferente do anterior, este não representa somente o combate entre dois gladiadores. O Mosaico de Zliten<sup>34</sup>, encontrado na Líbia, foi produzido no século II d.C. e representa os jogos gladiatórios, desde as apresentações musicais e teatrais até

<sup>34</sup> O mosaico leva o nome da cidade onde foi encontrado, no norte da África.

os combates entre gladiadores e as *Venatios*<sup>35</sup>, com combates entre feras selvagens e condenados sem qualquer equipamento adequado ou preparo físico.

Este último mosaico por ter sido encontrado em uma província na África do Norte, só confirma a importância e a dinâmica das *Munera*, dentro do Império Romano, saindo das fronteiras latinas e atingindo outros locais do território dominado pelos romanos. Este mosaico, ricamente trabalhado e colorido, foi encontrado dentro de uma *Villa* romana, a *Villa di Dar Buc Amméra*, próxima a famosa cidade Lepits Magna<sup>36</sup>, na Líbia. Levando mais uma vez a crer, no facinório da alta hierarquia romana, pelos jogos das Arenas.

## CONCLUSÃO

Seguindo os estudos historiográficos, os conceitos elaborados para compreender melhor o processo histórico e estudando as fontes de cultura material, é claramente possível entendermos que os jogos representavam a cultura do Império Romano. Influenciando todos os níveis da hierarquia romana.

Trabalhando com o conceito desenvolvido por Thomas Weidemann, em conjunto aos estudos da professora Renata Garraffoni, é possível percebermos as relações entre os gladiadores e os imperadores romanos, e como esta relação se dava através de um processo de valorização da imagem de ambos. Quando conhecemos histórias como a do Imperador Cômodo que se envolvia com as *Munera*, a ponto de entrar em combate com gladiadores em arenas. Entendo que mesmo sendo escravos, os gladiadores tinham nas arenas, uma chance de conquistar sua fama (seu prestígio perante a sociedade romana) e até mesmo sua liberdade.

Mas só é possível compreender este tipo de processo, entre a transformação da infâmia do gladiador em fama e renome, quando nós buscamos entender os jogos

---

<sup>35</sup> Eram combates contra animais selvagens. Essas caçadas geralmente eram feitas pela manhã (geralmente), antes dos combates gladiatórios, sendo utilizado também para a execução pública de condenados, geralmente após o combate gladiatório.

<sup>36</sup> Era a terceira cidade mais importante do Norte da África Romana.

gladiatórios através da lente do mundo lúdico, assim, é de grande ajuda, o conceito desenvolvido pelo historiador Johan Huizinga, que nos apresentou o *Homo Ludens*, onde podemos enxergar o jogo como um elemento da cultura.

Com esta pesquisa, é possível destacar não só a importância dos jogos para a manutenção dos poderes em Roma (e em todo o império). Podendo ser destacados os trabalhos elaborados em mosaicos e armaduras. Que preservam a memória das batalhas, mostrando de qual classe aquele gladiador pertencia, ou qual gladiador saiu vitorioso em combate e até mesmo como eram realizados os grandes festejos das arenas, em diversas partes do Império.

Por fim, ousou afirmar, que a vida de gladiador e os jogos nas arenas, não eram somente isso. Esta batalha da infâmia contra a fama dentro da arena, e as relações entre os imperadores e a alta hierarquia para usarem a imagem e a força daqueles gladiadores vitoriosos em combate, aproveitando da sua fama, para conquistar carisma ou outros poderes. Mas podemos ter certeza de uma coisa: “Por meio dos registros que encontramos nas paredes pompeianas os gladiadores se humanizam, tornam-se pessoas com nomes próprios, com carreiras, sonhos e desejos.[...] Sejam livres, libertos ou escravos, vencedores ou perdedores, *essedari*, *mimillonis*, *retiari* ou *thracas*, estes homens tiveram suas carreiras e nomes imortalizados nestes grafites”(GARRAFFONI, 2004)<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup>Quando Garraffoni fala sobre os grafites escritos nas paredes de Pompéia, pelos próprios gladiadores e lapides erguidas por amigos ou parentes em que é possível perceber um orgulho pela “profissão” de gladiador. GARRAFFONI, Renata Senna. Idem. 2004. p. 215.

## A ECONOMIA ROMANA REVISITADA: OS ESPETÁCULOS E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA DA CULTURA

*Kimon Speciale B. Ferreira<sup>1</sup>*

### RESUMO

Neste artigo buscamos analisar a interrelação que podemos estabelecer entre os espetáculos romanos e a economia romana. Com este objetivo em mente propomos inicialmente uma breve discussão acerca dos espetáculos, e sua relação com a sociedade romana, e, posteriormente, buscamos inseri-los dentro do âmbito econômico do Império Romano salientando as novas perspectivas que englobam a economia romana.

**Palavras-chave:** Economia, Espetáculos, Gladiadores.

### ABSTRACT

This article aims to analyze the interrelationship between the roman spectacles and the roman economy. We propose initially a brief discussion about the show, and its relationship with the roman society. Later, we'll enter these shows in the economic context of the Roman Empire, emphasizing the new perspectives that encompass the Roman economy.

**Keywords:** Economy; Spectacles; Gladiators.

### OS ESPETÁCULOS ROMANOS

Os espetáculos foram parte integrante da sociedade romana, pois dentro desta prática específica somos capazes de elencar características primordiais desta civilização que tanto nos fascina e influencia até os dias de hoje. Esta prática, que abarca inúmeros vieses necessários para a construção do *ethos* romano torna-se ainda mais fascinante por possibilitar a inserção de indivíduos das distintas castas sociais romanas e por colocá-los em locais únicos de confronto e diálogo, os Anfiteatros e as Arenas.

---

<sup>1</sup> Mestre em História, LHIA – UFRJ.

A forte ritualística presente desde o surgimento<sup>2</sup> dos Jogos de Gladiadores corroborava com a participação de membros das distintas castas da sociedade romana, já que ao início dos espetáculos uma procissão solene muito semelhante à cerimônia romana do triunfo, decretado pelo senado aos magistrados que houvessem terminado uma campanha militar com vitória significativa era empreendida, e os jogos se desenrolavam segundo um rígido cerimonial onde qualquer equívoco demandava o reinício de todo o cerimonial.

Nos *Ludi Romani* celebrados em honra a Júpiter e onde se comemorava o aniversário do templo da divindade, os festejos eram iniciados com um banquete para magistrados e sacerdotes em homenagem a Júpiter. Posteriormente, uma procissão, que ia do Capitólio ao Circo representava a hierarquia da sociedade romana. Em primeiro lugar posicionavam-se os sacerdotes, senadores, eqüestres, representantes do exército, seguidos pelos participantes dos Jogos a serem iniciados e, por último, uma turba de músicos, dançarinos e artistas. Podia se identificar então, um desfile na cidade, uma manifestação cívica onde estavam implícitos aspectos religiosos e de identificação das ordens sociais que compunham a sociedade. A procissão terminava com o sacrifício de bois que dava início aos Jogos.

Ao serem utilizados como punição exemplar para os criminosos, os jogos consolidavam seu significado religioso e ritualístico, já que o crime significava uma desordem social, contra os cidadãos e contra a sociedade, e feria a ordem compartilhada pelos deuses tutelares, tornando-se por isso um sacrilégio. Ao rejeitar a ordem da humanidade o condenado tinha sua vida consagrada aos deuses, e por ter

---

<sup>2</sup> Proveniente de um ritual funerário aristocrático da sociedade Etrusca, os combates eram realizados por prisioneiros de guerra próximos às tumbas e serviam como forma de prestar homenagens ao falecido por sua grande importância para a comunidade e apaziguar as divindades *Manes*. Este significado pode ser ainda compreendido como “*revestido de simbolismo religioso uma vez que pode ser entendido como uma substituição do sacrifício humano como uma oferenda ao morto. Corresponhia à idéia de verter sangue humano ao lado do túmulo do morto que existia em muitas culturas do Mar Mediterrâneo*” (KOHNE. E. and EWIGLEBEN. C. 2001, p. 11).

tornado-se um *infâme* desprovido de *dignitas*<sup>3</sup>, o mesmo podia ser usado legitimamente nos espetáculos. Havia um firme propósito de fazer da morte dos condenados um espetáculo de caráter exemplar revestido de simbolismo religioso e de dominação, cuja função era o reforçamento, a manutenção e a ratificação das relações de poder. Era preciso que publicamente fosse assegurada para todas as categorias sociais a restauração da ordem social pela imputação da pena apropriada<sup>4</sup>. A imposição da dor física era uma forma de fazer com que o criminoso passasse por um sofrimento proporcional à dor que o crime havia causado à vítima, aos seus familiares e à ordem pública. A publicidade do sofrimento, intencionalmente cruel e perverso, era representada pela agonia da arena e pela exposição dos corpos mutilados contendo uma inscrição que mencionava o crime cometido.

O aumento do interesse da sociedade romana pelos espetáculos fez com que o patrocínio para sua realização fosse articulado a um processo de busca de prestígio e *status* na sociedade romana. A grandiosidade dos espetáculos oferecidos pelos imperadores e magistrados tornou-se, pois, instrumento político de obtenção de apoio popular e aumento do prestígio social perante os demais. O papel social dos jogos está intimamente relacionado com a formação do *ethos* social e a ideologia da glória e do prestígio (HARRIS, 1979), vinculado à vitória militar, à demonstração da riqueza, popularidade e prestígio sócio-político.

Os espetáculos oficiais desempenhavam um papel de destaque no contexto político social do cotidiano da cidade de Roma e das demais colônias e províncias do Império, pois através da coerção ou da diplomacia, era através dos jogos e das festas públicas que os distintos grupos sociais se relacionavam: os líderes demonstravam sua

---

<sup>3</sup> Compreendemos o termo *dignitas* com sentidos plurais que determinam valores para o cidadão romano tais como: honra, dignidade, mérito, prestígio, categoria, função.

<sup>4</sup> Devemos afastar os estigmas construídos ao longo da história, no sentido de relacionar esta prática com o sadismo, a sanguinolência, a adoração da violência. Não há culto da violência e, sim, a valorização da arte belicosa do ser humano e da sobrepujança romana sobre os demais povos; existe uma gana incondicional pela redenção através do sacrifício.

sapiência, retórica e *fortuna* e o povo, sua respectiva importância no papel de cidadão. Os jogos e espetáculos realizados nas cidades romanas eram acontecimentos marcantes para as mesmas. O Imperador e os magistrados, ao promovê-los, buscavam alcançar ou consolidar um maior prestígio pessoal e político junto à população urbana.

“Todos sabiam que a carreira política de um homem público dependia, entre outras coisas, da quantidade e da qualidade dos espetáculos por ele oferecidos à cidade” (CORASSIN, 1996-97, p. 120).

O crescente interesse da população romana nos espetáculos pode ser compreendido através da identificação direta que era possível ser estabelecida entre audiência e os combatentes nas arenas ou *aurigas* nos circos, fossem eles condenados ou homens livres. A mensagem visual representada pelos espetáculos nos remete ao sistema de representações que definiam o cidadão romano<sup>5</sup>, e conseqüentemente, o projeto imperial romano. O simbolismo inerente aos espetáculos pode ser identificado como textos para a população, já que os mesmos demonstram entre outros signos a conquista e a dominação frente aos demais povos e mantêm viva a historicidade do povo romano.

Aliado a todo este simbolismo devemos atrelar o interesse da própria sociedade romana no aspecto lúdico inerente aos Jogos de Gladiadores, o qual era responsável pela oferta de outra importante característica que contribuiu para o amplo desenvolvimento desta prática: o lazer e o prazer extraídos da experiência. As arquibancadas dos anfiteatros já se encontravam cheias de personagens das distintas ordens da sociedade romana desde as primeiras horas da manhã, transformando os mesmos em locais de relacionamento entre os distintos grupos sociais. A “obrigatoriedade” da presença dos cidadãos romanos às arenas, aliado ao prazer proporcionado pelos combates entre homens bestializados cuja agonia na arena

---

<sup>5</sup> A sociedade romana, como sabemos, era altamente militarizada, e necessitava demonstrar aos concidadãos e aos estrangeiros presentes às arenas seu poderio bélico, sua repugnância à covardia e à rendição.

reforçava boa parte dos valores fundamentais sobre os quais os romanos construíram sua ética civilizatória: a destreza, a habilidade, a audácia, a prudência, a bravura e o desprezo frente à dor e a morte como forma de recuperar a honra, foram importantes fatores que possibilitaram a difusão desta prática.

É neste sentido que ressaltamos a interação dos gladiadores com sua audiência, a qual era marcada pelo fascínio que estes exerciam frente à população romana. Os gladiadores, inicialmente prisioneiros de guerra e criminosos condenados à pena capital, eram vistos como monstros fora das arenas, pois ao adentrá-las passavam a exercer importante papel na construção do *ethos* social romano. Ao representar os valores fundamentais presentes no modelo ideal presente no discurso da ética civilizatória romana os gladiadores tornavam-se baluartes do discurso imperial romano.

“O significado dos gladiadores para os romanos estava articulado a este sentido de identidade, sendo, portanto, altamente contraditório. Por um lado, eram degradados e humilhados e, por outro, eram glorificados e exaltados”. (MENDES, 2000, p. 289).

A longevidade e a amplitude territorial na qual estes espetáculos demonstraram-se presentes corroboram com a importância que os mesmos possuíam diante da sociedade romana, assim como seu importante papel como norteador de uma identidade imperial romana em constante transformação, sendo esta forjada por constantes intervenções indígenas e pelas respostas oficiais romanas que tomavam parte nas diferentes regiões do Império.

Parece-nos evidente a conexão estabelecida entre cultura e poder, na medida em que as estratégias, ou mecanismos de construção e manutenção do modelo imperial romano (no caso, os espetáculos) são entendidos como discursos hegemônicos inerentes a uma prática imperialista. Não podemos deixar de salientar a aproximação que se estabelece entre as elites locais nativas e o “centro do poder romano” diante da cooptação e da apropriação do discurso imperial romano adaptado para as necessidades provinciais e municipais.

A inter-relação política e cultural que os espetáculos estabelecem entre Roma, capital do Império, e as demais províncias, através da circulação dos signos e símbolos que formam o *ethos* e a identidade romana, contudo não se perfaz isoladamente. É inerente a essa demonstração do poder romano também a circulação de elementos comuns que representem o poder romano, isto é, os diferentes elementos que são apresentados e representados, mesmo diante das especificidade provinciais e locais, precisam manter uma “unidade” que represente o discursos imperial. Apresentar um rinoceronte africano nos anfiteatros transmitia a sobrepujança romana sobre as províncias africanas e, romana e humana, sobre a natureza. Mas como representar esta mesma sobrepujança, que foi demonstrada por Augusto na arena do Anfiteatro Flávio, o Coliseu, em outras províncias sem a posse de um rinoceronte?

O exemplo, mesmo que anedótico, serve-nos como farol para uma importante questão que foi relegada em detrimento dos estudos políticos e culturais sobre os espetáculos, particularmente os Espetáculos de Gládio: a necessidade de grande quantidade e diversidade de materialidades necessárias para organizar e manter esta prática de tal forma que é possível observarmos o surgimento de uma complexa e lucrativa atividade econômica em torno dos mesmos, exigindo uma vasta mão-de-obra para sua realização e organização, gerando uma demanda por trabalho especializado, vinculado à criação e manutenção destas materialidades, e da execução dos combates em si. Com essa ideia em mente podemos dar continuidade a nossa reflexão.

## **A ECONOMIA ROMANA REVISITADA**

A obra do historiador britânico Sir Moses I. Finley, *A Economia Antiga* (1980), parece-nos um excelente ponto de partida para revisitarmos a economia romana. Essa consagrada obra, que defendia que a economia no mundo antigo era definida não pela procura, mas por uma ideologia cívica e de *status*, reativou os debates acerca da economia antiga e continuou com o debate entre *primitivistas*, os quais consideram o “atraso” do sistema econômico antigo como um sintoma de um diferente e

predecessor estágio do “desenvolvimento” humano, e *modernistas*, os quais consideram que a economia antiga difere da moderna apenas em escala e não em substância, isto é, apresenta-se como um estágio da evolução capitalista. (SCHEIDEL; VON REDEN, pg. 3, 2002).

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, podemos resumir o modelo finleyniano onde a agricultura era a atividade mais importante, mas seus produtos eram consumidos, majoritariamente, em seu local de produção e não eram comercializados. Com exceções como Roma e Alexandria, as cidades eram locais de residência para os ricos proprietários de terra: proviam centros administrativos, religiosos, um artesanato modesto e mercados locais. Eram, sobretudo, centros de consumo financiados por impostos e rendas, mais do que pelo comércio ou pela indústria. O comércio entre as regiões era de pequeno volume, devido à insuficiência e má técnica dos transportes e à falta de especializações regionais complementares, posto que, por todo Mediterrâneo se praticava a mesma agricultura. Sem mercados maciços, o pequeno volume de comércio era de produtos de luxo, e de longa distância. A terra trazia *status* e este obrigava a despesas no consumo conspícuo e em benfeitorias públicas (evergetismo): nisso se gastava, não em investimentos produtivos (CARDOSO, p. 20, 2011).

Análises mais recentes apontam, no entanto, críticas ao modelo proposto por Finley a partir da defesa das especificidades inerentes a cada sociedade evitando com isso a limitação das análises a estas ou aquelas características. Não pretendemos neste momento nos alongar nesta discussão, mas gostaríamos de propor algumas reflexões: 1 – é possível, a partir, da análise de dados elencados pela Arqueologia observarmos a presença de “mercados” que apresentam-se relacionados diretamente com o aumento ou redução do preço dos cereais (TEMIN, 2001); 2 – O comércio entre as regiões parece-nos mais intenso (obviamente que não aproxima-se nem de perto à intensidade do comércio globalizado que observamos hoje) do que era apontado por

Finley. Algo que pode corroborar com esta análise é o investimento de aristocratas romanos em “empresas” de comércio marítimo, assim como a formação de associações de marinheiros; 3 – o fato do comércio restringir-se a um pequeno volume e a produtos de luxo também parece-nos defasado. A circulação de mercadorias de todo tipo – desde cerâmica a espetáculos – demonstra-se através da cultura material bastante evidente.

Peter Temin critica a afirmação de Finley de que a sociedade antiga não possuía um sistema econômico que era um enorme conglomerado de mercados independentes (FINLEY, p. 24, 1980) e propõe em seus trabalhos a existência de uma “economia de mercado” no decorrer do Alto Império Romano, o que fica comprovado através da existência de uma variação de preços de produtos – principalmente cereais -, o que podemos observar no decorrer do reinado de Diocleciano (284 a 305 A.D.) a instituição do Edito Máximo de Preços.

O edito de controle de preços de Diocleciano de 301 A.D. tentou controlar uma grande variedade de preços. Ele não foi tão extenso como, podemos dizer, o Decreto Preisstopp declarado pelos Nazistas no século XX, mas revela que haviam variáveis preços de mercado que as autoridades desejavam controlar (TEMIN, p. 173, 2001)

O referido Edito, inclusive, apresenta entre suas normas a delimitação do preço de animais africanos, madeira, mármore, isto é, materialidades fundamentais para a realização dos espetáculos. Nossa perspectiva corrobora com a proposição de Temin de que o Alto Império Romano presenciou uma economia que apresentava diferentes mercados que mantinham uma inter-relação entre si, principalmente se focarmos nossa análise para Roma, o grande centro consumidor do Império. As demais regiões do Império também parecem-nos dependentes deste comércio interligado de produtos: o metal da Hispânia, o *guarum* Lusitano, as cerâmicas gaulesas não permaneceram restritas às suas regiões de produção, o que nos comprova hoje a Arqueologia.

Inserida nesta perspectiva de uma economia inter-relacionada retornamos

nossa análise para os espetáculos, pois, como apontado anteriormente, os compreendemos como parte integrante da sociedade e do *ethos* romano, e por isso, ao nos debruçarmos sobre eles estamos analisando o próprio funcionamento do mundo romano.

## A ECONOMIA DA CULTURA

Retomando aspectos apontados anteriormente podemos elencar nos espetáculos a demanda de diversas materialidades necessárias para organização e manutenção desta prática; o surgimento de uma complexa e lucrativa atividade em torno dos mesmos; demanda por trabalho especializado, vinculado à criação e manutenção destas materialidades, e da execução dos combates em si.

No intuito de melhor analisarmos estas necessidade adotamos o conceito da economia da cultura definida pelo economista Fábio Earp.

Um conjunto de ramos, segmentos e atividades auxiliares para a produção e distribuição de bens com conteúdos simbólicos, resultantes do trabalho criativo, organizados pelo capital que aumenta seu valor e dirigido a mercados consumidores com a função de reprodução ideológica e cultural (EARP, p.39, 2002).

Parece-nos patente a relação que podemos estabelecer entre os espetáculos romanos e a economia da cultura, no entanto gostaríamos de tecer outras reflexões que corroborem com nossa análise. Três aspectos ajudam-nos a defender nossa postura: a *sinuosidade do tempo*; o *acesso aos meios de entretenimento* e o *gosto*.

A sinuosidade do tempo faz-se presente diante da divisão entre o *tempo dedicado ao trabalho* e o *tempo livre*. A liberdade do uso é então a qualidade que define a esta parte do tempo, e o que nele fizermos será chamado *lazer*. O *ócio* consistindo no nada fazer e o *entretenimento* consistindo no tempo gasto em alguma atividade voluntária e não-remunerada, que pode ser livremente interrompida pelo praticante. (EARP, p. 42, 2002). É interessante salientarmos a dualidade presente nos espetáculos romanos, já que ao mesmo tempo em que ir aos espetáculos era um entretenimento, era também dever do cidadão romano atender aos espetáculos.

As atividades de entretenimento exigem *meios de entretenimento*, isto é, equipamentos e serviços que são a condição para sua prática (EARP, p. 49, 2002). No caso dos espetáculos romanos esses meios de entretenimento não são estáticos, como no caso dos combatentes que circulavam com as *famillias gladiatorias* pelas diferentes províncias oferecendo seus serviços, e, na maioria dos casos, provem de diversas regiões, novamente no caso dos gladiadores que circulavam pelas províncias e das feras utilizadas nas arenas. Estudos recentes também comprovam um grau de especificidade dos gladiadores que hoje pode ser comparado a atletas de ponta e que demandam um grande aparato técnico que perpassa *doctores, lanistae* e médicos.

O gosto pelo entretenimento, no caso dos espetáculos romanos pode ser comprovado através do fascínio que os gladiadores e aurigas causavam na sociedade romana. O trabalho de Renata Senna Garraffoni, *Gladiadores na Roma Antiga: dos combates às paixões cotidianas* (2008) apresenta-nos uma excelente análise da relação cotidiana que podemos observar entre a população romana e os gladiadores. A análise dos grafites parietais de Pompéia corroboram com a proximidade entre estes indivíduos infames e as camadas populares romanas.

O gosto parece-nos um importante viés de solidificação de nossa análise, pois através dele podemos “encerrar” a adequação dos espetáculos romanos à proposta de uma economia da cultura.

(...) o gosto não é inocente e nem sua manifestação pública é livre de consequências: serve para mostrar a que grupo o indivíduo pertence e, sobretudo, a quais outros ele não pertence. Serve igualmente para delimitar o grau de originalidade e de destaque que o mesmo pretende ter dentro de seu próprio agrupamento. Ou seja, é uma manifestação de identidade individual e coletiva (EARP, p. 54, 2002).

## CONCLUSÃO

Pretendemos analisar neste trabalho algumas reflexões acerca da economia romana e sobre o papel exercido pelos espetáculos na mesma. Elencamos para isso os principais aspectos dos espetáculos romanos desde o seu viés religioso até a sua relação, que nos

parece íntima, com o modelo econômico romano.

No que diz respeito à economia romana, discutimos brevemente a proposta de Finley e a utilizamos para contrapormos nossas atuais reflexões, as quais propõem a existência de uma ativa rede de “mercados” que mantêm uma inter-relação e um diálogo no decorrer do Alto Império Romano.

Finalmente, diante desta ativa rede de “mercados” analisamos os espetáculos romanos sobre o viés da economia da cultura, a qual se adapta plenamente às características observadas nesta inter-relação entre as provias e Roma e entre as províncias entre si através da circulação de materialidades e indivíduos necessários para a realização dos espetáculos.

## **BIBLIOGRAFIA**

BANG, Peter Fibiger. Imperial Bazaar: towards a comparative understanding of markets in the roman empire. In: Ancient Economies Modern Methodologies: archeology, comparative history, models and institutions. Bari: Edipuglia, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion, S. “Existiu uma Economia Romana?” In: Phônix, Rio de Janeiro, v. 17, nº 1, p. 15-36, 2011.

DUNCAN-JONES, R. The Economy of the Roman Empire (quantitative studies). Cambridge University Press, New York, 1979.

EARP, F.S. Pão e Circo – Fronteiras e Perspectivas da Economia do Entretenimento. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2002.

EDMONSON, J. Inmigración y sociedad local en Augusta Emerit, 25 A.C. – 250 D.C. IN: JORGES, JEAN-GERARD, CERILLO E. y BASARRATE, T.N. (edit) V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones. Madrid: Ministério da Cultura, 2004.

FINLEY, M. A Economia Antiga. Porto: Afrontamento, 1980.

FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. Economia Romana no Início do Principado. In:

MENDES, N. M.; SILVA, G. V. da (Org.) Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.

GARNSEY, P. HOPKINS, K. and WHITTAKER, C.R. (edit.) Trade in the Ancient Economy, London: The Hogarth Press, 1983.

LO CASCIO, Elio. The role of the state in the roman economy: making use of the new institucional economy. In: Ancient Economies Modern Methodologies: archeology, comparative history, models and institutions. Bari: Edipuglia, 2006.

MARTINEZ J.M. y BASARRATE T.N. Espetáculos y sociedad en Augusta Emerita. IN: Sociedad y cultura em Lusitania romana. Mérida, 2000.

MATTINGLY, D. The Imperial Economy. In: POTTER, D. (Ed.) A companion to the Roman Empire. Oxford: Blackwell Publisher, 2006.

MENDES, N. M.; SILVA, G. V. da (Org.) Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.

POLANYI, K. Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos. Barcelona: Labor, 1976.

ROSTOVTZEFF, M. Historia Social y Economica del Imperio Romano. Madrid: Espasa-Calpe, 1972.

SÁBADA, R.J.L. La actividad profesional e industrial em *Augusta Emérita*. IN: Économie et territoire en Lusitanie Romaine. Madrid: Casa de Vilazquez, 1999.

SCHEIDEL, W.; VON REDEL, S. (Ed.) The Ancient Economy. New York: Routledge, 2002.

TEMIN, Peter. A Market Economy in the Early Roman. In: The Journal of Roman Studies, Vol. 91, 2001, pp. 169-181.

TEMIN, Peter. The Labor Market of the Early. In: The Journal of Interdisciplinary History, Vol. 34, No. 4, Spring, 2004, pp. 513-538.

TEMIN, Peter. The Economy of the Early Roman Empire. In: The Journal of Economic Perspectives, Vol. 20, No. 1, Winter, 2006, pp. 133-151 .

## LUOGHI DI CULTO IN GROTTA NELLA CHORA DI CIRENE

*Maria Cristina Napolitano*

*Filippo Venturini<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente artigo analisa a formulação do espaço sagrado no planalto cirenaico a partir da estrutura rupestre localizada entre a *polis* e *chora*, nos santuários de *Nymphai Chtoniai*, Baggara, Ain Hofra, Slonta, Messa, aproximando a cultura cidadina da cultura rural a partir da tipologia representada nos santuários.

**Palavras-chave:** Espaço Sagrado, Estrutura Rupestre, Cultura Cidadina.

### RIASSUNTO

Una formulazione dello spazio sacro piuttosto frequente nell'altopiano cirenaico prevede strutture rupestri, dislocate ai confini tra *polis* e *chora* e particolari apprestamenti legati al rito. Il santuario delle *Nymphai Chtoniai*, Baggara, Ain Hofra, Slonta, Messa, sono inquadrabili in una tradizione locale di santuari rupestri o agresti. Sorti negli *uidian* e scavati nelle pareti calcaree, gli spazi sacri mantengono un forte legame con culti legati ad acque sorgive e divinità ctonie; collocati ai margini della città, sono inseriti a pieno titolo nell'organizzazione territoriale, per la quale svolgono un ruolo di tramite tra Greci e Libyi. Questa tipologia può essere a sua volta contenuta in un macroinsieme, costituito da santuari definibili rurali, posti ad una distanza maggiore dalla città rispetto ai precedenti, in cui la cultura cidadina si incontrava e scontrava con le usanze delle tribù indigene, dando vita a manifestazioni artistiche, culturali e architettoniche molto originali, frutto di sincretismo, fusione e coesistenza di varie temperie culturali.

**Keywords:** Spazio Sacro, Strutture Rupestri, Cultura Cidadina.

Una formulazione dello spazio sacro piuttosto frequente nell'altopiano cirenaico

---

<sup>1</sup> Dott.ssa Maria Cristina Napolitano, Archeologa, Specialista in Beni Archeologici presso Scuola di Specializzazione di Lecce, socia del Comitato per gli Scavi di Stabia, email: napolitano.cristina@libero.it; Filippo Venturini, Archeologo, Dottore di Ricerca presso Università di Macerata in Archeologia romana del Maghreb e della Cirenaica, email: venturinifilippo72@gmail.com.

prevede strutture rupestri, dislocate ai confini tra *polis* e *chora* e particolari apprestamenti legati al rito.

Il santuario delle *Nymphai Chtoniai*, Baggara, Ain Hofra, Slonta, Messa, sono inquadrabili in una tradizione locale di santuari rupestri o agresti. Sorti negli *uidian* e scavati nelle pareti calcaree, gli spazi sacri mantengono un forte legame con culti legati ad acque sorgive e divinità ctonie; collocati ai margini della città, sono inseriti a pieno titolo nell'organizzazione territoriale, per la quale svolgono un ruolo di tramite tra Greci e Libyi.

Questa tipologia può essere a sua volta contenuta in un macroinsieme, costituito da santuari definibili rurali, posti ad una distanza maggiore dalla città rispetto ai precedenti, in cui la cultura cittadina si incontrava e scontrava con le usanze delle tribù indigene, dando vita a manifestazioni artistiche, cultuali e architettoniche molto originali, frutto di sincretismo, fusione e coesistenza di varie temperie culturali.

I santuari fungevano da ricettori per l'ellenizzazione irradiandola nel contesto rurale con i propri mezzi e mediante i propri linguaggi. Differentemente da questi ultimi santuari, i più distanti, come Slonta o Martuba, dimostrano di avere un solido legame con il retroterra libico e costituiscono spesso vere e proprie "frontiere" culturali.

## **IL SANTUARIO DELLE NYMPHAI CHTONIAI**

Alle pendici dell'acropoli nella parte nord-occidentale, sul versante Est dello Uadi Belgadir, vicino alla Terrazza del Santuario di Apollo (la Myrtousa), furono ritrovate, nel 1910, circa 3000 statuine di terracotta (c.d. "terrecotte Norton"), per lo più andate disperse o distrutte durante gli anni del secondo conflitto mondiale. Quel luogo, di lì in poi denominato "Giardino delle terrecotte", era sede del santuario delle *Nymphai Chtoniai*<sup>2</sup>, divinità locali che avevano aiutato ed assistito Aristeo nell'invenzione del

---

<sup>2</sup> Micheli M. E. – Santucci A. – Bacchielli L., *Il santuario delle Nymphai Chtoniai a Cirene*, Roma 2000.

silfio<sup>3</sup>.

Il santuario, immediatamente all'esterno delle mura ellenistiche, raggiungibile dalla città attraverso una posterula, coincide con una serie di grotte naturali, in cui permangono tracce dell'intervento umano nelle nicchie scavate nelle pareti. Sono state ritrovate piccole arule, con vaschette circolari per i sacrifici e altari<sup>4</sup>. Per l'assenza di iscrizioni e per la semplicità delle strutture, un orientamento cronologico è possibile solo sulla base del materiale rinvenuto. Cronologicamente il complesso delle statuine fittili, va dalla metà del V sec. a.C. al primo quarto del III sec. a.C.<sup>5</sup> e sono di esecuzione locale. Le figure femminili sono caratterizzate in taluni casi, da un'acconciatura riconosciuta di tradizione libya e da una veste arricchita da una cappa di pelle animale. Gli attributi genericamente associati a queste figure sono il silfio e la gazzella (attributi territoriali), una corona e un piccolo vaso.

Fondamentale è il confronto con dei rilievi, di età ellenistica, ritrovati fuori dalle mura di Cirene, con una teoria di figure maschili e femminili che si radunano all'interno di una grotta, interpretate come divinità greche e libye<sup>6</sup>. La corrispondenza fra le divinità dei rilievi e quelle della stipe votiva è rivelata dalla presenza degli stessi attributi: gazzella e ciotola (forse un richiamo ad attività di mungitura o all'acqua, utilizzata in ambito cultuale).

<sup>3</sup> Bacchielli L., "Apollonio Rodio e il Santuario Cireneo delle *Nymphai Chtonai*", in *Quaderni urbinati di Cultura Classica*, n.s. 51, n. 3, Pisa – Roma 1995, pp. 133-137.

<sup>4</sup> Bacchielli L., "Un santuario di Frontiera, fra *polis* e *chora*", in *Cyrenaican Archaeology*, 1994, pp. 45-59; Micheli – Santucci – Bacchielli 2000, *op. cit.*.

<sup>5</sup> Si veda l'analisi di Bacchielli (Bacchielli 1994, *op. cit.*, p. 49) per le assonanze iconografiche con tipi di V sec. a.C. per le statuine femminili e di fine V inizi IV sec. a.C. per quelle maschili.

<sup>6</sup> Fabbriotti E., "Divinità greche e divinità libie in rilievi di età ellenistica", in *QuadALibia*, 12, 1987, pp. 221-244; Wanis S., "A new relief from Cyrene with a Lybian Scene", in *LybStud*, 23, 1992, pp. 41-44; Fabbriotti E., "Lastra pastorale del territorio di Cirene", in *LybAnt* n.s. II, 1996, pp. 23-25. Le divinità più facilmente distinguibili sono: Zeus Ammon sull'ariete, Apollo oracolare sull'*omphalos*, Demetra e Kore, Artemis Bendis. E poi ancora: Eurypilos vestito da oplita, Asclepio, Aristeo. Le figure, in posizione paratattica, mostrano una giustapposizione di modelli di V, IV e III sec. a.C., provenienti dall'Attica, dove sono attestati a partire dal V sec. a.C. santuari in grotta dedicati alle ninfe e a Pan etc. Confronti possono esser fatti col rilievo del Museo Nazionale di Atene da Ekali, datato al 300 a.C. e il rilievo dedicato da Telephanes dell'inizio del III sec. a.C. (Fuchs W., *Attische Nymphenreliefs*, Athen. Mitt., 77, 1962, pp. 243-246, tavv. 65,2 e 66,1).

Sia il legame dichiarato con il mondo pastorale sia la rappresentazione figurata di sacelli in grotta, sostanziano l'ipotesi che tali lastre fossero ospitate in nicchie collocate negli stessi santuari rurali. Si tratta dunque, sia per i rilievi quanto per le statuette del santuario delle Ninfe<sup>7</sup>, di divinità agro-pastorali, mediatrici della fecondità della terra e degli animali.

### **AIN HOFRA**

Nella *chora* ad Est di Cirene, presso la fonte e la vallata di Ain Hofra, dove si estende la necropoli omonima ed alla testata di Uadi Bu Milio (4 km ca. ad est di Cirene), sono state individuate diverse realtà santuariali rupestri<sup>8</sup>, sconosciute per lo più alla letteratura archeologica.

Si riconoscono tratti peculiari: percorsi tagliati nella roccia, lungo i quali si dispongono le offerte votive, tra cui in particolare risaltano gli incassi per le stele; grotte naturali lavorate artificialmente dall'uomo in facciata e nello spazio antistante; nicchie e altari.

La zona indagata in modo più approfondito è la zona di Uadi Ain Hofra<sup>9</sup>, il cui santuario nasce da un sincretismo tra un culto eroico ed un culto legato a divinità ctonie, come permettono di supporre le numerosissime dediche agli Eroi, alle Eumenidi e al Meilichios<sup>10</sup>. Culti aristocratici ricostruiti sulla base delle iscrizioni rinvenute in loco e sviluppatesi da una tomba arcaica cosiddetta "tomba-santuario"

---

<sup>7</sup> Le Ninfe, legate all'elemento umido sono venerate in antri come quello di Apollo a Cirene, presso la fonte Kyra, nella parte occidentale della Terrazza Superiore (Stucchi S., *Architettura Cirenaica*, Roma 1975, pp. 259 ss. e 581 ss.)

<sup>8</sup> L'area è stata oggetto di una mappatura GIS finalizzata alla localizzazione puntuale dei santuari extraurbani e rurali nella zona di Cirene, svolta dall'Università di Chieti in collaborazione con il Department of Antiquities di Shahat (Menozzi O., "Per una lettura della *chora* cirenea attraverso lo studio di santuari rupestri e di aree marginali della necropoli di Cirene", in *Cirenaica: studi, scavi e scoperte. Parte I: nuovi dati da città e territorio. Atti del X Convegno di Archeologia Cirenaica. Chieti 24-26 Novembre 2003*, Fabbricotti E. – Menozzi O. (a cura di), 2006, pp. 61-84; Menozzi O., "Santuari agresti nella *chora* di Cirene", in *Karthago*, 27, 2007, pp. 79-91).

<sup>9</sup> Fabbricotti E., in *Cirene*, Bonacasa N. – Ensoli S. (a cura di), Milano 2000, pp. 181-182.

<sup>10</sup> Si veda la grotticella a sud-est della sorgente di Ain Hofra, di periodo arcaico, in cui vi sono numerose dediche di IV sec. a.C. (Micheli - Santucci – Bacchielli 2000, *op. cit.*, p. 124).

che si trova perfettamenteamente al centro dell'area sacra e che (probabilmente non terminata, manca della camera funeraria), fu sede di un culto eroico.

Secondo recenti interpretazioni<sup>11</sup> si tenderebbe a considerare l'intero uadi un santuario a cielo aperto, dove diverse aree cultuali, grotte, ambienti ipogei, nicchie iscritte, sono solo alcune delle numerose testimonianze della sacralità del luogo.

A questa molteplicità dei luoghi di culto corrisponderebbe, come del resto nella maggior parte dei santuari rupestri considerati, una molteplicità di divinità venerate, che ritroverebbero un *trait d'union* nei sentieri naturali o artificiali, nei gradini ricavati nella roccia, percorsi mediante i quali il pellegrino viveva la propria spiritualità religiosa.

Dal punto di vista cronologico il santuario di Ain Hofra, sembra frequentato sin da età arcaica, con un incremento tra il V e il IV secolo a.C. nelle attestazioni cultuali e successivi rinnovamenti di età ellenistica. Tra il IV secolo a.C. e l'età imperiale risale l'edificazione di numerose tombe.

Sulla sommità della collina prospiciente a Uadi Bu Miliou sono tombe, genericamente a tumulo, sporadiche e sparpagiate nel territorio; è stata ricostruita<sup>12</sup> una distribuzione delle aree funerarie con connesse aree cultuali, ordinate sulla falsa riga della suddivisione agraria, per cui risulterebbe che tali tombe siano costruite in lotti di terra di proprietà, con lo scopo di legittimizzare, mediante il monumento funerario, la proprietà fondiaria e il legame che il *genos* aristocratico aveva con la terra.

## **BAGGARA**

L'area della collina di Baggara, a ovest di Cirene, è una zona ricca di attestazioni cultuali. Nella parete orientale dello Uadi Bu Nabej, a 3,5 km ad Ovest di Cirene, si trova il santuario delle Dee di Budrag<sup>13</sup>, tra i più noti e i più significativi della zona dal

<sup>11</sup> Fabbricotti, in *Cirene 2000, op. cit.*, pp. 181-182; Menozzi 2006, *op. cit.*, p. 67.

<sup>12</sup> Menozzi 2006, *op. cit.*; *id.* 2007, *op. cit.*

<sup>13</sup> Ferri S., "Il Santuario di Budrag", in *Notiziario Archeologico*, III, Roma 1922, pp. 95-99; Menozzi 2006,

punto di vista monumentale.



Fig. 1. Budrag, Santuario delle Dee (foto F. Venturini)

Si tratta di un ambiente a pianta trapezoidale con banchi nei lati lunghi, vasca centrale, altare attorniato da pozzetti circolari nella parete di fondo, nicchie alle pareti (fig. 1), probabilmente destinate ad ospitare rilievi figurati come quelli precedentemente menzionati, ritrovati nella *chora* Cirenea<sup>14</sup>. All'ambiente principale (A) venne aggiunta durante la fine del II inizi I sec. a.C., una seconda camera (B), a pianta quadrata con un altare collocato nella parete di fondo e un'edicola al di sopra di questo. In quest'ambiente è stata ritrovata un'iscrizione che attribuisce il culto ΤΑΙΣ ΘΕΑΙΣ, da cui il nome del santuario. È molto probabile che l'iscrizione si riferisca

---

*op. cit.*, pp. 63-64; Menozzi 2007, *op. cit.*, p. 83.

<sup>14</sup> Fabbricotti 1987, *op. cit.*, p. 241 ss.

alla fase di evoluzione del monumento, originariamente un Heroon, come attesta una dedica a Kotys figlio di Aristoklidas presente sull'altare dell'ambiente B, successivamente una tomba per più deposizioni e ancora un santuario, grazie alla vicinanza del ninfeo (ambiente A).

Il Santuario delle Dee risulta integrato in una realtà di tipo prevalentemente funerario<sup>15</sup>. È possibile che la presenza di acque sorgive abbia dato vita a un culto ctonio nella zona, da cui ne conseguirebbe la scelta come area funeraria. Inoltre è possibile, considerando la distanza dalla città e il non necessario attraversamento, che i visitatori delle tombe dovessero recarvisi appositamente, intendendo queste aree come prescelte da coloro che le occuparono in vita (proprietari terrieri, braccianti etc.), piuttosto che frequentate soltanto per il legame col culto praticato. Questa ipotesi coinciderebbe con uno sfruttamento del santuario da parte di *gene* aristocratici, con possedimenti nella zona, per sottolineare l'appartenenza al territorio sia mediante il culto comune che per l'uso della necropoli.

Sempre sulle pendici della collina di Baggara è una seconda area santuariale, posta nell'Alek Ain Bueda, caratterizzata da una sorgente d'acqua che alimenta una camera cultuale di piccole dimensioni scavata nella roccia, con all'interno una vasca di raccolta delle acque. Una serie di nicchie votive fungono forse da cesura tra le due aree sacre tra il Santuario di Demetra di Uadi Belgadir<sup>16</sup> e Ain Bueda. Anche qui le tombe presentano dei cortili prospicienti, in cui si aprivano numerosi ambienti, tombe a camera più semplici con resti di iscrizioni, tombe a tempietto. Anche in questo caso la zona risulta essere di passaggio, non caratterizzata da un accesso agevole, bensì con una viabilità secondaria costruita probabilmente all'uopo.

---

<sup>15</sup> Menozzi 2006, *op. cit.*, p. 64.

<sup>16</sup> Si rimanda ai numerosi studi di D. White: White D., "Excavations of the Demeter sanctuary at Cyrene 1969", in *LibAnt*, 8, 1971, pp. 85-104; *id.*, "Cyrene and the cult of Demeter and Persephone at Wadi Bel Gadir, Cyrene (Shahat)", in *LibSt*, 8, 1976-77, pp. 15-18; *id.*, "Le sanctuaire extra-muros de Demeter et Persephone à Cyrene: sa situation dans l'architecture sacrée grecque", in *Cités, ports et campagnes. Karthago*, XXIV, 1999, pp. 117-124.

Il terzo santuario di Baggara è sulle pendici orientali della collina, prospiciente all'Uadi Bel Gadir; già citato dal Ferri nel 1923, per la presenza di: «una doppia *eskara* con all'interno un *botros* e sulla parete l'iscrizione ΑΛΙΩ / ΑΥΓΑΣ»<sup>17</sup>. La doppia *eskara* è stata rintracciata in una cavità naturale a doppio ingresso, in cui sono presenti acque sorgive. L'area antistante è sistemata con un ampio spazio terrazzato da un grosso muro in opera isodoma, che funge forse sia da sostruzione per la strada che da delimitazione per l'area sacra; forse una sorta di *temenos*. Da tale area si accede alla zona delle tombe a camera con facciata monumentale, tra le più particolari di tutta Baggara. La strada è scavata nelle pendici rocciose della collina e anche in questo caso non è una via principale ma secondaria e di portata limitata, creata per fungere da collegamento con l'area sacra e funeraria.

M.C.N

## UADI GRAGA

Nello Uadi Graga<sup>18</sup>, a km 3 in linea d'aria da Cirene, ci sono due grotte comunicanti, in una, nella parete di fondo, c'è una nicchia, con altare e banconi laterali, è chiara l'affinità con Budrag. Simile è anche un ipogeo in prossimità del Santuario di Apollo a Cirene. Siamo quindi al cospetto di una tipologia di luogo di culto ipogeo dai caratteri abbastanza standardizzati. A quali divinità si rendesse omaggio lo si può dedurre dalle iscrizioni di Budrag, una delle quali recita: ΤΑΙΣ ΘΕΑΙΣ, cioè alle Dee, vale a dire le Ninfe, solitamente venerate in antri, come è testimoniato anche nell'Odissea<sup>19</sup> e legate anche all'acqua, iscrizioni di dedica a queste divinità sono nell'antro della fonte *Kyra*, nel Santuario di Apollo<sup>20</sup>, mentre nei pressi del teatro nel Santuario di Demetra c'è una fontana realizzata scavando una parete rocciosa, formando così una grotticella, che sul

<sup>17</sup> Ferri S., *Contributi di Cirene alla storia della religione greca*, 1923 pp. 95-99.

<sup>18</sup> Venturini F., "Le case trogloditiche nel contesto delle strutture in grotta cirenee", in *Opera Ipogea 1-2 2011 (=Atti VII Convegno Nazionale di Speleologia in Cavità Artificiali Urbino, 4-8 dicembre 2010)*, pp. 255-262.

<sup>19</sup> Odissea, XIII, 96-112.

<sup>20</sup> Wright J. R., "Cyrene: a survey of certain rock-cut features to the south of the Sanctuary of Apollo", in *Journal of Hellenic Studies LXXVII 1957*, pp. 309-310.

fondo ha un'iscrizione musiva: NYMΦAN<sup>21</sup>. Queste divinità fanno spesso da seguito a dee maggiori. Nell'inno omerico ad Afrodite, divinità delle acque fecondatrici<sup>22</sup>, Artemide guida la schiera delle Ninfe, mentre caccia, danza e gioca sui monti e per la campagna<sup>23</sup>. Legata a sorgenti e corsi d'acqua è anche Persefone, che compare altresì a capo delle Ninfe<sup>24</sup>. E' verosimile che a seconda del contesto sacrale la divinità principale potesse cambiare, tuttavia si deve anche rifuggire da troppo rigide distinzioni, che verrebbero smentite dalle fonti antiche, ad esempio in una tavoletta di Ossirinco sono giustapposte Afrodite e Persefone, in modo tale da avere fatto supporre che le due dee fossero identificate<sup>25</sup>.



Fig. 2. Uadi Graga, alcuni degli animali incisi nelle pareti della grotta (foto F. Venturini)

Questa sovrapposizione fra le due divinità avrebbe avuto origine a Locri<sup>26</sup>, ove, come si sa, sono presenti culti in grotta. Il corteggio delle Ninfe resta identico nella sua

<sup>21</sup> Venturini F., *I mosaici di Cirene di età ellenistica e romana*, Roma 2013, p. 86.

<sup>22</sup> Semerano G., *Il popolo che sconfisse la Morte*, Milano 2003, p. 32

<sup>23</sup> Hymn.Aphr.18-20.

<sup>24</sup> Kingsley P. *Misteri e magia nella filosofia greca, Empedocle e la tradizione pitagorica*, Milano 2007, pp. 341-342.

<sup>25</sup> Kingsley 2007, *op. cit.*, pp. 263-264.

<sup>26</sup> Kingsley 2007, *op. cit.*, p. 264.

indefinitezza, tale vaghezza di profilo conferisce a queste dee tratti estremamente arcaici, ancestrali. “(Le Ninfe) non le ha prodotte l’immaginazione ellenica, erano al loro posto, nelle acque, fin dal principio del mondo”<sup>27</sup>, non a caso quando Apollo rapisce Cirene la porta sul monte Mirtussa (dove poi sorgerà il Santuario dedicato a Febo) che era già abitato dalle Ninfe<sup>28</sup>. Che questi antri sacri possano essere la perpetrazione di culti locali estremamente antichi potrebbe essere confermato proprio dagli ipogei di Uadi Graga, infatti nella grotta comunicante con quella con l’altare sul fondo, nelle pareti sono incise figure di animali: capri, bovini, volatili (struzzi?), un torello e sembrerebbe anche una tartaruga (**fig. 2**). Non sono tutte coeve queste incisioni, ma alcune sembrano essere più antiche e parrebbero avere analogie con altre dell’Europa mediterranea e del Nord Africa del Paleolitico<sup>29</sup>, il che potrebbe confermare l’idea che si sia al cospetto di una tradizione prepunica.

F.V.

## SANTUARI RURAL

Il Santuario degli Aratri<sup>30</sup>, nella valle dello Uadi Senab, ad Hagfa El Khasaliya, prende il nome dagli aratri incisi sulla parete della piccola grotta. Si tratta della parte iniziale di Uadi Kuf, a Sud-Est di Al Bayda (25 km da Cirene) in cui si aprono numerose grotte naturali lungo le pareti, tra cui quella del Santuario ed altre adibite a case e a tombe. Del santuario si ignora la data di creazione. In questa zona si stanziò - forse contestualmente al periodo di rinnovamento del santuario in età ellenistica - un insediamento trogloditico, i cui abitanti si preoccuparono di costruire terrazzamenti per bonificare e immagazzinare l’acqua, con scopo chiaramente agricolo. È costituito da un anfratto naturale, con panconi per le offerte, sulle cui pareti sono scolpite teste.

<sup>27</sup> Eliade M., *Trattato di storia delle religioni*, Torino 2004, p. 185.

<sup>28</sup> Apollonio Rodio, *Argonautiche*, 500-510; Inglese A., “Cirene la ninfa e la città”, in Giacobello F. Schirripa P. (a cura di) *Ninfe nel mito e nella città dalla Grecia a Roma*, Milano 2009, pp. 161-165.

<sup>29</sup> Paradisi U., “Arte rupestre preistorica nel Djebel El- Akhdar in Cirenaica”, in *QuadALibia 5*, 1967, pp. 5-18.

<sup>30</sup> Stucchi 1975, *op. cit.*, p. 336.

Secondo un'ipotesi della Fabbricotti<sup>31</sup>, da questa stessa zona proverrebbe una serie di statuine votive di età tardoimperiale, alte circa 50/60 cm, conservate nel Magazzino del Museo di Cirene, dedicate sui panconi per le offerte nel Santuario degli Aratri.

L'abitato antico di Messa<sup>32</sup> (m 510 s.l.m), a nord-ovest della sorgente di Ain Messa, a 5 km ad ovest di Balagrae (Zawia el Beida), ha restituito arule intagliate nella roccia, attraverso cui il liquido rituale penetrava nella terra, e nicchie sepolcrali sotto il ciglio della spianata con alcune statuine femminili in calcare e fittili; varie iscrizioni menzionano Apollo, Demetra, Zeus, databili agli inizi del VI sec. a.C., sulla base dello studio epigrafico<sup>33</sup>.

Arule similmente scavate nella terra, sono state ritrovate anche ad Apollonia (a 20 km da Cirene), nei pressi di un santuario dedicato alla ninfa Kallikrateia<sup>34</sup>. Il santuario è databile alla fine del IV o agli inizi del III secolo a.C. Situato al centro dell'acropoli, restano tracce di una costruzione che doveva elevarsi al di sopra di una ipogeica; terrecotte simili a quelle rinvenute nel santuario delle *Nymphai Chtoniai* a Cirene, secondo Chamoux<sup>35</sup>, potevano essere dedicate alla medesima ninfa. La datazione dell'intero lotto di statuine è nella prima metà del IV sec. a.C. Secondo Davesne e Garlan<sup>36</sup> furono prodotte in loco e parte dello scarico di una bottega.

Una struttura sovratterra affiancata ad una ipogeica è rilevabile anche nella piana dell'Useita in località Sambar. Su uno dei blocchi del crollo della struttura terragna, si conserva un rilievo con una figura femminile. Il rilievo è stilisticamente di creazione indigena e per composizione tangente all'iconografia delle Ninfe Ctonie.

---

<sup>31</sup> Fabbricotti E., "Statuette in calcare da Bu Senab", in *Cyrenaican Archaeology*, 1994, pp. 219-230.

<sup>32</sup> E. Catani, in *Cirene*, 2000, *op. cit.*, pp. 174-175.

<sup>33</sup> Pugliese Carratelli G., "Appunti per la storia dei culti cirenaici", in *MAIA XVI*, 1964, pp. 105 ss.

<sup>34</sup> Stucchi 1975, *op. cit.*, p. 108; Chamoux F., "Callicrateia, divinité protectrice du port de Cyrène", in *La Cirenaica in età antica*, Macerata 1998, pp. 137-143.

<sup>35</sup> Chamoux, *op. cit.*, 1998, p. 138.

<sup>36</sup> Davesne A. – Garlan Y., "Découverte d'un lot de figurines grecques en terre cuite à Apollonia de Cyrénaïque", in *LybAnt*, XV-XVI, 1978- 1979, pp. 199-226.

## SLONTA

Nell'ambito di uno studio sui santuari rurali della *chora* di Cirene, occupa un posto di rilievo il Santuario di Slonta<sup>37</sup> (fig. 3), per il notevole complesso decorativo della grotta di chiara attribuzione indigena. Il santuario si differenzia, nella complessità della struttura e nel rito, dalle aree santuariali analizzate precedentemente.



Fig. 3. Slonta, Grotta delle Immagini (foto M. C. Napolitano)

Slonta è a 50 km da Cirene, sul margine estremo meridionale dell'altopiano cirenaico, ad una quota di 735 metri s.l.m., pressoché al limite del predeserto libico.

<sup>37</sup> Luni M., "Il Santuario rupestre delle «Immagini» a Slonta (Cirenaica)", in *QuadALibia* XII, 1987, pp. 415-458; *id.*, "Il Santuario libyo della Grotta delle figure a Slonta presso Cirene" in *Da Batto Aristotele a Ibn el 'As*, Roma 1987, pp. 53-56; *id.*, "Gli altari del santuario rupestre di Slonta (Cirene)", in R. Etienne, *L'espace sacrificiel dans les civilisations méditerranéennes de l'antiquité*, Lyon 1991, pp. 155-158, tavv. XLV-XLVIII; M. Luni – O. Mei, "Ceramica attica e cultura libya di frontiera nel Santuario di Slonta (Cirene)", in *Il greco, il barbaro e la ceramica attica*, Giudice F. - Panvini R. (a cura di), 2003, pp. 203-206; Luni M., "Il santuario libyo a Slonta", in *Cirene "Atene d'Africa". Monografie di Archeologia Libica XXVIII*, Luni M. (a cura di), Roma 2006, pp. 193-200.

Sul pendio roccioso della collina, in una zona occupata da necropoli e da abitazioni trogloditiche, risalenti al periodo tardo romano e bizantino che spesso hanno riutilizzato tombe a camera precedenti, è stato realizzato un complesso di figure all'interno di una grotta, oggi in parte crollata, denominata dagli Arabi "El Tesuira" (delle immagini)<sup>38</sup>. La parte più ampia della grotta, di pianta pressoché rettangolare, è ricavata nella roccia, mentre una piccola insenatura nell'angolo NO può dirsi naturale.

L'intero complesso di rilievi è caratterizzato da una scarsa rifinitura e disinteresse per i particolari, un'aderenza totale a quelle che sono le sporgenze naturali della roccia che sembrano essere l'unico filo conduttore nell'esecuzione dei rilievi, su cui forse solo in ultimo, sono stati scalpellati i tratti somatici essenziali. Il tipo di rilievo è assai grezzo. Si avverte una sorta di *horror vacui*, sin dal piano di calpestio nessuno spazio è lasciato libero. Domina l'altorilievo. Non c'è uguaglianza nelle dimensioni delle figure, né profondità. La disposizione sembra essere del tutto casuale. Le figure dei rilievi sono accomunate da un gesto esplicitato dalla posizione delle braccia portate alla testa, un evidente gesto di dolore e compianto.

Il primo gruppo di figure è a destra dell'ingresso. Sono riconoscibili sei personaggi di prospetto, il cui rilievo è in pessimo stato di conservazione a causa della prolungata esposizione alle intemperie. Disposte in modo asimmetrico, non sembrano essere in collegamento tra loro. Per alcune figure il sesso è distinguibile con certezza: si tratta di tre personaggi femminili, con una veste che scende dalla vita fin sui piedi, formando una serie di vistose pieghe, e tre maschili, di cui due giovinetti. Al di sotto, teste umane e animali, forse due agnelli. Altre quattro figure umane si trovano sulla sinistra della stessa parete verticale.

A ridosso della grotticella naturale è un altare ricavato nella roccia, con basamento troncopiramidale, alto 1,50 m, interamente ornato di figure; la parte

---

<sup>38</sup> Luni 1987, *op.cit.*, pp. 415-458.

sommitale è costituita da quattro maiali<sup>39</sup>, che fornivano con le loro schiene, il piano rituale dell'ara, leggermente in pendenza per facilitare lo scorrimento del liquido rituale in una fessura ricavata nella roccia terminante nella grotticella sottostante. Nell'ara sono una serie di figure umane a rilievo, organizzate su due piani, in parte nude, con sproporzionati organi sessuali in evidenza, in parte abbigliate con tunica a pieghe rettilinee pendenti verso il basso. Due delle figure femminili vestite alla maniera appena descritta, reggono nella destra un bastone verticale. La cornice inferiore e superiore dell'ara è decorata con un motivo di perline e astragali<sup>40</sup>.

Nella faccia occidentale del basamento è rappresentato un personaggio probabilmente maschile sdraiato e nudo, una donna vestita e al di sopra una testa umana.

La parte più esclusiva del santuario risulta essere la grotticella naturale, di piccole dimensioni (75x1,80x1 m ca.), collegata all'ara da una canaletta lavorata nel masso, decorata con teste umane caratterizzate dai soli tratti somatici essenziali: occhi allungati, naso rigonfio e appena sbizzato, labbra carnose.

Nella parete di fondo, un ultimo gruppo ricostruito da più frammenti, in cui corpi umani, teste e vari animali sono avvolti nelle spire di un grosso serpente. Nel lato destro, due grosse teste umane hanno una capigliatura a grandi ciocche crespe (le uniche a presentare tale dettaglio). Sotto il serpente c'è un frammento di testa umana e una gazzella. Nel lato occidentale della grotta una panca bassa, risparmiata nella roccia, corre lungo quasi tutta la parete.

Al centro dell'ambiente è una base di colonna e parte del fusto, che sosteneva il

---

<sup>39</sup> Stucchi (Stucchi 1975, *op. cit.*, pp. 335-337), ha interpretato questi animali come cinghiali, parlando di "Grotta dei Cinghiali", a questo proposito richiamo un passo di Erodoto (IV, 192, 2): «cervo e cinghiale in Libia non esistono assolutamente».

<sup>40</sup> Modanature simili si trovano: nel tempio di Apollo nell'Agorà (Purcaro V., *L'agorà di Cirene, II, 3. L'area meridionale del lato ovest dell'agorà*, Roma 2001); la modanatura che decora la parte inferiore della tomba a tempio N I di Cirene, databile alla metà del IV sec. a.C. (Stucchi 1975, *op. cit.*, p. 79). È complesso stabilire per l'ovulo della modanatura dell'ara una classificazione cronologica: il motivo decorativo non ha subito variazioni nello schema compositivo anche se l'esecuzione può variare localmente, pertanto, non ritengo sia possibile basare ipotesi di datazione su questo elemento.

soffitto di roccia. La base è sagomata con cinque tori di dimensioni diverse.

È presente ad Ovest, un altro ambiente, in cattivissimo stato di conservazione, resta solo parte di una figura maschile seduta, nuda, e due piedi divaricati di consistenti dimensioni.

Ad est della grotta un allineamento di blocchi con incavi circolari, ovvero are per libagioni sacre.

Secondo Luni<sup>41</sup>, autore di numerosi articoli e scavi su Slonta, la grotta fu sede di un culto ctonio in onore di Demetra, come dimostrerebbero: la presenza dei maiali sull'ara<sup>42</sup>; il rivolo intagliato, simile a quello esistente nel *Temenos* di Demetra e Kore nell'*Agorà*<sup>43</sup> e alle canalette che collegano i *bothroi* del Santuario Circolare di Demetra a una cavità scavata nel terreno<sup>44</sup>. Gli attributi sessuali posti enfaticamente in evidenza sia negli uomini che negli animali dimostrerebbero la presenza di un culto della fecondità.

Le caratteristiche del rito che si svolgeva a Slonta suggeriscono inoltre la presenza di un culto tributato ai defunti, essendo la grotta in area di necropoli. Lo studioso continua sostenendo la possibilità che la grotta abbia avuto funzione di *necromanteion*, seguendo i passi erodotei in cui si parla di pratiche divinatorie di una tribù libica<sup>45</sup>, i Nasamoni, svolte sulle tombe degli antenati e sulla base di un confronto con l'*atrium* di una tomba a Sud del mausoleo di Germa, ad el Agial<sup>46</sup>.

Per concludere con le ipotesi di Luni, ne riporto la datazione: la grotticella

---

<sup>41</sup> Cfr. nota 37.

<sup>42</sup> Nel Santuario Extraurbano di Demetra (White D., "Demeter Libyssa II: another model for colonial cultic transference", in *Demetra, la divinità, i santuari, il culto, la leggenda*, Di Stefano C. (a cura di), Atti del I Congresso Internazionale, Enna 1-4 luglio 2004, Pisa 2008, pp. 161-166) sono stati rinvenuti tra gli oggetti votivi in terracotta dei maiali, datati tra I sec. a.C. e I d.C. e negli strati arcaici ossa di maiale, probabilmente resti di sacrifici. È noto che il santuario fosse dedicato ad una divinità greco-libya, Demetra Libyssa di carattere ctonio.

<sup>43</sup> Pugliese Uhlenbrock J., "Terracotta Figurines from the Demeter Sanctuary at Cyrene: Models for trade", in *Cyrenaica in Antiquity*, 1985, pp. 297-304.

<sup>44</sup> Stucchi 1975, *op. cit.*, pp. 104-105; Bacchielli L., *L'agorà di Cirene, II, 1. L'area settentrionale del lato Ovest della platea inferiore*, Roma 1981, pp. 27-34.

<sup>45</sup> Herod., IV, 172.

<sup>46</sup> Caputo G., "Scavi Sahariani", in *Monumenti Antichi*, XLI, 1951, pp. 289-291.

naturale, nucleo primigenio, caratterizzata da rilievi ancor meno rifiniti degli altri, sarebbe precedente al resto del complesso, databile almeno al V sec. a.C., per mezzo di dati ottenuti da ricognizioni di superficie<sup>47</sup> che hanno restituito frammenti di ceramica a vernice nera e che attesterebbero i primi dati certi di frequentazione della zona; mentre la colonna e la grotta artificiale, frutto di un successivo ampliamento dell'area santuariale, andrebbero inquadrati cronologicamente nell'età imperiale. Partendo dai dati acquisiti e cercando di svilupparli alla luce di confronti iconografici diversi, propongo una serie di personali interpretazioni per alcuni aspetti relativi a Slonta, in particolare riguardo a due figure presenti nel registro inferiore dell'ara, al culto e alla cronologia dell'intero complesso.

Seguendo una mia suggestione vorrei proporre una diversa chiave interpretativa per le due figure femminili scolpite nella parte inferiore destra dell'ara, ovvero le figure che mostrano al fianco destro un bastone verticale identificato da Luni come una fiaccola o un attributo legato al culto. Sulla base di un confronto con le statuine fittili provenienti dal giardino delle terrecotte, e dalla stipe votiva di Apollonia, con la tetradramma d'argento Cirenea datata tra il 525 e il 480 a.C. che offre la prima rappresentazione della divinità col silfio<sup>48</sup>, e la *silphiophoros* dal Santuario extraurbano di Demetra<sup>49</sup>, mi chiedo perché non si possa riconoscere anche nel "bastone" della grotta di Slonta la pianta del silfio, ovviamente stilizzata e resa ai minimi termini secondo quella che è la basilare caratteristica dei rilievi figurati della grotta. Del resto si nota che il particolare attributo è accostato a figure abbigliate e non a generiche figure in nudità, il che potrebbe sottolineare il legame del silfio con personalità di spicco (una divinità?), riconoscibile appunto attraverso l'attributo e l'abbigliamento specifico. Il

---

<sup>47</sup> Risultano significativi 46 frammenti di ceramica attica a vernice nera, tutti riferibili a coppe e *skyphoi* databili al V secolo a.C. e riconducibili ad una produzione/commercializzazione di vasi destinati da vino. Una sola moneta è stata ritrovata: una dracma d'argento databile tra il 480 e il 435 a.C. (Luni – Mei 2003, *op. cit.*, pp. 203-208).

<sup>48</sup> Parisi Presicce C., "La dea con il silfio e l'iconografia di Panakeia a Cirene", in *Cyrenaican Archaeology*, 1994, p. 87, tav. I, a-b.

<sup>49</sup> Pugliese Uhlenbrock 1992, *op. cit.*, p. 22, fig. 14 e Appendice I, p. 116.

silfio che prospera nella zona predesertica, dove vive anche la gazzella (riconoscibile anch'essa tra i volti animali lavorati sulle sporgenze della roccia di Slonta), è una garanzia al riconoscimento del territorio. Avvalorando quella che vuole rimanere solo una mia vivace suggestione, questo di Slonta sarebbe il primo caso di santuario rurale in cui comparirebbe un'immagine femminile col silfio<sup>50</sup>.

Per quanto riguarda il culto risultano importanti i confronti con le raffigurazioni del serpente presenti in cinque pezzi provenienti dal complesso di Martuba<sup>51</sup> e associate al culto di Iside. Una notevole schematicità caratterizza le sculture di questa località all'interno del Golfo di Bomba vicino Aziris<sup>52</sup>, di cui non si conosce l'esatto contesto di provenienza, la datazione o la funzione. Il serpente, animale collegato al culto di diverse divinità egiziane, greche e romane, doveva giocare un ruolo importante nella religione libya a base essenzialmente naturalista. In particolare, un confronto col busto frammentario<sup>53</sup> con due serpenti può risultare utile; tale pezzo mostra una figura maschile con un copricapo stretto intorno alla fronte e bombato in alto, sulla spalla sinistra sporgono le teste di due serpenti, le cui spire si sviluppano nella parte posteriore. Il volto della figura non sembra trasmettere terrore alla presenza degli animali, tendenza che trova espressione più completa nel Santuario di Slonta, in particolare nella scena del serpente che avvolge figure umane nelle sue spire nel lato lungo della grotta.

E' noto che il culto del serpente, in tutte le religioni, ha una doppia forma:

---

<sup>50</sup> Per le ipotesi di riconoscimento di tale divinità col silfio si rimanda a: Davesne che propone Artemide (Davesne A., "La divinità cyrénéenne au silphion", in *Iconographie classique et identités régionales*, Paris 26-27 Mai 1983 (BCH Suppl. XIV), Kahil L. – Augé C. – Linant de Bellefonds P. (a cura di), 1986, pp. 195-206), Bacchielli una ninfa libia ctonia (Bacchielli 1994, *op. cit.*, pp. 45-49), Parisi Presicce la divinità guaritrice Panakeia (Parisi Presicce 1994, *op. cit.*, pp. 85-100).

<sup>51</sup> Un piccolissimo altare a base quadrata con un serpente che si arrampica sulla sommità per bere da una grossa patera; un ureo arrotolato su se stesso con la testa ritta; le due cosiddette Isidi, con tunica e pettinatura libya, i cui corpi sono in parte circondati da serpenti; il busto di un personaggio avvolto nelle spire di due serpenti (Bacchielli L., "La scultura *lybia* in Cirenaica e la variabilità delle risposte al contatto culturale greco-romano", in *QuadALibia*, 12, Roma 1987, pp. 479-486, figg. 26-34).

<sup>52</sup> Bisi A. M., "Origine e diffusione del culto cirenaico di Zeus Ammon", in *Cyrenaica in Antiquity*, 1985, p. 310; Bacchielli 1987, *op. cit.*, pp. 459-488.

<sup>53</sup> Bacchielli 1987, *op. cit.*, pp. 482-483, fig. 30.

animale pericoloso e dispensatore di morte da un lato e dall'altro benefattore e garante di fertilità e fecondità nonché simbolo apotropaico. Si può proporre una lettura che accosti Slonta a Martuba almeno sul piano dell'iconografia sacra, ipotizzando la presenza nella Grotta delle Immagini anche del culto di Iside, proprio sulla base della rappresentazione del serpente.

È noto che la vicinanza della Cirenaica all'Egitto ed i rapporti intercorsi in vari tempi tra questa, le popolazioni libye ed i coloni greci fecero sì che il culto di Iside avesse nel paese una precoce diffusione ed una peculiare caratterizzazione. Una divinità epicoria libya, dea della fertilità dalla valenza ctonia, venne assimilata all'egizia Iside in età precoloniale. A sua volta una dea precoloniale libyo-egizia, venne identificata con Demetra a partire dalla *apoikìa* greca<sup>54</sup>. Entrambe erano divinità agricole e soprattutto della sfera ctonia, venerate con un culto misterico. Per influsso dei riti demetriaci, Cirene, piuttosto precocemente, acquisì all'interno della religione isiaca elementi iniziatici. Il culto della dea è parallelo a quello di Ammon, mediatore di fertilità anch'esso, genio dell'acqua e divinità solare, "venerato dall'Egitto al Lago Tritonide"<sup>55</sup>.

Erodoto<sup>56</sup> narra che le divinità comuni ai libyi erano il Sole (venerato anche nella forma animale, l'ariete/Ammon) e la Luna. È forse proprio Luna, divinità indigena, ad essere stata identificata in età precoloniale con Iside e poi a sua volta in età greca e romana con Demetra. Come il dio Ammon venne assimilato a Zeus<sup>57</sup> in seguito alla fondazione della colonia di Cirene nella seconda metà del VII secolo a.C., così anche la dea epicoria libya assunse spiccati caratteri demetriaci. Con molta probabilità ciò

---

<sup>54</sup> Per un approfondimento su Iside a Cirene: Ensoli Vitozzi S., "Indagini sul culto di Iside a Cirene", in *Africa Romana*, 9, 1991, pp. 167-251.

<sup>55</sup> Herod., IV, 162.

<sup>56</sup> Herod., IV, 188.

<sup>57</sup> Come è attestato dalla documentazione numismatica cirenaica già alla fine del VI sec. a.C. e dall'ellenizzazione dell'Ammon dell'oasi di Siwa (Chamoux F., *Cyrène sous la monarchie des Battiades*, Paris 1953, pp. 320 ss; G. C. Picard, *Les religions de l'Afrique antique*, Paris 1954, p. 11; Stucchi 1975, *op. cit.*, pp. 565-576; Fabbriotti 1987, *op. cit.*, p. 233).

avvenne in seguito al contatto con i greci che al momento dell'arrivo sulla nuova terra si affrettarono a sacrificare agli dei del luogo e onorando alle divinità indigene, imprimevano ad esse, caratteristiche religiose e culturali straniere, da cui la nascita di sincretismi religiosi: una sorta di giustapposizione culturale il cui riflesso si può cogliere nella coesistenza, da una parte, di entrambe le religioni, greca e indigena e dall'altra nella tendenza di quest'ultima alla grecità<sup>58</sup>.

Dato fondamentale in questo senso è la presenza di scarabei e sigilli egittizzanti, del tipo presente a Naukratis, datati tra il 610 e il 570 a.C., nel Santuario extraurbano di Demetra a Cirene, che dimostra la venerazione contemporanea di Demetra e Iside<sup>59</sup>.

Attraverso il confronto iconografico col busto frammentario di Martuba e l'evidenza archeologica fornita dal Santuario extraurbano di Demetra, che offre il parallelo più antico per l'associazione cirenea Iside-Demetra, si può pensare anche per la Grotta di Slonta alla compresenza di un culto ctonio a Demetra e a Iside.

Successivamente, almeno dal V secolo a.C., doveva esistere a Cirene una forma di culto autonoma per le due divinità, così come a Tocra<sup>60</sup>. Come narra Erodoto<sup>61</sup> in questo periodo le fedeli al culto isiaco adottarono usanze greche, mangiavano carne di maiale - a differenza delle donne della *chora*, le quali si attennero più strettamente al carattere libyo del culto, astenendosi da questa. Ciò spiegherebbe la presenza dei maiali pietrificati sull'altare all'interno della grotta di Slonta, dono perpetuo alle divinità da parte di donne ligie alle pratiche rituali più antiche.

Un dato cronologico per i rilievi di Slonta potrebbe essere ottenuto mediante il

---

<sup>58</sup> Lèvêque P., "Essai et typologie des syncrétismes", in *Le Syncrétisme dans les religions grecque et romaine. Colloque Strasbourg 1971*, Paris 1973, pp. 179-187.

<sup>59</sup> I rinvenimenti del santuario dimostrano gli antichi rapporti dei greci di Naukrati, che veneravano in Iside la dea greca Demetra (Pugliese Uhlenbrock 1985, *op. cit.*, pp. 297-304; White 2004, *op. cit.*, pp. 161-166). Oggetti di questo tipo sono stati rinvenuti anche a Tocra (Boardman J. – Haynes J., *Excavation at Tocra 1963-1965. The Archaic Deposits I*, Oxford 1966, p. 165).

<sup>60</sup> Boardman – Haynes 1966, *op. cit.*, p. 17.

<sup>61</sup> Herod., IV, 186.

confronto delle figure abbigliate con due figure di divinità funerarie, non meglio identificate, lavorate in calcare che presentano la medesima tunica lunga a pieghe parallele. La prima di esse proviene probabilmente dalla zona di Bengazi ed è stata datata dal Beschi<sup>62</sup> alla seconda metà del V secolo a.C., sulla base del confronto con due statuine fittili<sup>63</sup> provenienti dalla Cirenaica in cui simile è il pannello ad incisioni basse e parallele; la seconda è una figura femminile, proveniente ancora da Bengazi, in cui lo schematismo è attenuato, il vestito non nasconde più completamente le forme anatomiche e la datazione, ancora secondo Beschi, sarebbe più recente ma non chiaramente definibile<sup>64</sup>. Inoltre interessante è l'accostamento effettuato dallo studioso ad un tipo fittile cirenaico, datato alla metà del V secolo a.C., che sembra segnare un punto di incontro tra modelli ellenici e realizzazione locale. In tale tipo il velamento delle mani potrebbe riferirsi ad una prassi religiosa comune nell'ambito del culto di Iside, in cui i sacerdoti sono tenuti a tener lontani gli arredi sacri da contatti con oggetti impuri<sup>65</sup>.

Alla luce di queste considerazioni e avvalendoci dei dati raccolti attraverso le ricognizioni di superficie nell'area del santuario<sup>66</sup>, credo di poter affermare che la grotta possa essere cronologicamente datata nell'ambito del V secolo a.C.

Più che pensare a due diversi momenti cronologici, secondo quanto affermato da Luni, per le parti costituenti la grotta, grotticella naturale e grotta artificiale (dimostrata sulla base di una esecuzione più grezza nei rilievi della grotticella naturale e quindi più antichi e una scarsa proporzione e schematismo che caratterizzerebbe la base sagomata della colonna), a mio avviso si può pensare, più semplicemente, ad una

<sup>62</sup> Ferri S., *Divinità ignote*, Firenze 1928, p. 38, tav. XXIX, a-b; Beschi L., *Divinità funerarie cirenaiche*, Roma 1972, p. 220, n. 14, fig. 64.

<sup>63</sup> Laumonier A., *Catalogue des Terres cuites du Musée Archéologique de Madrid*, Bordeaux 1921, n. 462, p. 82, tav. XXX,1; Higgins R. A., *Catalogue of the Terracottas in the Department of Greek and Roman Antiquities*, London, 1954, n. 1436, tav. 197; Beschi 1972, *op. cit.*, p. 220, n. 14, fig. 64.

<sup>64</sup> Beschi 1972, *op. cit.*, p. 222, n. 14 bis, fig. 65.

<sup>65</sup> Laumonier 1921, *op. cit.*, p. 82, n. 462, tav. XXX, 1; Higgins 1954, *op. cit.*, n. 1436, tav. 197.

<sup>66</sup> Cfr. nota 35.

difficoltà di lavorazione nella grotticella; questa, a causa delle caratteristiche stesse del luogo, uno spazio molto ridotto ed una gibbosità della roccia maggiore, può aver “obbligato” l’artigiano ad attenersi ancor più che in altri punti, alle sporgenze e rientranze naturali, ottenendo così nel rilievo un risultato più grossolano. Se si accetta infatti, che siano state le prominente stesse della roccia a suggerire la scelta dei motivi figurati ricavati in generale nella roccia di Slonta, penso si possa accogliere questa possibilità.

In definitiva, la grotta sarebbe stata sede di un culto ctonio, legato alla presenza di tombe nelle vicinanze e sulla base della lettura iconografica dei rilievi, che trasmettono l’idea della sofferenza e del dolore per la morte; sede di un culto isiaco, che va di pari passo con quello demetriaco, sulla base della presenza dei maiali sull’ara, in bella mostra, e del serpente in posizione preminente, e ancora sulla base del confronto iconografico di alcune figure abbigliate nei rilievi con statue provenienti da Berenice. Un culto che è anche legato alla fecondità della terra, mediante la rappresentazione degli attributi sessuali esagerati e l’aspetto pingue di tutte le figure scolpite e del serpente, elementi necessari in un santuario sito in un insediamento di tipo agricolo.

Tenterei ancora un’ipotesi: la presenza anche a Slonta, come nel caso della “tomba-santuario” a Ain-Hofra, di una tomba aristocratica utilizzata forse in età arcaica, su cui si è sviluppato l’impianto del successivo santuario in età classica, sia per la presenza della necropoli circostante che per l’importanza della tomba stessa nell’area. In tal caso si tratterebbe di un ampliamento funzionale.

In relazione a questa ultima mia ipotesi richiamo alla mente un passo di Erodoto<sup>67</sup> che descrive una pratica della tribù dei Nasamoni, i quali seppellivano i loro morti seduti. Forse solo suggestivo è rivedere nella figura seduta, di maggiori dimensioni rispetto alle altre, nuda e scomposta, a ridosso della grotticella che resta

---

<sup>67</sup> Herod., IV, 190.

sicuramente il nucleo fondamentale dell'intera struttura, un richiamo diretto al defunto, seppellito in epoca antica nella grotta e per il quale si tributavano sacrifici sull'ara. Dopo questo momento la tomba sarebbe stata rifunzionalizzata come santuario e forse ampliata o rinnovata in qualche sua parte.

Pur non dubitando delle influenze che l'artigiano o gli artigiani di Slonta dovettero necessariamente avere dalla cultura greca, ritengo che l'esecuzione, le capacità e il supporto medesimo, che guida la realizzazione dei rilievi della grotta, siano assolutamente spontanei, come del resto tutto ciò che è "ingenerato" e non soggetti pertanto a nessuno schema, modulo o canone.

## CONCLUSIONI

Tirando brevemente le fila del discorso, resta ancora da chiedersi quali siano le divinità venerate nei contesti sacri sparsi nella *chora* Cirenea e quali i riti espletati per tali divinità.

Le personalità divine non sempre possono essere riconosciute agevolmente per una generale indefinitezza delle stesse. Maggiormente attestati risultano essere i culti per divinità femminili: una o più divinità ctonie e della fertilità agraria, demetriaci e isiaci, a cui si aggiungono il culto delle ninfe. Sulla base dei rilievi figurati ellenistici con teorie di figure, un quadro delle divinità maschili maggiormente venerate in ambito extraurbano a Cirene, vede in particolare la presenza di: Zeus Ammon, Apollo, Aristeo, Asclepio.

Scarse sono le tracce di attività rituali riscontrate nei santuari extraurbani.

Un elemento in comune che ci permette di avere un'idea di quello che doveva essere il rito espletato in questi santuari rurali, è la presenza di arule, che si inquadrano in una serie tipologica ben attestata a Cirene e nel territorio, altarini intagliati nella roccia: se ne conoscono nel santuario di Ain Hofra; ad Apollonia nel Santuario di Kallikrateia; nel santuario rupestre di Messa ed in quello di Slonta.

L'uso dell'acqua per le pratiche rituali è accertato nei casi in cui le sorgenti

vingano comprese nelle strutture del santuario.

Una nota può essere tracciata, infine, per il contesto di riferimento. I santuari agresti per lo più sono luoghi sepolcrali lungo vie di comunicazione secondarie, che denotano siti appartati e in alcuni casi anche impervi da raggiungere, il che non può significar altro che un utilizzo mirato del luogo, dove ci si recava volontariamente. La posizione li rende indiscutibilmente legati all'organizzazione della *chora*, sia in senso generico, in quanto poli di aggregazione per la popolazione agreste, sia in senso diretto finalizzato allo sfruttamento agricolo del territorio, magari amministrando anche parte dei lotti terrieri limitrofi.

La collocazione dei santuari definiti rurali in area predesertica (Slonta), lungo vie di comunicazione fondamentali tra Cirene e il retroterra, unite a quelle vie carovaniere che, attraverso il deserto, conducevano nel cuore dell'Africa<sup>68</sup>, spiega la loro forte connotazione indigena e permette di parlare per essi di veri e propri luoghi di culto di "frontiera" nella *chora* di Cirene; luogo di incontro tra indigeni, che abitavano i villaggi e gli insediamenti di quelle zone e Greci e Romani, che si servivano di quei luoghi per la presenza di importanti vie di comunicazione. La disposizione dei luoghi di culto in questo caso, sembra si possa mettere in relazione, oltre che con la necropoli, anche con lo sfruttamento delle risorse agricole. È suggestivo pensare ad una scelta da parte di *gene* aristocratici che si riconoscevano in determinati luoghi e facevano di questi punto d'incontro per la comunità, sia per mezzo del santuario che della necropoli.

Questi santuari sembrerebbero essere dei punti in cui convoglia la presenza sacra nel territorio, che a sua volta veglia sulle risorse del luogo e in cui si rispecchia in modo più o meno strutturato la religiosità della comunità rurale, come dimostrerebbe la pratica di attività rituali "popolari" e la scelta per divinità di secondo piano nel

---

<sup>68</sup> Luni M., "Il Caravanserraglio di Cirene ed indagini preliminari sui percorsi interni della Cirenaica", in *QuadALibia*, 10, 1979, pp. 64-65; *id.*, "Apporti nuovi nel quadro della viabilità antica della Cirenaica interna", in *QuadALibia*, 11, 1980, pp. 119-137, pp. 130-133.

*pantheon* cittadino.

I santuari rupestri o agresti della zona di Baggara e Ain Hofra trovano riscontri culturali con i santuari del mondo greco o ellenizzato, a giudicare dai luoghi di culto segnalati dalle fonti letterarie e ben noti, ad esempio in Licia<sup>69</sup>, Magna Grecia e Sicilia<sup>70</sup>, con culto dedicato alle ninfe o a divinità curotrofiche, in ambienti legati al mondo silvo-pastorale, a culti eroici o a divinità ctonie sincretizzate con dei del *pantheon* olimpico. Anche in queste zone i santuari sono posti su direttrici viarie intervallive o in aree con presenza di acque sorgive attestanti culti delle acque in associazione con culti ctoni, per i quali si è ipotizzata una matrice preellenica.

Un esempio è il santuario di Atena sul Timpone della Motta a Francavilla Marittima<sup>71</sup>, in cui l'importanza di rituali svolti con le *hydriskai* e legati all'acqua, indica uno stretto rapporto con la sfera femminile. A queste divinità, dalle forti valenze curotrofiche, si aggiunge l'elemento maschile, connesse a riti di passaggio. Culti in grotta sono segnalati in area locrese<sup>72</sup>.

Nei santuari rupestri della Licia e della Frigia vi è spesso la presenza di una necropoli in associazione ad aree di culto.

Numerosissime sono le tombe ipogeiche dell'Africa del Nord. Piccole camere cubiche di circa 2 metri di larghezza, scavate a fianco di falesie o nelle rocce isolate, conosciute con il nome arabo "hanout" (plurale "haouanet"), aperte all'esterno con una piccola apertura rettangolare a soglia rialzata. La maggior parte di queste si trova nel nord della Tunisia (Kroumirie, Mogods, Cap Bon) e in Algeria meridionale. È molto probabile che traggano la loro origine dalle relazioni stabilitesi tra le isole italiane e l'est della Berberia, a partire dal Neolitico.

<sup>69</sup> De Francovich G., *Santuari e tombe rupestri dell'antica Frigia e un'indagine sulle tombe della Licia*, vol I, Roma 1990.

<sup>70</sup> Leone R., *Luoghi di culto extraurbani d'età arcaica in Magna Grecia*, Firenze 1998.

<sup>71</sup> Kleibrink M., "The Sacred Landscapes of the Sibaritide: veneration of ancestors, nymphs and deities", in *New Developments in Italian Landscape Archaeology*, (BAR International Series 1091), 2002, pp. 213-219.

<sup>72</sup> Genovese G., *I Santuari rurali nella Calabria Greca*, 1999, pp. 103-112.

Certi aspetti e motivi della decorazione dipinta o scolpita sugli “haouanet” appartengono a una corrente mediterranea arcaica, anteriore alla cultura punica<sup>73</sup>.

Fondamentali influenze posseggono anche i santuari in grotta disseminati nella *chora* Cirenaica che risulterebbero, in conclusione, come strutture sacre di cerniera, fra *polis* e *chora*, documentando una cultura alla cui formazione contribuiscono i Greci ma anche i Libici che vivevano nelle zone limitrofe della città.

M.C.N.

## RIFERIMENTI BIBLIOGRAFICI

- AA. VV., *Cirene*, N. Bonacasa – S. Ensoli (a cura di), Milano 2000.
- AA.VV., *L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, sviluppo, quadri culturali. Atti del Congresso Internazionale. Sassari-Oristano 23-28 Maggio 1994*, 2000.
- BACCHIELLI L., *L'agorà di Cirene, II, 1. L'area settentrionale del lato Ovest della platea inferiore*, Roma 1981, pp. 27-34.
- BACCHIELLI L., “La scultura *lybia* in Cirenaica e la variabilità delle risposte al contatto culturale greco-romano”, in *QuadALibia*, 12, Roma 1987, pp. 459-488.
- BACCHIELLI L., “Un santuario di Frontiera, fra *polis* e *chora*”, in *Cyrenaican Archaeology*, 1994, pp. 45-59.
- BACCHIELLI L., “Apollonio Rodio e il Santuario Cirenaico delle *Nymphai Chtoniai*”, in *Quaderni urbinati di Cultura Classica*, n.s. 51, n. 3, Pisa – Roma 1995, pp. 133-137.
- BESCHI L., *Divinità funerarie cirenaiche*, Roma 1972.
- BISI A. M., “Origine e diffusione del culto cirenaico di Zeus Ammon”, in *Cyrenaica in Antiquity*, 1985, pp. 307-317.
- BOARDMAN J. – Haynes J., *Excavation at Tocra 1963-1965. The Archaic Deposits I*, Oxford 1966, p. 165.
- CALLOT J. J., *Recherches sur les cultes en Cyrénaïque durant le haut-empire romain*, Paris 1999.
- CAPUTO G., “Scavi Sahariani”, in *Monumenti Antichi*, XLI, 1951, pp. 289-291.
- CHAMOUX F., *Cyrène sous la monarchie des Battiades*, Paris 1953, pp. 15, 219-229.
- CHAMOUX F., “Callicatreia, divinité protectrice du port de Cyrène”, in *La Cirenaica in età antica*, Macerata 1998, pp. 137-143.

<sup>73</sup> Camps G., “Les Haouanet. Petits Hypogées de l’Afrique du nord”, in *L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, sviluppo, quadri culturali. Atti del Congresso Internazionale. Sassari-Oristano 23-28 Maggio 1994*, 2000, pp. 139-155.

- DAVESNE A. – Garlan Y., “Découverte d’un lot de figurines grecques en terre cuite à Apollonia de Cyrénaïque”, in *LybAnt*, XV-XVI, 1978- 1979, pp. 199-226.
- DAVESNE A., “La divinità cyrénéenne au silphion”, in *Iconographie classique et identités régionales, Paris 26-27 Mai 1983* (BCH Suppl. XIV), L. Kahil – C. Augé – P. Linant de Bellefonds (a cura di), 1986, pp. 195-206
- DE FRANCOVICH G., *Santuari e tombe rupestri dell’antica Frigia e un’indagine sulle tombe della Licia*, vol I, Roma 1990.
- ELIADE M., *Trattato di storia delle religioni*, Torino 2004.
- ENSOLI Vitozzi S., “Indagini sul culto di Iside a Cirene”, in *Africa Romana*, 9, 1991, pp. 167-251.
- ENSOLI Vitozzi S., “L’iconografia e il culto di Aristeo a Cirene”, in *Cyrenaican Archaeology*, 1994, pp. 61-84.
- FABBRICOTTI E., “Divinità greche e divinità libie in rilievi di età ellenistica”, in *QuadALibia*, 12, 1987, pp. 221-244.
- FABBRICOTTI E., “Statuette in calcare da Bu Senab”, in *Cyrenaican Archaeology*, 1994, pp. 219-230.
- FABBRICOTTI E., “Lastra pastorale del territorio di Cirene”, in *LybAnt* n.s. II, 1996, pp. 23-25.
- FERRI S., “Il Santuario di Budrasc”, in *Notiziario Archeologico*, III, Roma 1922, pp. 95-99.
- Ferri S., *Contributi di Cirene alla storia della religione greca*, 1923 pp. 95-99.
- Ferri S., *Divinità ignote*, Firenze 1928.
- FUCHS W., *Attische Nymphenreliefs*, Athen. Mitt., 77, 1962, pp. 243-246, tavv. 65,2 e 66,1
- GENOVESE G., *I Santuari rurali nella Calabria Greca*, 1999, pp. 103-112.
- KINGSLEY P. *Misteri e magia nella filosofia greca, Empedocle e la tradizione pitagorica*, Milano 2007.
- KLEIBRINK M., “The Sacred Landscapes of the Sibaritide: veneration of ancestors, nymphs and deities”, in *New Developments in Italian Landscape Archaeology, (BAR International Series 1091)*, 2002, pp. 213-219.
- HIGGINS R. A., *Catalogue of the Terracottas in the Department of Greek and Roman Antiquities*, London, 1954, n. 1436, tav. 197.
- INGLESE A., “Cirene la ninfa e la città”, in *Ninfe nel mito e nella città dalla Grecia a Roma*, Giacobello F. Schirripa P. (a cura di), Milano 2009, pp. 161-165.
- LAUMONIER A., *Catalogue des Terres cuites du Musée Archéologique de Madrid*, Bordeaux 1921, n. 462, p. 82, tav. XXX,1.
- LEONE R., *Luoghi di culto extraurbani d’età arcaica in Magna Grecia*, Firenze 1998.

- LEVEQUE P., “Essai et typologie des syncrétismes”, in *Le Syncrétisme dans les religions grecque et romaine. Colloque Strasbourg 1971*, Paris 1973, pp. 179-187.
- LUNI M., “Il Caravanserraglio di Cirene ed indagini preliminari sui percorsi interni della Cirenaica”, in *QuadALibia*, 10, 1979, pp. 49-65.
- LUNI M., “Apporti nuovi nel quadro della viabilità antica della Cirenaica interna”, in *QuadALibia*, 11, 1980, pp. 119-137.
- LUNI M., “Il Santuario rupestre delle «Immagini» a Slonta (Cirenaica)”, in *QuadALibia* XII, 1987, pp. 415-458.
- LUNI M., “Il Santuario libyo della Grotta delle figure a Slonta presso Cirene” in *Da Batto Aristotele a Ibn el ‘As*, Roma 1987, pp. 53-56.
- LUNI M., “Gli altari del santuario rupestre di Slonta (Cirene)”, in R. Etienne, *L’espace sacrificiel dans les civilisations méditerranéennes de l’antiquité*, Lyon 1991, pp. 155-158, tavv. XLV- XLVIII.
- LUNI M. – Mei O., “Ceramica attica e cultura libya di frontiera nel Santuario di Slonta (Cirene)”, in *Il greco, il barbaro e la ceramica attica*, (F. Giudice – R. Panvini, a cura di), 2003, pp. 203-206.
- LUNI M., “Il santuario libyo a Slonta”, in *Cirene “Atene d’Africa”. Monografie di Archeologia Libica XXVIII*, (M. Luni, a cura di), Roma 2006, pp. 193-200.
- LUNI M., “Un demi-siècle de recherches archéologiques à Cyrène”, in *CRAI*, Paris 2006, pp. 2186-2191.
- MENOZZI O., “Per una lettura della *chora* cirenea attraverso lo studio di santuari rupestri e di aree marginali della necropoli di Cirene”, in *Cirenaica: studi, scavi e scoperte. Parte I: nuovi dati da città e territorio. Atti del X Convegno di Archeologia Cirenaica. Chieti 24-26 Novembre 2003*, E. Fabbricotti – O. Menozzi (a cura di), 2006, pp. 61-84.
- MENOZZI O., “Santuari agresti nella *chora* di Cirene”, in *Karthago*, 27, 2007, pp. 79-91.
- MICHELÌ M. E.– Santucci A. – Bacchielli L., *Il santuario delle Nymphai Chtoniai a Cirene*, Roma 2000.
- OLIVERIO G., “Federico Halbherr in Cirenaica (luglio 1910-aprile 1911)”, in *Africa Italiana* IV, 1931, p. 270, fig. 42.
- PARADISI U., “Arte rupestre preistorica nel Djebel El- Akhdar in Cirenaica”, in *QuadALibia* 5, 1967, pp. 5-18.
- PARISI Presicce C., “La dea con il silfio e l’iconografia di Panakeia a Cirene”, in *Cyrenaican Archaeology*, 1994, pp. 85-100.
- PENSABENE P., “Statuine fittili votive della *chora* cirenea”, in *QuadALibia*, 12, Roma 1987, pp. 94-169.

- PICARD G.C., *Les religions de l'Afrique antique*, Paris 1954, pp. 1-25
- Pugliese Carratelli G., "Appunti per la storia dei culti cirenaici", in *MAIA XVI*, 1964, pp. 99-111.
- PUGLIESE Uhlenbrock J., "Terracotta Figurines from the Demeter Sanctuary at Cyrene: Models for trade", in *Cyrenaica in Antiquity*, 1985, pp. 297-304.
- PICARD G.C., *Les religions de l'Afrique antique*, Paris 1954, pp. 1-25.
- PURCARO V., "Osservazioni su alcuni rilievi di Ghirza con scene di sacrificio e di cerimonia", in *Studi miscellanei* 29, 1996, pp. 141-146.
- PURCARO V., *L'agorà di Cirene, II, 3. L'area meridionale del lato ovest dell'agorà*, Roma 2001.
- SEMERANO G., *Il popolo che sconfisse la Morte*, Milano 2003.
- STUCCHI S., *Architettura Cirenaica*, Roma 1975, pp. 334-337, 511-513.
- VENTURINI F., "Le case trogloditiche nel contesto delle strutture in grotta cirenee", in *Opera Ipogea 1-2 2011 (=Atti VII Convegno Nazionale di Speleologia in Cavità Artificiali Urbino, 4-8 dicembre 2010)*, pp. 255-262.
- VENTURINI F., *I mosaici di Cirene di età ellenistica e romana*, Roma 2013.
- WANIS S., "A new relief from Cyrene with a Lybian Scene", in *LibStud*, 23, 1992, pp. 41-44.
- WHITE D., "Excavations of the Demeter sanctuary at Cyrene 1969", in *LibAnt*, 8, 1971, pp. 85-104.
- WHITE D., "Cyrene and the cult of Demeter and Persephone at Wadi Bel Gadir, Cyrene (Shahat)", in *LibSt*, 8, 1976-77, pp. 15-18.
- WHITE D., "Le sanctuaire extra-muros de Demeter et Persephone à Cyrene: sa situation dans l'architecture sacrée grecque", in *Cités, ports et campagnes. Karthago*, XXIV, 1999, pp. 117-124.
- WHITE D., "Demeter Libyssa II: another model for colonial cultic transference", in *Demetra, la divinità, i santuari, il culto, la leggenda*, C. Di Stefano (a cura di), Atti del I Congresso Internazionale, Enna 1-4 luglio 2004, Pisa 2008, pp. 161-166.
- WRIGHT J. R., "Cyrene: a survey of certain rock-cut features to the south of the Sanctuary of Apollo", in *Journal of Hellenic Studies LXXVII* 1957, pp. 309-310.

## PRESENCAS IMPERIAIS NAS VILLAE DE STABIAE (COLLINA DI VARANO)

*Maricé Martins Magalhães<sup>1</sup>*

### RESUMO

Neste artigo a questão que coloco em pauta é a necessidade de dialogar abundantemente sobre "como fazer História através de testemunhos da cultura material" e "como conservar e posteriormente preservar tal História e sua Memória para a posteridade". Por isso foi tarefa difícil escolher um tema específico para falar sobre território tão rico como o da antiga Stabiae (atual Castellammare di Stabia).

**Palavras-chave:** Cultura Material, Escrita da História, Memória.

### ABSTRACT

This paper explores the need for dialogue between History and Material Culture for the preservation of memory from research on the ancient Stabiae (Castellammare di Stabia).

**Keywords:** Material Culture; Writing History; Memory.

Na verdade, desde que cheguei ao território das cidades Vesuvianas em 1989<sup>2</sup>, tenho dedicado meu tempo, energias e minhas pesquisas à Arqueologia, Epigrafia, História e Preservação da Memória local, de centros urbanos como *Herculanem*, *Pompeii*, *Nuceria*, *Stabiae* e *Surrentum*. (**Fig. 1**)<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Professora, Doutora, Visitante da FAPERJ junto ao Setor de Numismática do Museu Histórico Nacional; Professora Colaboradora do CEHAM – UERJ e do *Comitato per gli Scavi di Stabiae (fondato nel 1950)*.

<sup>2</sup> Tal palestra foi proferida por mim em 02 de dezembro de 2013, por ocasião de minha quarta premiação na Itália, desta vez com o "*Premio Libero d'Orsi – Archeologia 2013*", concedido por votação unânime, pelo *Comitato per gli Scavi di Stabiae* e pelo *Comune di Castellammare di Stabia*.

<sup>3</sup> Tais estudos resultaram em seis volumes, entre os quais destaco: MAGALHÃES 1998, MAGALHÃES 2003, MAGALHÃES 2006 e MAGALHÃES 2014.

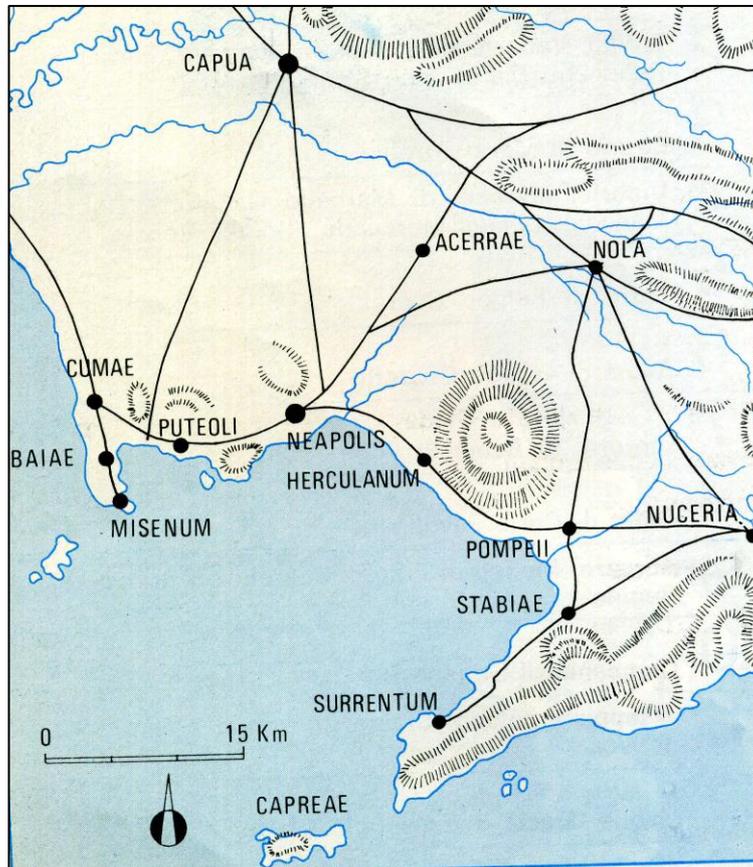


Fig. 1 – Mapa do Golfo de Nápoles, onde estão assinaladas as colônias e municípios aqui mencionados: *Herculaneum, Pompeii, Nuceria, Stabiae e Surrentum* (DE VOS 1988, p. 3).

Neste artigo a questão que coloco em pauta é a necessidade de dialogar abundantemente sobre "como fazer História através de testemunhos da cultura material" e "como conservar e posteriormente preservar tal História e sua Memória para a posteridade". Por isso foi tarefa difícil escolher um tema específico para falar sobre território tão rico como o da antiga *Stabiae* (atual *Castellammare di Stabia*). Felizmente, os amigos Antonio Ferrara e Domenico Camardo<sup>4</sup> sugeriram alguns comentários sobre a presença imperial nas *Villae* localizadas sobre a chamada *Collina di Varano*, sobre o cílio que se debruça com visão panorâmica para o Golfo de Nápoles,

<sup>4</sup> Respectivamente Presidente e Membro do Conselho Diretivo do *Comitato per gli Scavi di Stabia*.

em *Stabiae*, um tema que me é muito caro, e que já defendi anos atrás<sup>5</sup>.

Não tenho dúvidas de que a salubridade e a beleza cênica e panorâmica do *Sinus Stabianus* e de todo o seu território, foram exploradas ao máximo pelos Romanos, como já afirmei antes no que diz respeito ao território de *Surrentum*<sup>6</sup> e à Costa Amalfitana (já território de *Nuceria*)<sup>7</sup>. Dizem os “mais sábios” (devido à falta de documentação material, e em parte histórico-literária), que após o término da Guerra Social em 89 a.C., o *oppidum* da *Stabiae* tradicionalmente Samnita foi incorporado ao território da colônia Augustana de *Nuceria Iulia Constantia*. Passou assim ao *status* de *Vicus*, e seu porto monumental passou a servir também de escoamento de mercadorias e via marítima para o território desta última colônia. E justamente a facilidade de mobilidade marítima pode ter sido uma das razões para a privatização das muralhas urbanas do *oppidum* (como é chamado) ou do antigo centro citadino<sup>8</sup>, com alguma probabilidade de que sobre elas tenham sido construídas as conhecidas *Villae de otium* (Fig. 2).

---

<sup>5</sup> MAGALHÃES 2001, pp. 105-108.

<sup>6</sup> MAGALHÃES 2003, pp. 30-108, com toda a trajetória histórica da participação Romana no território.

<sup>7</sup> MAGALHÃES 1998, pp. 27-33: capítulo relativo aos confins do território.

<sup>8</sup> Situação semelhante aconteceu no lado sul das muralhas de *Pompeii* e de *Surrentum*, voltadas para o mar.

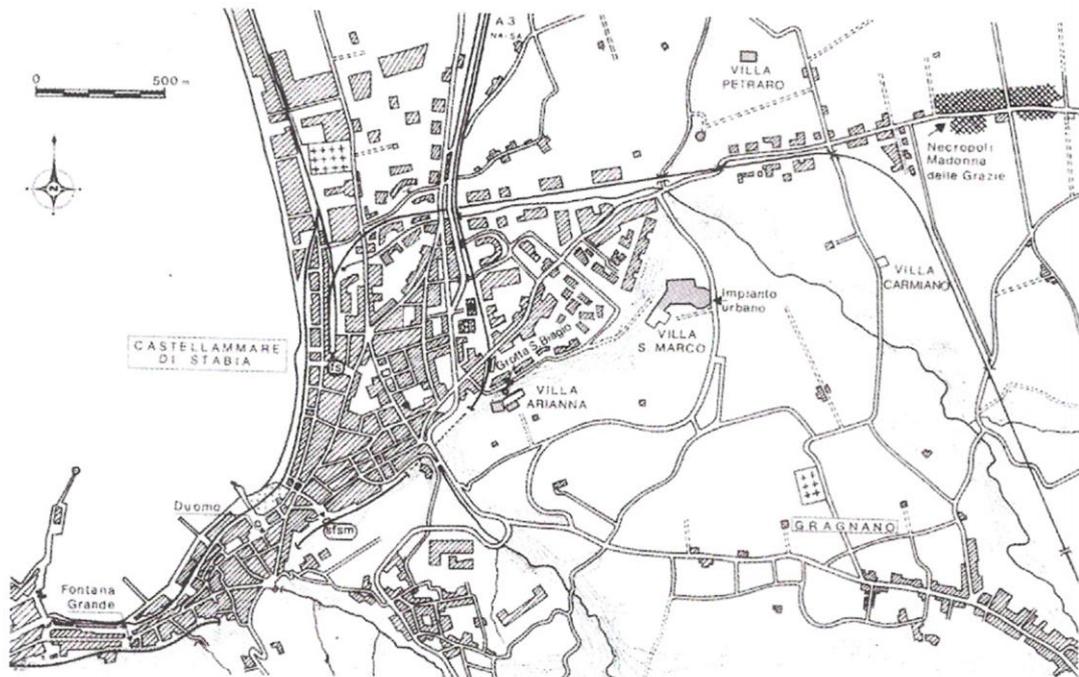


Fig. 2 – Panorama do *Sinus Stabianus* e da *Collina di Varano* (SENATORE 2003, p. 96).

Tal idéia não pode ser rejeitada, levando-se em conta que atrás das *Villae* há um pequeno centro urbanizado, que poderia ter recalcado o anterior aos Romanos (Fig. 3)<sup>9</sup>; outros estudiosos colocam a *Stabiae* Samnita mais a S, abaixo do *Castello Angioino*<sup>10</sup>, mas tal hipótese ainda não pode ser totalmente provada, mas certamente é uma atraente sugestão no âmbito topográfico-arqueológico<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> Recorde-se que muralhas Samnitas foram descobertas a cerca de 200 metros sob a *Villa di S. Marco*, e em escavações realizadas nos anos 60-70, foi encontrado sob o extrato Romano, um copioso material Samnita de IV séc. a.C. (MAGALHÃES 1998, p. 62; GIORDANO 1979, pp. 194-196).

<sup>10</sup> MAGALHÃES 1998, p. 62; VARONE 1984, p. 83 e nota 12.

<sup>11</sup> Parece bem possível que uma fortificação Stabiana se estendesse até lá, dada a estratégica localização do dito *Castello*.

Artigo aprovado para publicação em 30  
janeiro de 2015.

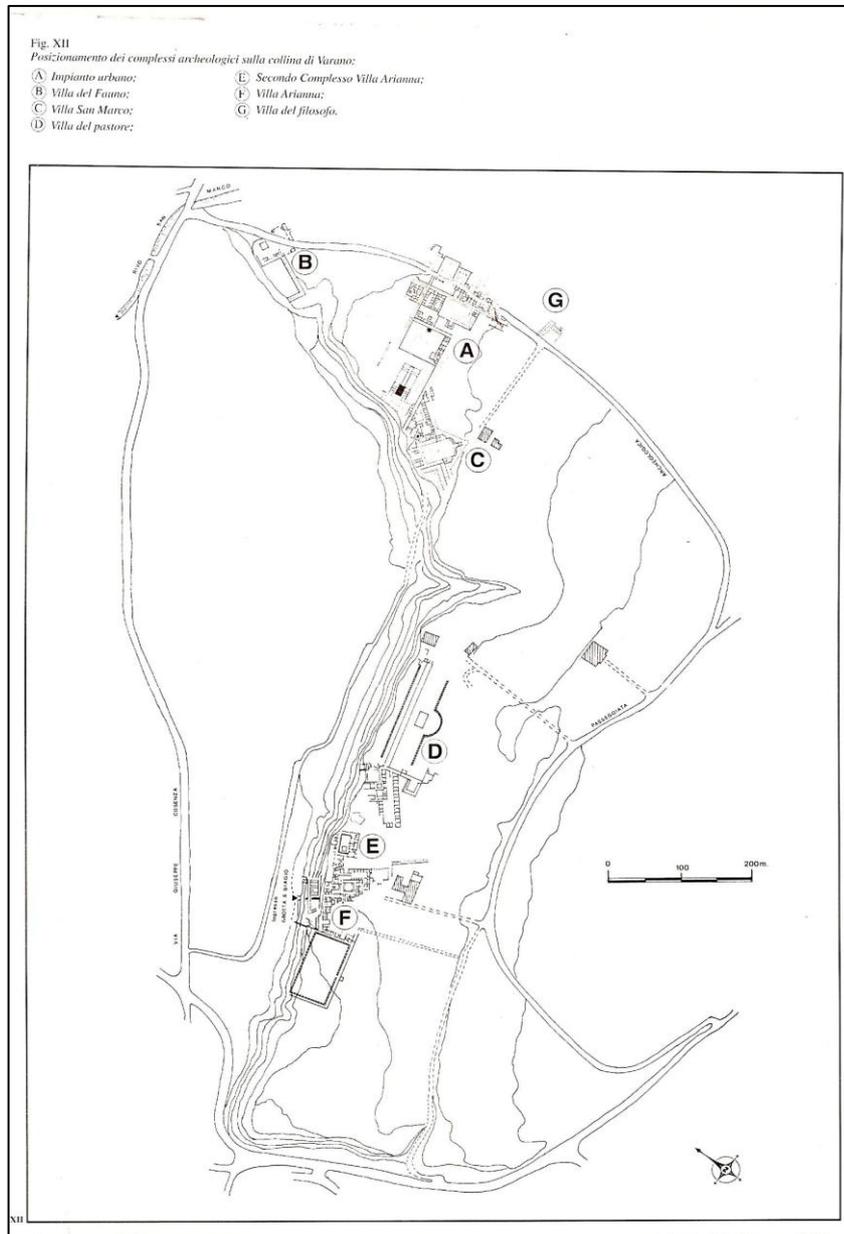


Fig. 3 – Plantas das *Villae* aqui mencionadas e atrás de *S. Marco*, área urbanizada  
(ALLROGGEN-BEDEL 2001, p. 58).

Se pensarmos no fenômeno acontecido em *Surrentum*, onde (acho que) pude comprovar que a *Familia Caesaris* ali possuía propriedades, desde o período do imperador *Augustus*, e por imperadores o centro foi freqüentado pelo menos até o IV

séc. d.C., encontraremos confronto similar. Por isso não creio absolutamente que a aprazível *Collina di Varano* e o território até *Pozzano* tenham escapado do desfrute imperial, senatorial e eqüestre, que combinavam prazer com algumas atividades lucrativas. Então vamos a algumas argumentações a este favor, fornecidas pela documentação material arqueológica e epigráfica:

1 - Minha primeira publicação sobre a chamada *Villa del Fauno* (escavada por Alcubierre e Weber) é dedicada precisamente a esta questão<sup>12</sup>, não só pela grandiosidade do complexo com quase 6.000 metros quadrados, e por sua localização logo após a chamada *Villa di S. Marco*, na direção da ponte homônima. Mas, principalmente, por causa da presença de uma capela monumental (*sacellum* ou *lararium*) no gigantesco *peristilium* da *Villa* - medindo pelo menos 2 metros de comprimento -, o que nos dá dois indícios sobre a propriedade da mansão à *Familia Caesaris*: primeiro, uma epígrafe marmórea em forma de friso murada sobre o nicho, sob o tímpano *sacellum* (medindo 1 metro e 60 centímetros de comprimento) (Fig. 4).

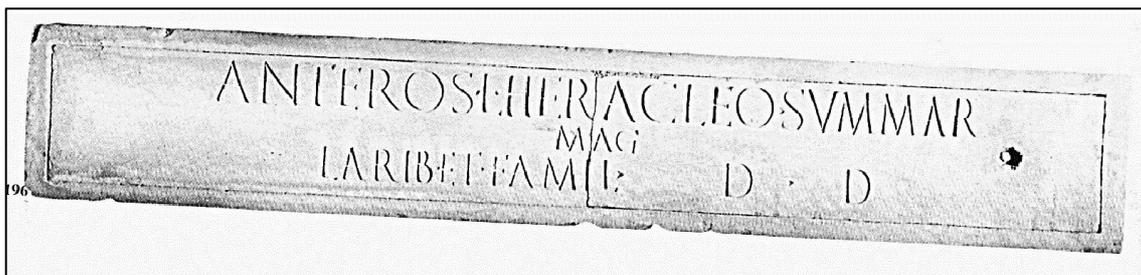


Fig. 4 – Epígrafe de Anteros e Heracleo, do Lararium monumental da Villa del Fauno  
(MAGALHÃES 2001, p. 165).

Nela, o liberto *Anteros* e o servo administrador-intendente *Heracleo*, ambos *Magistri* de um colégio servil e de quarteirão, ofereciam “o dom”, que acredito seja a própria

<sup>12</sup> MAGALHÃES 2001, pp. 105-108.

inscrição, o sacrário propriamente dito, ou qualquer estátua dentro do nicho, “Aos (deuses) *Lares* e à *Familia*”. Pela elegância das letras, pela paginação e pela paleografia, não hesitaria em datar a epígrafe ao período Júlio-Cláudio.

Ora, relevante é a menção de uma "*Familia*" que, quando sem a menção da *gens* à qual pertencia, significa com muita probabilidade uma referência à família imperial, e tendo em vista que a menção do gentílico e da *Domus* à qual se pertencia era muito cara aos Romanos. De qualquer modo, os personagens pertenciam - como mostra o termo *Magistri* e com funções de tipo "especialista" - a um colégio doméstico que se formava justamente dentro das grandes casas, e com as quais encontramos confrontos idênticos em *Surrentum*: se não uma dinastia imperial, pelo menos senatorial. Acontece que dentro da capela ou *sacellum*, entre outros objetos rituais e figuras de culto, foi encontrado um busto marmóreo feminino, que poderia referir-se às representações da imperatriz *Livia*<sup>13</sup> (ainda muito jovem) ou ainda de *Antonia Minor*<sup>14</sup> (**Fig. 5**), o que poderia ser uma evidência de que nesta *domus* era presente o culto imperial, pertencente à linhagem dos *M. Livii*, dos *C. Iulii* ou ainda dos *Ti. Claudii*<sup>15</sup>. E aqui nos encontramos mais uma vez, assim como a inscrição, também entre a idade de *Augustus* e *Tiberius*.

---

<sup>13</sup> PIR 2 L 301: 59/58-28/29 d.C.: *Livia Drusilla* ou *Drusa*, mulher de *Augustus* e mãe de *Tiberius* e *Drusus*. Filha de *M. Livius Drusus Claudianus* e irmã de *M. Livius Drusus*. Em primeiras núpcias havia se casado com *Ti. Claudius Nero*, na época inimigo do então *Octavianus*.

<sup>14</sup> FOS 73: filha de *M. Antonius* e *Octavia*, assim neta de *Augustus*, mulher de *Drusus* e conseqüentemente cunhada de *Tiberius* e nora de *Livia*, tornou-se ainda mãe de *Claudius* e avó de *Caligula*.

<sup>15</sup> Para os *Claudii* e os *Livii*, PIR 2 C 941 e L 294 e 301.

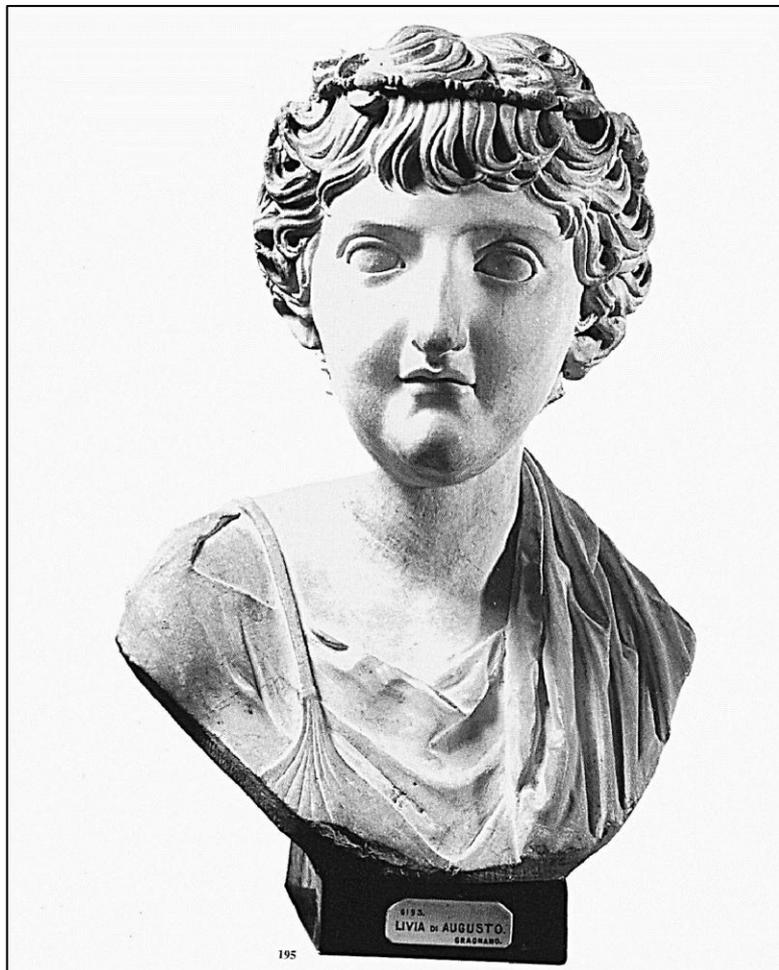


Fig. 5 – Busto feminino, hipoteticamente de Livia jovem ou de Antonia Minor  
(MAGALHÃES 2001, p. 165).

2 - Agora passemos a outra presença imperial ilustre confirmada em *Stabiae*<sup>16</sup>, que é a da família da conhecida imperatriz *Poppaea Sabina*<sup>17</sup>, segunda mulher de Nero (37-68 d.C.). Recordo aqui que esta teve como primeiro marido o cavaleiro *Rufrius Crispinus*, e ainda como segundo marido aquele que seria o futuro imperador *Othon*, e somente em terceiras núpcias veio a casar com Nero. Tive a sorte publicar uma inteira

<sup>16</sup> MAGALHÃES 1999, pp. 224-235.

<sup>17</sup> PIR 2 P 850: viveu entre 30-66 d.C.

necrópole<sup>18</sup>, composta de tumbas e inscrições funerárias marmóreas de servos e libertos dos *C. e Q. Poppaei*, localizada na localidade *Calcarella di Privati*. Já que naquela localidade, mais no interior, havia uma necrópole, obviamente deduz-se que nas imediatas proximidades havia uma *Villa* pertencente aos *Poppaei*. É certo que *Privati* está localizada mais para o interior em relação ao cílio da colina, o que quer dizer somente que naquele local havia um *praedium* rústico administrado por libertos desta *gens* (Figg. 6 e 7).



Fig. 6 – Foto da escavação da necrópole dos Poppaei; em fundo a columella de Poppaea Fausta (MINIERO 1987, p. 185).

<sup>18</sup> MINIERO 1987, pp. 178-190.

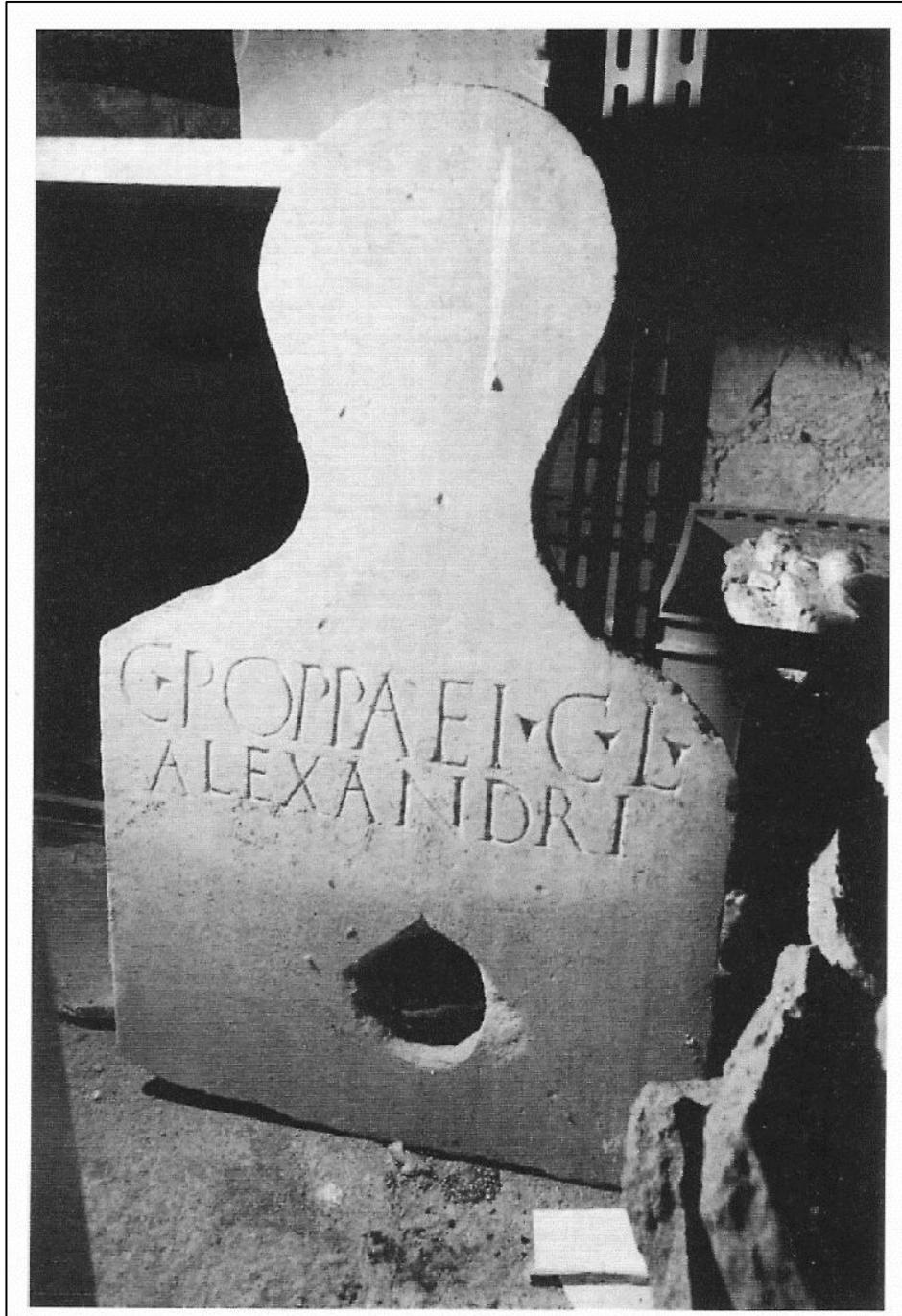


Fig. 7 – Columella do liberto C. Poppaeus C.I. Alexander (MAGALHÃES 1999, n. 11).

Mas nada nos impede de supor que tal família também teria desfrutado de uma propriedade de *otium* sobre a borda da colina olhando o Golfo, o que seria mais do que natural. Lembro que a mãe homônima de *Poppaea Sabina*, se casou primeiro com seu pai *T. Ollius*, de grau senatorial e *quaestor* sob *Tiberius*. No entanto, em segundas núpcias uniu-se à família senatorial de *P. Cornelius Scipio Lentulus*, cônsul em 24 d.C. Segundo os testemunhos epigráficos até hoje a nosso dispor, teriam sido eles os verdadeiros donos da conhecida *Villa “A” di Oplontis (Torre Annunziata)*, também teriam interesses em *Herculaneum*, dada a presença lá de um *Q. Poppaeus Felix*, além da propriedade sobre as *Figlinae Arrianae* em *Pompeii*, gestida pelo *servus communis P. Cornelius Poppaeus Erastus*<sup>19</sup>: obviamente antes que a futura *Augusta* herdasse tudo isso. De qualquer modo, a datação da inteira necrópole e de suas inscrições é assegurada por achados numismáticos e por ânforas<sup>20</sup>, que corroboram a datação para a época de *Tiberius* em diante.

3 – Gostaria ainda de chamar a atenção para a descoberta de uma importante *fistula aquaria*, exatamente no prédio termal adjacente à grande *Villa di S. Marco*, ou provavelmente fazendo parte desta como anexo<sup>21</sup>. Ao longo da *fistula* lê-se impresso o texto do seguinte timbre (*bollo*): *NARCISSI / AVGVSTI L(iberti)*. Trata-se aqui do conhecido *libertus ab epistulis* do imperador *Claudius* (10 a.C. - 54 d.C.)<sup>22</sup>. Como bem

<sup>19</sup> Também um libertos comum a ambos, denominado *P. Cornelius Poppaeus Erastus* era o gerente (MAGALHÃES 2001, p. 235 e nota 39, que reporta Matteo della Corte, TH n. 61).

<sup>20</sup> Moedas de *Augustus* e de *Tiberius*: RIC I, p. 78, n. 181 e RIC I, p. 96, n. 6. Ânforas Dressel 18 (ainda em uso no início do I séc. d.C.) e Dressel 20 (época de *Tiberius*). Cf. MAGALHÃES 1999, pp. 233-234.

<sup>21</sup> ESPOSITO 2011, p. 153, que remete ainda a BRUUN 1991, p. 84 e pp. 87-95; IDEM 2003, pp. 494-495.

<sup>22</sup> PIR 2 N 23: *Ti. Claudius Narcissus* foi *Praepositus ab epistulis* do imperador *Claudius*, tornando-se por fim uma espécie de ‘homem de Estado’. Entre as várias conspirações das quais participou, teria inicialmente conspirado com *Valeria Messalina* (terceira mulher de *Claudius*), apoiando seu filho à sucessão do imperador, em vez de *Nero*. Mas depois apoiou a condenação da mesma *Messalina*, o que lhe valeu uma confiança ainda maior do imperador que o nomeou *quaestor*, e posteriormente *praetor*. Casou-se com outra liberta do imperador, denominada *Claudia Dicaeosyna*. Depois do matrimônio de *Claudius* com *Agrippina* e sua morte, com o advento de *Nero*, *Narcissus* foi preso por este último e obrigado ao suicídio ainda em 54 d.C. Este personagem aparece, entre outros, na *Apocolocyntosis (divi) Claudii* de *Seneca* o Jovem. Cf. *Encyclopaedia Britannica*, sub voce “*Narcissus*” (written by E. Badian).

recorda o estudioso que o reportou, um timbre ou *bollo* laterício, assinado pelo mesmo personagem, e publicado por mim em 2006<sup>23</sup>, foi encontrado em vários outros ambientes da mesma *Villa* (**Fig. 8**), e datado exatamente na época Cláudia. Tal fato poderia induzir-nos a pensar inicialmente que este liberto de *Claudius* teria sido o administrador do *praedium* anexo a *S. Marco*, tendo em vista que os condutos de água traziam incisos os nomes dos proprietários aos quais as águas eram destinadas. Se fosse esse o caso, ao mesmo tempo, *Narcissus* teria sido o gestor também de uma *figlina* para a produção de telhas com o sinete (quase) imperial, pois se sabe até que ponto estes libertos tiveram uma boa autonomia para administrar *figlinae* que eram propriedades de imperadores e imperatrizes.

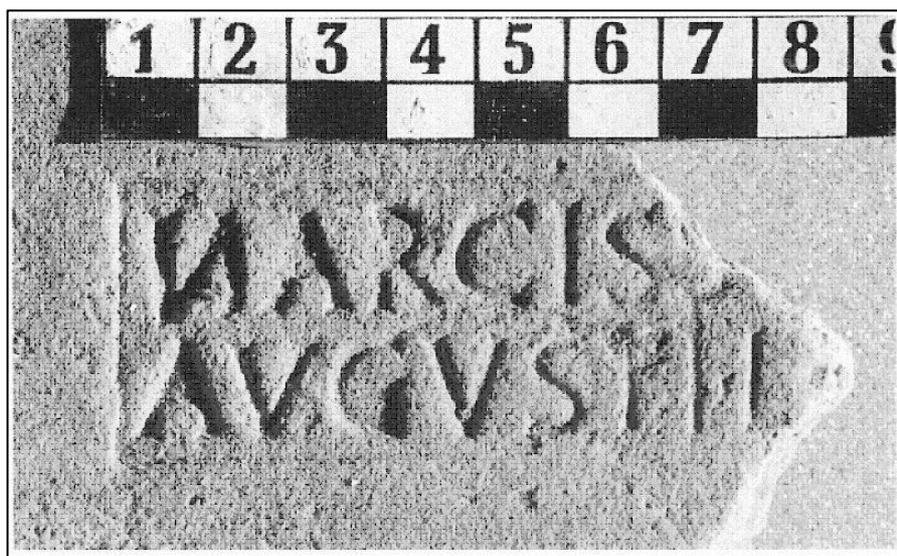


Fig. 8 – Bollo laterício ou timbre de Narcissus, liberto to imperador Claudius (MAGALHÃES 2006, n. 17).

Se aceitarmos tal hipótese, lembremo-nos também das outras telhas encontradas na *Villa de S. Marco*, com os timbres de escravos e libertos na qualidade de gestores imperiais, tais como: *VERNA CLAVDI C(ontra) S(criptor?)* (escravo nascido

---

[www.britannica.com](http://www.britannica.com). V. ainda RE XVI, 1935, pp. 1701-1705.

<sup>23</sup> MAGALHÃES 2006, n. 41, Fig. 97, também encontrado em *Herculaneum*.

na casa *Claudia*), *YACINTHI IVLIAE AVGVST[AE]* (escravo ou liberto *Livia*, quando *Augusta* depois de 14 d.C.) , *ABDAE LIVIAE* e *DAMAE LIVIAE* (obviamente escravas ou libertas da mesma, antes de 14 d.C.)<sup>24</sup> (Fig. 9). Todos estes *bolli laterizi* ou timbres, também foram publicados por mim com fotos, outros dados e as suas origens, após o mapa dos *bolli* e seu elenco, feito por Miniero<sup>25</sup>.



Fig. 9 – Bollo latericio ou timbre da serva da imperatriz *Livia*, *Abdae* (MAGALHÃES 2006, n. 32).

Infelizmente não podemos supor que membros da *Família Caesaris* ou os gestores de suas *figlinae*, desde *Augustus*, fossem exclusivamente fornecedores da *Villa de S. Marco*, dado que tais timbres aparecem em outras *Villae* do *ager Stabianus*

<sup>24</sup> PIR 2 L 294 e 301: foi somente *Livia Drusilla* ou *Drusa* até 14 d.C.; depois desta data, com a morte de *Augustus*, seu testamento previa a sua adoção como *Iulia Augusta*, até a sua morte em 29 d.C. Em 41 d.C. foi deificada por *Claudius* e recebeu o título de *Diva Augusta*.

<sup>25</sup> MINIERO 1999, pp. 63-71: a amiga Paola Miniero, a qual escavou um templo de *Minerva* com a necrópole em área adjacente, me deu a grande oportunidade de estudar e publicar somente esta necrópole.

e na *Regio Campania*<sup>26</sup>. Mas creio que não seria impossível avançar a hipótese de que este liberto do imperador *Claudius* a administrasse, bem como as termas ou a própria *Villa S. Marco*.

Obviamente deixo aqui a questão em aberto, sempre aguardando novas descobertas e o desenvolvimento das escavações arqueológicas, que possam responder com mais precisão a este e a várias outras questões sobre as *Villae de Stabiae*. Lembremo-nos ainda de focar um pouco mais sobre a chamada *Villa de Arianna*, a qual necessita igualmente de novos e aprofundados estudos.

4 – Enfim cito a não menos significativa *statio* da frota imperial de *Misenum*, que teve sede por mais de três séculos no grande porto de *Stabiae* (com profundo ancoradouro para navios de porte)<sup>27</sup>, do qual temos numerosos testemunhos epigráficos: iniciamos, por exemplo, pelo diploma militar de um dos simples marinheiros (*gregalis*) da *I Legio Adiutrix* (infantaria de Marinha) que foi logo desmobilizada pelo imperador *Galba* em 69 d.C. – *Diomedes Artemonis Phrygius*, originário de *Laodicea* na *Phrygia* (**Fig. 10**)<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> MAGALHÃES 2006: n. 17 ([V]ERNA CLAVDI C S), também em *Herculaneum*; n. 28 (YACINTHI / IVLIA / AVGVSTAE), também na *Villa di Arianna* em *Stabiae*, em *Capreae*, Torre Del Greco, *Neapolis* e *Capua*; n. 32 (ABDAE LIVIAE), também em *Pompeii*, *Herculaneum*, *Villa A de Oplontis*, *Capua*, *Cumae*, *Capreae* e *Lipari*; n. 33 (DAMAE LIVIAE), também em *Pompeii* e *Herculaneum*.

<sup>27</sup> MAGALHÃES 2006, p. 34.

<sup>28</sup> MAGALHÃES 2006, n. 14 e p. 36: a *Legio I Adiutrix* foi constituída por Nero em 68 d.C., pouco antes de sua morte, como um corpo de soldados (*milites*) criados para vir em auxílio da frota e às tropas regulares, em algum momento difícil, por isso dita justamente “*adiutrix*” (auxiliar, de apoio).



Entre outras grandes patentes, até o pleno IV séc. d.C. encontramos, por exemplo, o comandante *Iulius Longinus*, um dos *Decem Primi* de *Misenum* e de *Stabiae*<sup>29</sup>, também colocado em reserva, o qual ali teria constituído família e teria sido sepulto (**Fig. 11**).



Fig. 9 (scheda 11)

Fig. 10a (scheda 11)

Fig. 11 – Epígrafe do comandante da frota imperial de Misenum, Iulius Longinus; abaixo, seu sarcófago com relevo decorativo das “Nove Musas” (MAGALHÃES 2006, n. 11).

De qualquer modo, todo esse arsenal defensivo e acurado protetorado teria sido um

<sup>29</sup> MAGALHÃES 2006, n. 11 e pp. 34-35: o personagem pertencia o grupo dos *Principales* ou decuriões mais respeitáveis, dos quais era um dos *Decem Primi*, ou seja, teria percorrido os *munera* municipais, possuía imunidade do ônus decurional (como os *honestiores*) e incluído entre aqueles honrados pela colônia de *Misenum* e de *Stabiae*.

sinal da enorme necessidade de resguardar o litoral Stabiano (como já o Sorrentino)<sup>30</sup>, o qual hospedava sem dúvida, propriedades de pessoas de grande projeção e importância não só local, mas também para a *Urbs*.

## BIBLIOGRAFIA

ALLROGGEN-BEDEL, A. Gli affreschi delle ville di *Stabiae*. In: CAMARDO, D; FERRARA, A. **Stabia daí Borbone alle ultime scoperte**. Castellammare di Stabia: Nicola Longobardi Editore, 2001, pp. 51-58.

BRUUN, C. **The Water Supply in the Ancient Rome: a study of Roman imperial administration**. CHL 39. Helsinki: Societas Scientiarum Fennica, 1991.

BRUUN, C. Fistule acquarie e proprietari terrier nel suburbium. In: PERGOLA, P; SANTANGELI, R.; VOLPE, R. (Cur.). **Suburbium I. Il suburbio di Roma dalla crisi del sistema delle ville a Gregorio Magno**. Roma: EFR 311, 2003, pp. 485-501.

FOS. Raepsaet-Charlier, M.-T. **Prosopographie des femmes de l'ordre sénatorial (Ier-IIe siècles)**. Lovanii: Peeters Bvba, 1987.

GIORDANO, C. Stabia. In: **Cronache Pompeiane**, Vol. V. Napoli: Soprintendenza Archeologica di Pompei, 1979, pp. 194-196.

MAGALHÃES, M.M. **Storia, istituzioni di e società di Nuceria romana**. Tesi. Instituto Universitario Orientale di Napoli, 1998.

MAGALHÃES, M.M. Le iscrizioni e l'area funerária dei *C. e Q. Poppaei a Stabiae* (loc. Calcarella di Privati). In: **Rivista di Studi Pompeiani**. Vol. X, 1999, pp. 224-235.

MAGALHÃES, M.M. La cd. Villa del Fauno: un possedimento imperiale? In: CAMARDO, D.; FERRARA, A. **Stabiae dai Borbone alle ultime scoperte**. Castellammare di Stabia: Nicola Longobardi Editore, 2001, pp. 105-108.

MAGALHÃES, M.M. **Storia, istituzioni e prosopografia di Surrentum romana. La collezione epigrafica del Museo Correale di Terranova**. Castellammare di Stabia:

---

<sup>30</sup> MAGALHÃES 2003, p. 93.

Nicola Longobardi Editore, 2003.

MAGALHÃES, M.M. *Stabiae romana. La prosopografia e la documentazione epigrafica: iscrizioni lapidarie e bronzee, bolli laterizi e sigilli*. Castellammare di Stabia: Nicola Longobardi Editore, 2006.

MAGALHÃES, M.M.. *Ordo Populusque Nucerinus. Storia, istituzioni e prosopografia di Nuceria romana*. Vol. I-II. Castellammare di Stabia: Nicola Longobardi Editore, 2014, no prelo.

MINIERO, P. *Stabiae*. Indagini, rinvenimenti e ricerche nellager Stabianus. In: **Rivista di Studi Stabiani**. Vol. I. 1987, pp. 178-190.

MINIERO, P. Produzione Laterizia. Cap. II: L'Architettura. In: BARBET-A.; MINIERO, P. (a cura di). *La villa di San Marco a Stabia*. Napoli-Roma-Pompei: Centre Jean Bérard-École Française de Roma, 1999, pp. 63-71.

PIR 2 = Watcher, K (Cur. et Ed.); Heil, M.; Strobach, A. (Adj.). **Prosopographia imperii Romani, saec. I, II, III**. Editio Secunda. Academiae Scientiarum Berolinensis et Brandenburgensis. Berolini-Novii Eboraci: Walter de Gruyter, 1989.

RE. WISSOWA, G. **Paulys Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft**. Stuttgart: A. Pauly, 1894 – .

SENATORE, F. *Stabiae. Dalla preistoria alla Guerra Greco-Gotica*. Pompei: Edizioni Spano, 2003.

VARONE, A. Um miliario del museo dell'Agro Nocerino e La via da Nocera al porto di Stabia. In: **Apollo. Bollettino dei Musei Provinciali del Salernitano**. Vol. V. Salerno: Provincia di Salerno, 1984, pp. 59-105.

## **EU TE SAÚDO FILHA DE LEDA! HELENA DE TRÓIA, A SACERDOTISA DE EURÍPEDES (412 a.C)**

*Marina Pereira Outeiro<sup>1</sup>*

### **RESUMO**

O presente estudo pretende examinar os desdobramentos da personagem homérica Helena na tragédia de Eurípedes com o intuito de estabelecer um vínculo entre o *status* de rainha e a função de sacerdotisa. Buscamos compreender quais motivações levaram o dramaturgo a rediscutir as temáticas relativas à rainha de Esparta. Para tanto, além do exame da obra euripidiana e da bibliografia pertinente, contaremos com o respaldo teórico da Análise da Imagem, Arqueologia de Gênero e Análise do Conteúdo.

**Palavras-chave:** Helena - Eurípedes - tragédia - sacerdotisa

### **ABSTRACT**

This article intend to examine the ramifications of the Homeric character Helen of Troy in the tragedy of Euripedes with the intuit of establishing a link between the *status* of queen and the function of priestess. We seek to comprehend the motivations that led the playwright to rediscuss the thematic relative to the queen of Sparta. To do so, besides the analysis of the euripidian work and the relevant bibliography, we will be theoretical supported with the Image Analysis, the Gender Archeology and the Content Analysis.

**Keywords:** Helen – Euripedes – tragedy - priestess

---

<sup>1</sup> Mestranda do PPG-História da UFRGS e bolsista da CAPES. Este artigo é resultado do projeto de pesquisa “Eu te saúdo filha de Leda! Helena de Tróia, a sacerdotisa de Eurípedes (408-420 a.C)” realizado sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Regina Candido da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), concluído em março de 2013.

## INTRODUÇÃO

A *Ilíada* de Homero, o poema do homem na guerra<sup>2</sup> relata os ocorridos durante o penúltimo ano do conflito entre gregos e troianos, canta a cólera de Aquiles o herói aqueu que se sente ultrajado pelo chefe da expedição, Agamêmnon. A ofensiva grega contra a Ilíon de Príamo foi consequência do rapto de Helena rainha de Esparta, por Páris-Alexandre um dos filhos do rei troiano. Ao decorrer da epopéia, o *aedo* logo justifica a razão do conflito, na passagem em que descreve o impacto causado pela beleza de Helena nos anciões troianos<sup>3</sup>.

Porém, mesmo passados mais de três mil anos, Helena venceu os limites do tempo e da geografia, exercendo fascínio e mistério sobre o imaginário da cultura ocidental: seu nome permanece capaz de evocar beleza, feminilidade e sedução, mas também traição, guerra e morte.

Apenas para referir a um dos exemplos da permanência de Helena na cultura atual, citaremos o caso do tele-dramaturgo Manoel Carlos Gonçalves de Almeida e o recorrente uso do nome da rainha de Esparta para suas heroínas e, quando indagado pela preferência, ele admite estar se reportando a personagem da mitologia grega, Helena de Tróia, a mulher "mais bela do mundo", que teria desencadeado a guerra de Tróia<sup>4</sup>. As "Helenas de Manoel Carlos" reiteram como Helena de Tróia ainda é capaz de inspirar os homens, uma vez que, mais do que associado à beleza seu nome também

---

<sup>2</sup>BONNARD, Andre. **Civilização grega: da Ilíada ao Partenon**. Lisboa: Estúdios Cor.

<sup>3</sup>"Ao ver Helena, ao topo dirigir seus passos, uns aos outros disseram palavras aladas: 'Ninguém de nós se indigne que Tróicos e Dânaos, belas-cnêmides, tantos (tanto tempo!) males sofram por uma tal mulher! Diva imortal assemelha, terrível de beleza! Volte, não obstante, aos seus, poupando-nos da ruína!'" (Op. cit., 2001: 127)

<sup>4</sup> Em setembro de 2009, programa nacional de variedades *Fantástico*, realizou uma matéria na qual entrevistava a mais recente atriz escalada para viver a "Helena de Manoel Carlos", além de reunir as atrizes que já interpretaram a mesma personagem. Segundo a atriz Regina Duarte, as Helenas transgridem e a também atriz Cristiane Torloni, afirma que as mesmas querem superar suas vidas e que seguem a moralidade do amor. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=SmkjAEsrEGQ>, acessado em 23/07/2012.

remete a força, intrepidez e ainda, transgressão: após milênios, Helena, em suas múltiplas releituras, continua entre nós.

A narrativa de Helena é perpassada, em grande medida, pelos caminhos que esta singular aristocrática percorreu: do Peloponeso, através do Egeu até a Anatólia, para então retornar a Hélade. Entretanto em sua longa jornada, duas regiões se destacam no sentido de lhe serem indissociáveis: uma situada na Grécia, no coração do Peloponeso abrigava a milenar cidade de Esparta e outra, localizada nas esquecidas planície de Hissarlik na Turquia onde existiriam as ciclópicas muralhas de Tróia, faz de Helena uma mulher dividida entre o Oriente e o Ocidente.

A cidade de Atenas do século V a.C, seguramente sediou acalorados debates sobre a natureza e conduta da filha de Zeus: e foi sem dúvida nos palcos do teatro que suas questões foram profundamente debatidas diante do olhar atento da audiência ateniense.

A rainha de Esparta figurou como temática constante no mundo antigo: entre Homero e Eurípedes, há Hesíodo, Safo, Zeuxis, Platão, Aristóteles, Ésquilo e Górgias na longa lista de interessados por ela. Porém foi através das peças de Eurípedes, o poeta do Iluminismo grego<sup>5</sup> que Helena readquiriu voz para narrar sua própria história, expondo sua defesa ora de maneira terna e suplicante, ora em tom altivo e insolente. Considerado o psicólogo da Hélade<sup>6</sup>, Eurípedes refletiu sobre a filha de Leda em quatro de suas obras: *Andrômaca*, *As Troianas*, *Helena* e *Orestes*, também fazendo referência a Tindarida na tragédia *Ifigênia em Áulis* e na comédia satírica *O Ciclope*. É difícil não pensar que o dramaturgo de Salamina, estivesse convidado o expectador ateniense a repensar a questão de Helena.

Eurípedes foi um homem profundamente influenciado pelas transformações vivenciadas na sociedade *políade* ateniense e sua produção teatral foram perpassadas

<sup>5</sup>JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1995 (p.386)

<sup>6</sup>MCDONALD, Marianne. **The Living Art of Greek Tragedy**. Bloomington: Indiana University Press, 2003 (p.118)

pelas questões que mais o inquietavam; por isso assumimos que ao retomar Helena, o poeta procurava não somente empreender uma nova discussão sobre a filha de Leda, mas valia-se de sua figura para colocar em debate a emergência de um novo tipo social feminino em Atenas, resultado das transformações do vivenciadas no período. Quem seria essa mulher? Por que contrapô-la justamente a Helena? Quais seriam as motivações do poeta de Salamina para debater essa “nova mulher” no teatro trágico? Afinal, o que Eurípedes intencionava passar para ao público ateniense?

No intuito de trazer respostas a tais questionamentos, é que propomo-nos construir uma análise a partir do personagem Helena, e sua presença no teatro ático através da dramaturgia euripidiana.

### 1) “HELENA É MEU NOME”<sup>7</sup>

Homero revela-nos, já nos primeiros cantos da *Ilíada* que Helena é esposa de Menelau e filha de Zeus<sup>8</sup>; contudo é através de Eurípedes que obtemos mais detalhes sobre suas origens quando a própria Helena toma a palavra, falando a respeito de sua cidade natal e origens<sup>9</sup>. Devido à centralidade que Helena ocupa, sobretudo na referida epopéia, a rainha de Esparta conquistou uma posição cativa na tradição helênica.

Conforme Bettany Hughes<sup>10</sup> a filha de Leda marcou presença durante Antiguidade, e mesmo depois, permaneceu objeto de deleite ao longo dos séculos<sup>11</sup>. A autora também sustenta que Helena foi temática recorrente na Europa Moderna: no século XVII, era usual encomendar-se a artistas plásticos a decoração do interior de prédios públicos e privados com representações do rapto da rainha espartana; entre

<sup>7</sup>EURIPEDES. **Helena**. Porto Alegre: Movimento, 2009. (p.15)

<sup>8</sup>No Canto III, respectivamente, os versos 135 e 195,

<sup>9</sup>“Quanto a mim, a minha terra pátria não é desconhecida, Esparta e o meu pai Tíndaro. Mas conta uma tradição que Zeus voou para a minha mãe Leda, sob a forma de ave, um cisne. Este, por meio de dolo obteve os seus favores: fugir a perseguição de uma águia se é verdadeira a história” (Op.cit., 2009:15)

<sup>10</sup>HUGHES, Bettany. **Helena de Tróia - Deusa, Princesa e Prostituta**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

<sup>11</sup>“No mundo antigo e medieval, escribas copiaram cuidadosamente a história de Helena em papíros, e tão logo Caxton levou a imprensa a Westminster, em 1476, a narrativa passou a ser produzida em massa, e foi à base do *Rescuycell of the Historyes of Troy* (Coleção das histórias de Tróia), o primeiro livro a ser impresso em língua inglesa.” (Op.cit., 2009:48)

finais do século XVIII e inícios do século XIX, entre detratores e admiradores, foi sinônimo de termos pejorativos com Friedrich Schiller e assunto da opereta de Offenback, *La Belle Hélène*<sup>12</sup>.

Inúmeras telas a óleo do século XIX retrataram-na de forma encantadora, tal como Evelyn De Morgan<sup>13</sup>, que imaginou uma Helena loura em um *quitón* rosa perdida em sua imagem refletida no espelho, ou Jacques-Louis David, com sua romântica representação do momento em que a filha de Leda, com um tímido olhar aquiesce à sedução Páris-Alexandre e sua lira<sup>14</sup>.

A rainha de Esparta é ainda objeto de estudo nas diversas ramificações das Ciências Humanas, tal como atestam os trabalhos de Robert E. Meagher, autor do livro *The Meaning of Helen: In Search of an Ancient Icon*<sup>15</sup>, a obra *Helen of Troy and Her Shameless Phantom*<sup>16</sup> do britânico Norman Austin, os estudos de Lowell Edmunds intitulado *Helen's Divine Origins*<sup>17</sup>, assim como Robert E. Bell *Women of Classical Mythology: A Biographical Dictionary*<sup>18</sup>, as investigações de Margalit Finkelberg em *Greeks and Pre-Greeks: Aegean Prehistory and Greek Heroic Tradition*<sup>19</sup>, e ao nível de produção nacional a tese de doutoramento da professora Paulina Terra Nólibos *Eros e Bias entre Helena e Cassandra: Gênero, Sexualidade e Matrimônio no Imaginário Clássico Ateniense*<sup>20</sup>.

---

<sup>12</sup> Op. Cit, 1995: 51

<sup>13</sup> **Helena de Tróia**. Óleo sobre tela, 1898. Evelyn De Morgan (Centro De Morgan, Londres/Biblioteca de Arte Bridgeman, Londres. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Helena\\_\(mitologia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Helena_(mitologia)))

<sup>14</sup> **O amor de Helena e Paris**. Óleo sobre tela, 1788. Jacques-Louis David. (Museu do Louvre, Paris/Departamento de Pinturas). Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Helena\\_\(mitologia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Helena_(mitologia)))

<sup>15</sup> MEAGHER, Robert E. **The Meaning of Helen: In Search of an Ancient Icon**. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 1995

<sup>16</sup> AUSTIN, Norman. **Helen of Troy and Her Shameless Phantom - Myth and Poetics**. Ithaca: Cornell University Press, 2008

<sup>17</sup> EDMUNDS, Lowell. **Helen's Divine Origins**. Electronic Antiquity: Communicating the Classics - Virginia Polytechnic Institute and State University, 2007.

<sup>18</sup> BELL, Robert E. **Women of classical mythology: a biographical dictionary**. Michigan: ABC-CLIO, 1991.

<sup>19</sup> FINKELBERG, Margalit. **Greeks and Pre-Greeks: Aegean Prehistory and Greek Heroic Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

<sup>20</sup> NÓLIBOS, Paulina Terra. **Eros e Bía entre Helena e Cassandra: gênero, sexualidade e matrimônio no imaginário clássico ateniense**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

Grande parte de nosso interesse pela Tindarida, é devido tanto à ambigüidade de sua natureza, quanto sua capacidade mover-se em um mundo masculino: intrigamos pensar nos motivos que poderiam justificar a presença de Helena na narrativa grega quando recordamos Tucídides<sup>21</sup>, para quem a melhor das mulheres era aquela de quem as pessoas menos falam, quer digam mal quer digam bem. Acrescentado a isto, está o fascínio exercido sobre nós pela sociedade políade ateniense do século V a.C, que vivenciou a experiência democrática, a ascensão da sofística, o surgimento do direito e o esplendor estético do teatro. Tais premissas justificam a escolha do título, extraído de um diálogo entre Helena e Menelau na tragédia euripidiana Helena.

Os estudiosos da rainha de Esparta se preocupam em averiguar aquilo que a tradição legou como fatos de sua vida, em que pese às circunstâncias de sua concepção e filiação: seja a tradição euripidiana do ardil de Zeus, transformado em cisne para violar Leda rainha de Esparta (BELL: 1991; MEAGHER: 1995 e NÓBILOS: 2006) ou a que conta como Nêmesis, filha da Noite, fugindo da perseguição de Zeus percorreu o mundo tomando diferentes formas até se metamorfosear em gansa quando deus se transformou em cisne se unindo a ela (MEAGHER: 1995; NÓBILOS: 2006; EDMUNDS: 2007 e AUSTIN: 2008).

Igualmente se indagaram sobre suas núpcias, especialmente ao que pertence a escolha de seu marido – alguns sustentam que a própria Helena teria escolhido Menelau (EURIPEDES: 2004; NÓBILOS: 2006) e outros afirmam que tal escolha coube a Tíndaro (BELL: 1991; FINKELBERG, 2005).

A existência de cultos a Helena na Grécia também foi objeto de interesse (BELL: 1991; MEAGHER: 1995; NÓBILOS: 2006; EDMUNDS: 2007 e AUSTIN: 2008), sem esquecer Páris e a notória discussão sobre o rapto forçado ou um fuga voluntária (BELL: 1991; MEAGHER: 1995; EDMUNDS: 2007; NÓBILOS: 2006 e AUSTIN: 2008).

---

<sup>21</sup>PATEL, Pauline Schmitt. Introdução: Um fio de Ariadne. *IN* DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: a antiguidade**. Porto: Afrontamento, 1990 (p. 19)

De nossa parte, atribuímos a Helena uma condição adicional: sacerdotisa e concessora de realeza. Claude Mossé<sup>22</sup> afirma que a rainha de Esparta era capaz de unir beleza e conhecimento das práticas mágicas e, tanto na *Ilíada* quanto na *Odisséia* as suas conexões com divino são recorrentes.

Na primeira de suas epopéias o *aedo* revela a ascendência divina da rainha argiva que teria sido gerada por Zeus - fato que por si só já resulta em uma conexão com o sagrado. Na *Ilíada*, Helena e Afrodite demonstram estar relacionadas pelos laços da *philia*, embora esse sentimento não impeça a rainha argiva de responder rispidamente a deusa da beleza<sup>23</sup>.

Qual mortal teria a ousadia de contrariar Afrodite, quando mesmo os imortais temiam seus humores e castigos? Se a atitude impetuosa de Helena não basta para comprovar suas conexões com o divino, novamente podemos recorrer a Homero<sup>24</sup>.

O poeta canta sobre as habilidades incomuns da filha de Zeus que durante o banquete oferecido a Telêmaco e Pisístrato ao perceber a tristeza que ameaçava abater-se sobre os homens, adicionou ervas secretas ao vinho<sup>25</sup>. Helena surpreender-nos novamente com seus conhecimentos sobre o oculto quando diante da incapacidade do marido Menelau em interpretar um prodígio ocorrido no exato momento em que o filho de Odisseu preparava-se para partir de Esparta, toma a palavra e revela a sua interpretação<sup>26</sup>.

---

<sup>22</sup>MOSSÉ. **Claude. La mujer em la Grécia clásica.** Madrid:Editorial Nerea, 1990, (p.31)

<sup>23</sup>“Ó demoníaca, por que esse teu desejo de enganar-me tanto? Logo me levarás a Frígia ou a Meônia, onde se encontre um ser falante a ti dileto. Visto que Menelau venceu Páris divino e quer agora, em prêmio, esta que lhe era odiosa reaver, tu vens com tramas pérfido-ardilosas? Vai, senta-te ao pé dele. No Olímpio não mais volte a pisar. Junto dele fica e pena; busca retê-lo até que ele te faça esposa ou escrava, talvez. Eu, por meu lado, não irei até ele (vexame!) partilhar de seu leito. As Troianas me reprovavam uníssonas. Já tenho magoa em demasia!” (Op.cit., 2003: 143)

<sup>24</sup>HOMERO. **Odisséia.** Nova Cultural: São Paulo, 2003.

<sup>25</sup>“Nesse momento, Helena, filha de Zeus, concebeu um novo plano. No vinho da cratera, donde bebiam, lançou de súbito uma droga, um calmante da dor e do ressentimento, que fazia esquecer todos os males. Bastaria que alguém tragasse para que, em todo o dia, as lágrimas lhe não corressem pelas faces, nem mesmo que morresse sua mãe e se pai, em sua presença, nem diante dos olhos, seu irmão e filho fossem mortos com o bronze” (Op.cit., 2003:57)

<sup>26</sup>“Mas Helena, de longo véu, antecipou-se e disse: ‘Escutai-me! Vou anunciar-vos a predição, que os

Helena possui conhecimentos que lhe permitem acessar as esferas do divino e manipular a natureza a favor do bem coletivo, tal qual uma sacerdotisa iniciada. Sua condição de sacerdotisa implicaria na concessão de poderes terrenos?

Sarah Pomeroy<sup>27</sup> sinaliza para a presença de enlaces matrimônios na sociedade grega heróica, de caráter matrifocal, nos quais um cavaleiro andante se casava com uma princesa local e se estabelecia em seus domínios<sup>28</sup>. Finkelberg igualmente assume que a sucessão real grega – pautada pelas genealogias sucessórias das rainhas, está diretamente ligada ao estatuto do sacerdócio das mesmas, consideradas as representantes da deusa da terra<sup>29</sup>.

Nicole Loraux<sup>30</sup> ensina que a importância do culto a Deusa-Mãe, cujos atributos estavam associados à fertilidade do solo, mulheres e animais, foi altamente disseminada na Grécia e nos arredores do mundo mediterrâneo<sup>31</sup>. Na dimensão do religioso a presença feminina não pode ser ignorada por completo: como ensina Louise Zaidman<sup>32</sup> o universo do sagrado exige sua presença, por quanto só elas possuem

---

imortais inspiraram em meu coração e que, tenho certeza se cumprirá. Esta águia, que arrebatou o ganso, criado em nossa casa, veio dos montes, onde nasceu e tem filhos; do mesmo modo, Ulisses, após inúmeros trabalhos, após haver peregrinado por tantas terras, há de voltar a sua casa e vingar-se. Quem sabe se já lá está, planejando o extermínio dos pretendentes.” (Op.cit., 2003:57)

<sup>27</sup>POMEROY, Sarah B. **Diosas, Rameras, Esposas y Esclavas: Mujeres em la Antigüedad Clásica**. Madrid: Ediciones Akal, 1999.

<sup>28</sup>“Por exemplo, o matrimônio de Menelau e Helena, foi matrilinear e matrilocal. Posto que Menelau aparece em Homero como louro, é evidente que procedia do Norte, enquanto que Helena era filha de Tíndaro, o rei de Esparta.[...] Posto que Menelau era rei em virtude de sua situação de marido de Helena, podia perder seu trono se a perdesse.” (Op. cit., 1999:35)

<sup>29</sup>“A Deusa foi o centro do culto, onde ela foi representada por sua sacerdotisa, enquanto seu consorte masculino teve sua contraparte humana na figura do ‘rei-sacerdote’. O rei, portanto, devia sua posição real por ser consorte da divina encarnação humana da Deusa, um papel que ele poderia jogar apenas em virtude de seu casamento com sua sacerdotisa”. (Op.cit., 2005:88)

<sup>30</sup>LORAU, Nicole. O que é uma deusa? *IN*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: a antiguidade**. Porto: Afrontamento, 1990.

<sup>31</sup>“Em primeiro lugar, é preciso não esquecer que a mãe existe. Os Gregos veneram-na, como atesta o arqueólogo Pausânias, no século II da nossa era, numa época sem dúvida tardia, mas bem distante do Neolítico. [...] A Mãe: com letra maiúscula ou qualificada como “Grande”, tanto em Esparta como em Licosura da Arcádia [...] venerada como Mãe dos deuses em Atenas, em Corinto, por todo o Peloponeso (na Lacônia e na Messênia, em Olímpia e em Megalópolis, exactamente como na Arcádia)”. (Op.cit., 1990: 50-51)

<sup>32</sup>ZAIMAN, Louise Bruit. As filhas de Pandora. Mulheres e rituais nas cidades. *IN*: DUBY, Georges;

certas chaves que comandam a renovação e perpetuação da vida<sup>33</sup> – nesse sentido, o papel da sacerdotisa como intermediária entre o mundo dos homens e dos deuses é imprescindível para o bem estar da comunidade.

A obra de Ruth Falcó Martí intitulada *La Arqueologia del Género*<sup>34</sup> consiste em um estudo voltado para a citada disciplina<sup>35</sup>, enfatizando os preceitos da vertente espanhola desponta como uma corrente crítica que propõe um olhar novo e diferenciado sobre o passado, caracterizada por abarcar um conjunto distinto de concepções teóricas e metodológicas, que busca realizar uma leitura crítica deste passado considerando a complexidade das Identidades de Gênero<sup>36</sup>, suas formas de interação com as demais categorias identitárias, tendo presente seu caráter eminentemente histórico e cultural.

Esta vertente da História de Gênero privilegia o espaço doméstico de atuação tanto feminina quanto masculina – tal esfera é um espaço aonde o poder também é exercido, na qual mulheres e homens são equivalentes mesmo diante da divisão de tarefas, a dizer, as mulheres cabem as atividades de manutenção (como o cuidado com

---

PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: a antiguidade**. Porto: Afrontamento, 1990.

<sup>33</sup>“Os deuses falam as mulheres e contam com o seu serviço. Haverá, portanto que entreabrir-lhes a porta, para que cumpram os rituais que os exigem, sob a suprema vigilância dos homens, que espreitam à porta dos santuários por não poderem penetrar no seu interior. A história de Bato, rei de Cirene, que quis forçar o segredo dos mistérios de Demeter Tesmófora e pagou essa transgressão com a sua virilidade [...]” (Op.cit., 1990:462)

<sup>34</sup>MARTÍ, Ruth Falcó. **La Arqueologia Del Género: Espacio de mujeres, mujeres con espacio**. Alacant: Espagrafic, 2000.

<sup>35</sup>Uma nova forma de buscar o lugar ocupado por mulheres e homens, o encontramos na Arqueologia do Gênero. Esta inovadora prática arqueológica, pretende encontrar as funções de mulheres e homens, assim como seus espaços em nosso passado, através do estudo da cultura material do ser humano. No âmbito da Arqueologia, o gênero deve ser considerado como uma relação social que forma parte e constitui o conjunto do resto das relações sociais e atividades que formam a sociedade em geral. (Op.cit., 2000:142)

<sup>36</sup>“Por muitas gerações, em nossa cultura ocidental, homens e mulheres tiveram posições diferentes que marcaram uma divisão de funções dentro da sociedade. Esta divisão até o início da Modernidade era essencialmente binária e em função do sexo, com a qual se conseguiu reproduzir em homens e mulheres um modelo internacionalmente reconhecido de valores, comportamentos crenças e diferentes para cada sexo, ao que se chamou de ‘identidade de gênero’”. (Op.cit., 2000:60)

a casa e as atividades religiosas) e aos homens competem também atividades de manutenção ligadas à defesa do espaço e indivíduos que nele habitem.

Embora comprometida em estudar as relações entre os gêneros, por certo a Arqueologia de Gêneros por vez pende para as questões femininas<sup>37</sup>, como por exemplo, o notado interesse pela análise do contexto social doméstico e religioso, pela forma como tal espaço é socialmente construído, as abordagens críticas à iconografia, a visibilidade e materialidade do papel da mulher no passado, as formas através das quais as relações sociais são construídas e mesmo as questões pertinentes ao espaço público e privado.

Mesmo que por vezes privilegiando um viés feminino, a Arqueologia de Gênero refuta qualquer tipo de separação entre gênero masculino e feminino, pois ambos compõem o conjunto de relações sociais – base fundamental dos estudos de gênero através da Arqueologia.

Porém, atendendo as necessidades próprias deste estudo, nos centraremos no estudo da mulher desde o ponto de vista arqueológico<sup>38</sup> pois utilizaremos a cultura material, o que igualmente implicará na seleção de determinado número de conceitos teóricos norteadores.

## **2) AS FUNÇÕES RELIGIOSAS DA RAINHA**

Nesta investigação ressaltamos tanto a condição de rainha como a função social de sacerdotisa de Helena, na qual iremos considerar tanto o contexto doméstico da realeza palaciana com o espaço de atuação da sacerdotisa, uma vez que tal binômio é responsável por ratificar o poder real masculino de Menelau. Passemos a análise do contexto social doméstico e do religioso.

---

<sup>37</sup>Ruth Martí sustenta que a atenção dos estudos arqueológicos, até finais do século passado se inclinava pelo homem, permanecendo a mulher nas sombras, e que por isso é lógico que muitas investigações de gênero desde a perspectiva arqueológica intentem unicamente resgatar o papel da mulher das ditas sombras, deixando o homem obsoleto. (2000: 143)

<sup>38</sup>Op.cit., 2000: 144

É por todos conhecida a tradicional teoria social que separa as esferas públicas e privadas, relegando tais espaços a, respectivamente, homens e mulheres além de estabelecer uma relação de preponderância do primeiro em detrimento do segundo. São oportunos os questionamentos feitos por Margareth Rago sobre por que se privilegiam os acontecimentos da esfera pública e não os constitutivos de uma história da vida privada, ou mesmo, por que se despreza a cozinha em relação à sala, e a casa em relação à rua?<sup>39</sup>

A teoria tradicional ao analisar, sobretudo as sociedades pré-históricas e antigas, igualmente associou o mundo privado ao domínio doméstico cujo amálgama se encontra materializado através do espaço da casa - o lugar onde as mulheres desenvolvem suas atividades, e uma vez que tais esferas acabaram por coincidir entre si, o meio privado foi colocado em clara oposição ao público<sup>40</sup>. Contudo, conforme ressalta Martí, muitos autores consideram inadequado associar a esfera doméstica ao privado, pois tanto o espaço público quanto o privado podem ser qualificados como doméstico<sup>41</sup>.

Nesse sentido, nem mesmo a mulher estaria circunscrita somente ao contexto doméstico, pois como afirma Claude Mossé<sup>42</sup>, embora a mulher ateniense de boa família ficasse em casa com suas criadas e apenas saísse para cumprir com seus deveres religiosos, a mulher do povo se via obrigada a sair de sua casa para ir ao mercado ou mesmo trabalhar<sup>43</sup>.

No tocante ao conceito de espaço social religioso, são particularmente significativos os estudos da arqueóloga espanhola Lourdes Prados Torreira<sup>44</sup>, que

---

<sup>39</sup>RAGO, Margareth, Epistemologia Feminista, Gênero e História /N PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.)- **MASCULINO, FEMININO, PLURAL**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998 (p.14)

<sup>40</sup>Op.cit., (2000): 221

<sup>41</sup>Op.cit., (2000):222

<sup>42</sup>MOSSÉ, Claude. **La mujer en la Grecia clásica**. Madrid: NEREA, 1990.

<sup>43</sup>Op.cit.,1990:64

<sup>44</sup>TORREIRA, Lourdes Prados. Mujer y espacio sagrado: Haciendo visibles a las mujeres en los lugares de culto de época ibérica. **Complutum**, 2007, vol. 18, p. 217-225, mai. 2007

procura estabelecer uma aproximação entre o espaço da mulher e o papel que esta poderia desempenhar em diferentes cerimônias religiosas. Através do exame de dados materiais fornecidos por um contexto social religioso específico (santuários), a autora verificou a presença feminina sob a forma de rituais e celebrações específicas de mulheres, a freqüência de oferendas quase que exclusivamente femininas e mesmo a existência de sacerdócios ou cultos essencialmente femininos<sup>45</sup>.

Os estudos de Torreira revelam que no contexto dos santuários a presença física da mulher na esfera religiosa é constante: seja de forma silenciosa de íntimas e silenciosas oferendas<sup>46</sup>, através das práticas rituais<sup>47</sup> ou nas deusas que hierofanizam mulheres em ações e atributos<sup>48</sup>.

No espaço social religioso de uma sociedade como grega, quando estudamos o conjunto de circunstâncias e fatos interrelacionados que envolvem este evento em particular, percebemos que os deuses estão intimamente ligados a vida das cidades e aos homens que nela habitam, e conforme assevera Louise Bruit Zaidman<sup>49</sup>, qualquer análise sobre o lugar das mulheres nos rituais desta sociedade masculina é também uma abordagem sobre seu complexo estatuto, tanto na cidade quanto no imaginário<sup>50</sup>. E no caso da específico da sociedade ateniense, consideramos notável o número de eventos cívico-religiosos em que a presença feminina domina a cena: desde a tenra

---

<sup>45</sup>Op.cit., 2007:219

<sup>46</sup>A autora atenta para a presença de oferendas representando seios, vaginas e úteros, e assume que tais representações são manifestações matéricas de súplicas pela realização de desejos relacionados ao universo feminino tais como uma boa lactância, futura maternidade, e gestações saudáveis. (p.221)

<sup>47</sup>No santuário de La Serreta de Alcoy, uma deusa amamenta duas crianças e em um monumento funerário conhecido como *Pozo Moro*, uma deusa é representada em meio a um conúbio amoroso com um mortal. (p.219-220)

<sup>48</sup> Presença de personagens femininos com funções sacerdotais na chamada tumba 155 de Baza. (p.222)

<sup>49</sup>ZAIDMAN, Louise Bruit. *As filhas de Pandora. Mulheres e rituais nas cidades* /N: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: a antiguidade**. Porto: Afrontamento, 1990. (p. 411-463)

<sup>50</sup>Op.cit., 1990: 411

infância até a maturidade da vida as mulheres participam proficuamente da vida religiosa da *pólis* dos atenienses<sup>51</sup>.

Ao nos debruçarmos sobre a análise crítica da iconografia, cumpre ressaltar que dentro do vasto campo do estudo descritivo das imagens (fotos, desenhos, pinturas etc.) associadas a um tema, obra ou época, nosso foco de atenção serão os vasos cerâmicos pintados. Nesse sentido, concordamos com o argumento de François Lissarrague<sup>52</sup> de que os vasos gregos, por seu número e riqueza, constituem uma classe a parte<sup>53</sup>. Também consideramos igualmente pertinente a posição de Martí sobre a natureza e relevância das representações iconográficas<sup>54</sup> para os estudos arqueológicos de gênero.

Para empreendermos uma reflexão crítica a cerca dos registros iconográficos, precisamos ter em mente o universo proeminentemente masculino em que estes objetos são produzidos, e que acima de tudo, encontraremos nestes vasos uma visão masculina<sup>55</sup>. No presente estudo, utilizaremos as imagens representadas nos vasos cerâmicos gregos para fundamentar nossa hipótese de um possível sacerdócio de

---

<sup>51</sup>“Nos cerca de trinta festivais celebrados todos os anos e dos quais muitos duram dois ou três dias seguidos, quase metade implica uma participação activa de uma parte da população feminina de Atenas. De uma forma ou outra, a cidade associa sucessivamente às suas celebrações os diferentes estatutos femininos: rapariguinhas e jovens nas Arrefórias, depois nas Plintérias e, como canéforas, em volta de Atenas; mulheres casadas nos Haloos e nas Tesmofórias de Deméter; mulheres na idade canônica em torno da rainha nas Antestérias, às quais preside Dioniso. O ponto culminante é constituído pelas Pan-Ateneias, onde se encontram todas as idades e estatutos na grande celebração anual e, sobretudo quadrienal de Atenas por ela própria.” (Op.cit., 1990: 414)

<sup>52</sup>LISSARRAGUE, François. A figuração das mulheres *IN*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: a antiguidade**. Porto: Afrontamento, 1990. (p. 203-271)

<sup>53</sup>Op.cit., 1990: 203

<sup>54</sup>De acordo com a arqueóloga, os sistemas iconográficos são construções metafóricas nas quais as imagens servem como meio de comunicação, contendo a informação que pode ser transmitida, e, portanto, implica necessariamente na existência de um transmissor e um receptor, isto é, quem transmite e para quem transmite. (Op.cit., 2000:165)

<sup>55</sup>“[...] a sociedade ateniense é determinada pelos cidadãos, e que a ideologia dominante, a que orienta as escolhas dos pintores e a sua maneira de ver, num sistema pictural que concede um papel mínimo à iniciativa individual e àquilo a que chamaríamos inspiração, é acima de tudo masculina. As imagens que vamos examinar estão, portanto duplamente marcadas; não são uma transcrição objectiva, mas o fruto de um olhar que reconstitui o real, e esse olhar é um olhar masculino”. (Op.cit., 1990: 205-206)

Helena, procedendo com a seleção de cenas<sup>56</sup> que acreditamos serem capazes de ilustrar tal conjectura, uma vez que em nosso documento escrito (a tragédia *Helena*) tais atividades não são mencionadas.

Outro ponto relevante para nossa investigação é a necessidade de atribuir visibilidade e materialidade ao papel da mulher no passado; e para tanto direcionaremos nossa atenção a espaços de atuação específicos, como o palácio e o templo. Acreditamos que estes espaços (privados e públicos) são capazes de revelar a presença feminina, uma vez que a atuação das mesmas se encontra registrada pela cultura material remanescente<sup>57</sup>.

É conveniente ressaltar que, a despeito das proporções físicas avantajadas do palácio esse não deixa de ser um *oikos*, e, consoante o entendimento de Claude Mossé<sup>58</sup>, a rainha o governa enquanto gerência suas servas<sup>59</sup> e, no caso específico de Helena, a epopéia homérica<sup>60</sup> nos permite observá-la no exercício de tais funções, tanto na casa de Páris<sup>61</sup> como na de Menelau<sup>62</sup>.

O templo também é um local que demanda a presença da rainha – e podemos recorrer novamente ao texto homérico para visualizá-la em ação: seguindo o conselho

---

<sup>56</sup>Na base Beazley (<http://www.beazley.ox.ac.uk>) o termo de pesquisa “*Helen*” nos remete a cerca de cinquenta e cinco resultados. Para o presente estudo, limitaremos nossa análise em torno de dez imagens, referentes a cenas que representem o sacerdócio de Helena (anexo B).

<sup>57</sup>Conforme atestam as investigações de Lourdes Torreira sobre os santuários e as reflexões de Ruth Martí sobre as atividades de manutenção.

<sup>58</sup>MOSSÉ, Claude. **A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo** (séculos VIII-VI a.C.) [S.l.:s.n., 1980?]

<sup>59</sup>“[...] É ela quem acolhe os visitantes, quem lhe manda preparar um banho relaxante e leitos para passarem a noite. É também ela que preside a preparação das refeições. Durante o resto do tempo, fia e tece rodeada pelas suas servas [...] Finalmente é a senhora que guarda a chave do tesouro, onde se acumulam as provisões alimentares, as reservas de metais preciosos e os belos tecidos oferecidos ao senhor -ou à senhora- pelos hóspedes de passagem, assim como o produto do saque de múltiplas expedições de pilhagem.” (p. 61)

<sup>60</sup>CAMPOS, Haroldo de. **Ilíada de Homero**. São Paulo: Arx, 2003 e HOMERO. **Odisséia**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

<sup>61</sup>Na *Ilíada*, (Livro III, v. 125, p. 125) Helena aparece bordando um manto, e em outra cena (Livro VI, v. 320-325, p. 251) está dirigindo as servas nos trabalhos domésticos.

<sup>62</sup>Na *Odisséia* (Livro IV, v. 95-115, p. 45) cercada por suas servas que portam seus objetos pessoais de tecelagem, Helena trabalha a lã púrpura enquanto participa da reunião, sentada entre Menelau e Telêmaco.

de seu irmão Heleno, Heitor procura a rainha Hécuba para lhe pedir que convoque as matronas troianas para que juntas, no templo de Palas Atená, orem pela piedade da deusa em nome da cidade, esposas e filhos troianos<sup>63</sup>. Novamente o entendimento de Claude Mossé nos parece apropriado, quando a helenista afirma que Hécuba, sendo a esposa do rei, tem poder para convocar as mulheres de Tróia, e será ela quem oferecerá a deusa um sacrifício para pedir a proteção da cidade, das mulheres e das crianças: estamos diante não somente diante da mulher do rei, mas da própria rainha<sup>64</sup>.

É igualmente apropriado para nosso estudo tecer alguns comentários sobre o conceito de relações sociais sob a perspectiva de gênero, de modo a fugir da idéia tradicional de relações estabelecidas entre os gêneros, nas quais os homens figuram como agente dominante e a mulher como ente dominado. Portanto iremos privilegiar as contribuições de Joan Scott<sup>65</sup>, pois a autora contempla as relações sociais do ponto de vista do gênero - entendido como um de seus elementos constitutivos<sup>66</sup>.

Margalit Finkelberg<sup>67</sup> propôs um novo olhar sobre as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres no mundo antigo, explorando os papéis desempenhados pelo rei e rainha, sob o prisma dos dados lingüísticos e arqueológicos: enquanto o rei exercia funções de governante local<sup>68</sup> a rainha desempenhava funções de culto no papel de sacerdotisa da Deusa-Mãe garantido a fertilidade dos campos, animais e seres humanos. Tal relação se mostra benéfica para ambos, pois o homem

---

<sup>63</sup>Ilíada, Livro VI, v. 270-280, p. 249

<sup>64</sup>Op.cit., 1990:26

<sup>65</sup>SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

<sup>66</sup>"[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos [...]" (Op.cit., 1995: 21)

<sup>67</sup>FINKELBERG, Margalit. **Greeks and Pre-Greeks: Aegean Prehistory and Greek Heroic Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

<sup>68</sup>Op.cit., 2005: 87

(então um estrangeiro de origens aristocráticas) se tornava rei através de sua união com a rainha e esta além de receber um marido era contemplada com um guerreiro que protegeria seus domínios contra invasores.

### 3) HELENA, A SACERDOTISA DE EURÍPEDES

Nossa documentação textual selecionada, a tragédia *Helena* de Eurípedes, será examinada através da prática metodológica conhecida como Análise de Discurso (GREIMAS: 1981) auxiliada ainda por subseqüentes expedientes metodológicos aprimorados pelo Núcleo de Estudos da Antiguidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEA/UERJ)<sup>69</sup>.

Consideremos o seguinte quadro:

#### 1. Processo de descrição do conteúdo

Autor/obra	Eurípides / <i>Helena</i> – Teria sido representada pela primeira vez em 412 a.C
Período/região	Século V a.C / Ática – <i>Polis</i> dos atenienses
Publico/privado	Público. Encenada durante as Grandes Dionisíacas, ou Dionisíacas Urbanas.
Manifestação Da língua	Grego ático do V século a.C

#### 1.2. Análise do texto

Propriedades da Linguagem do texto	Linguagem culta, seguindo uma métrica poética.
Qualificação do texto	Discurso poético – Na forma de monólogos e diálogos teatrais (permeados pela lógica sofisticada) entre os personagens. De conteúdo pacifista, a obra critica a insensatez da guerra.
Comunicação do texto	A representação teatral do texto, em um evento cívico de expressão como as Grandes Dionisíacas, permitiu sua ampla circulação entre as várias camadas da sociedade ateniense.

<sup>69</sup>Conforme a obra *Novas perspectivas sobre a aplicação metodológica em História Antiga* (CANDIDO... [et al.]: 2011, 13-24).

Processo de interação	A população da sociedade ateniense do V século: cidadãos, estrangeiros, escravos, homens e mulheres em geral, embora artistas e eruditos pudessem empreender um diálogo mais aprofundado com a obra.
Conceitos operacionais do texto	ἔρος – eros: amor πόλεμος – pólemos: guerra Θάνατος – thánatos: morte εἶδωλον – eidolon: fantasma Ἕλληνας – elléni: grego Βάρβαρος – barbaroi: bárbaro εἰρήνη – eirénee: paz
Monofonia/Polifonia:	<i>Ilíada</i> de Homero. <i>Helena (e Palinódia)</i> de Estesícoro. <i>Cantos Cíprios</i> de Stasinós de Cípris. <i>Histórias (Livro II)</i> de Heródoto.

### 1.3. Seleção do Conteúdo

Temas	Pertinência	Objetividade
Guerra	HELENA: Os desígnios de Zeus outra coisa determinaram com os seguintes males: trouxe a guerra à terra dos helenos e aos infelizes frígios, [...] E muitas vidas, por minha causa, junto do Escamandro, de suas correntes pereceram. (p. 16, v.35-55)	- Mesmo que justificada pela influência do divino, a guerra é vista como maléfica aos seres humanos. - Brandão destaca que o mito de Helena serviu como um mecanismo de punição divina, tal como Pandora. O autor ressalta ainda que Helena desponta como a encarnação de Nêmesis <sup>70</sup> . - A presença da guerra na terra dos helenos é uma referência direta a guerra contra Esparta.
Fantasma/“Eidolon”	HELENA: Não fui para a terra troiana, era uma imagem minha. MENELAU: E quem	- Conforme Brandão, o “eídolon” está relacionado com a psiquê. Após a morte física a psiquê se torna um <i>eidolon</i> , um simulacro, um corpo

<sup>70</sup>BRANDÃO. Junito de Souza. *Helena, o eterno feminino*. Petrópolis: Vozes, 1989 *apud* CAMPOS. Carlos Eduardo da Costa. *Helena, o eterno feminino (Hélène, l'éternel féminin)*, Revista NEARCO, de nº05, semestre de 2010. (p. 4)

	<p>fabrica corpos assim dotados de vida? HELENA: De Hera é esse duplo, para que Páris me não tomasse. (p. 42, v. 585-590)</p>	<p>insubstancial, os traços exatos do falecido<sup>71</sup>. - A permanência de Helena no Egito, e o envio de um simulacro seu para Ilíon em seu lugar, pelo qual os gregos e troianos lutaram durante dez anos, torna a guerra ainda mais absurda.</p>
Paz	<p>CORO: Insensatos de vós, quantos na guerra buskais glória, e nas lanças robustas, nelas julgando encontrar, em vossa ignorância, o remédio para os males mortais. Se e o combate sangrento a decidir, nunca a discórdia se ausentará das cidades dos homens. (p. 69, v. 1155)</p>	<p>- Eurípides exalta o fim das batalhas fratricidas que assolam a Hélade e que impedem a paz de estar entre os homens. - Sempre um fervoroso defensor da paz entre os gregos, ao longo dos anos testemunhou o cenário catastrófico da Guerra do Peloponeso, e tentava enfatizar o sofrimento por ela produzido<sup>72</sup>. -De acordo com Jones<sup>73</sup> Esparta e Atenas firmam um tratado de paz em 446, ou seja, após mais de trinta anos de conflito.</p>
Grego/Bárbaro	<p>MENELAU: És de raça grega ou és mulher indígena? HELENA: Sou grega. Mas também quero saber qual tua origem. (p. 40, v.560-565)</p>	<p>- A oposição entre helenos e bárbaros é constante ao longo da tragédia. -McDonald afirma que os gregos se sentiam superiores, pois diferente dos demais povos regidos por um único chefe de Estado, estes haviam expulsado todos os tiranos<sup>74</sup>. -Eurípides não especifica os elementos que configuram a condição de heleno ou bárbaro.</p>
Hospitalidade	<p>MENELAU: Vá lá dentro anunciar-me aos teus senhores... VELHA: Ser-me-á amargo,</p>	<p>- Na Grécia, as relações de hospitalidade são fundamentais, estando diretamente relacionadas a Zeus.</p>

<sup>71</sup> \_\_\_\_\_, *Mitologia Grega: Vol. I*. Petrópolis: Vozes, 1986. (p. 145)

<sup>72</sup> EURIPEDES. *Tragedias: Alceste, Medea, Los Heraclidas, Hipólito, Andrômaca y Hécuba*. Madrid: Básica Greco, 2000 (p. 19)

<sup>73</sup> JONES, V. Peter. *O Mundo de Atenas: Uma introdução à cultura clássica ateniense*. São Paulo: Martins Fonte, 1997. (p.26)

<sup>74</sup> Op. cit., 2010:157

	penso, anunciar tuas palavras. MENELAU: Sou um estrangeiro náufrago que chega, a quem asilo é devido. (p.34, v. 445-450)	- Os não-civilizados seriam aqueles que ignoram os princípios da hospedagem, tal como o ciclope Polifermo, na <i>Odisséia</i> . - A falta de hospitalidade egípcia, reforça a idéia de povo bárbaro.
<i>Phília</i>	HELENA: Ó mais querido dos homens, Menelau! Longa foi a ausência, mas a alegria está de volta. Que felicidade, amigas, recuperar o meu marido e cingi-lo com amorosos braços, decorridos que são tantos sóis. (p. 44, v.625)	- Eurípides, através de Helena, euforiza a esposa a amorosa e devotada: a rainha argiva não lembra em nada a mulher infiel. Mossé afirma que o adultério da mulher era imperdoável diante da necessidade de filhos legítimos <sup>75</sup> .
Honra familiar	HELENA: Concede-me esta graça e imita o caráter justo do teu pai; pois para os filhos a glória mais bela, quando renasce de pai honrado, reside em transmitir aos seus descendentes as mesmas qualidades. (p.61, v.940)	- Helena apela para a honra do falecido rei Proteu, reconhecida pelos próprios deuses. Sua filha, a sacerdotisa e profetisa, Teónoe deseja evitar uma injustiça e conservar a integridade do <i>guénos</i> , uma vez que a falha de um recai sobre todos <sup>76</sup> .

Para tanto, é necessário principiar pelo processo de descrição de conteúdo, procedendo com a descrição do conteúdo presente no documento, ou seja, a obra trágica *Helena* composta pelo poeta Eurípedes e que teria sido representada pela primeira vez no ano de 412 do século V a.C, na região da Ática, especificamente na *pólis* dos atenienses. Além de a interpretação ter sido feita no idioma grego ático do

<sup>75</sup> Op.cit., 1990:22

<sup>76</sup> BRANDÃO. Junito de Sousa. **Teatro Grego**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. (p. 20)

respectivo período, ocorreu sob os auspícios das Grandes Dionisíacas, o que demonstra seu caráter eminentemente público.

A seguir, temos a etapa pertinente à análise do texto, através da qual podemos observar que se trata de uma produção que se utiliza da linguagem culta, seguindo uma métrica poética, o que qualifica o texto como um tipo de discurso poético - na forma de monólogos e diálogos teatrais (permeados pela lógica sofística), travados pelos personagens. É digno de nota o conteúdo pacifista que perpassa o drama, que critica a insensatez da guerra.

Os processos de comunicação do texto foram privilegiados por sua representação teatral em um evento cívico de notadas proporções como as Grandes Dionisíacas, fato que permitiu sua ampla circulação entre os vários segmentos da sociedade ateniense: cidadãos, estrangeiros, escravos, homens e mulheres compunham o público expectador da peça e se interavam de seu conteúdo textual, embora artistas e eruditos pudessem empreender um diálogo mais aprofundado com a obra.

É igualmente conveniente destacar os principais conceitos operacionais do texto, as noções que possibilitam o desenvolvimento e sentido da narrativa dramática euripidiana, juízos tais como amor (*eros*), guerra (*pólemos*), morte (*thánatos*), fantasma (*eidolon*), grego (*elléni*), bárbaro (*barbaroi*) e paz (*eirénee*).

O texto euripidiano também estabelece diálogos monofônicos e polifônicos com obras que antecessoras ou contemporâneas, tais como *Histórias (Livro II)* de Heródoto, o *Elogio a Helena* de Górgias Leontinos, obra homônima de Isócrates e a *Palinódia* de Estesícoro.

Por fim, empreendemos a seleção de conteúdo, sistema através do qual retiraremos alguns fragmentos do texto que serão correlacionados aos conceitos anteriormente citados: tal seleção nos permitirá visualizar a operacionalização dos

conceitos no decorrer da narrativa trágica bem como estabelecer um diálogo mais aprofundado com a mesma.

Diante de tal premissa, possuímos inclinação para acreditar que quando Eurípedes retoma o mito de Helena em sua obra – na qual exalta, sobretudo sua linhagem real e sua própria condição de rainha, através do não-dito, igualmente faz alusão a sua condição de sacerdotisa: na tragédia euripídiana, a Helena homérica volta a ser a rainha concessora do poder e a sacerdotisa responsável por manter a conexão entre o mundo dos homens com o mundo do sagrado.

Observemos o seguinte quadro analítico:

<b>FIGURA N. 1</b>	
	<p><b>Referente</b></p> <p><b>Localização:</b> Toledo Museum of Art <b>Inventário:</b> CVA ,USA fasc. 17, p. 28, pl. 43. <b>Procedência:</b> Ática, Grécia. <b>Função Social:</b> Entretenimento e socialização.</p>
	<p><b>Signo Plástico</b></p> <p><b>Forma:</b> Cratera em forma de sino invertido <b>Estilo/Cor:</b> Ático, com negra com figuras vermelhas <b>Tamanho/Volume:</b> H. 0.325 m., d. rim 0.375 m., w. with handles 0.39 m., d. foot 0.18 m.</p>
	<p><b>Ancoragem</b></p> <p>Não possui</p>
	<p><b>Signo Figurativo</b></p> <p><b>Lado A:</b> Homem, mulher altar ornado com uma árvore jovem. <b>Lado B:</b> Jovem partindo.</p>
<p><b>Bibliografia:</b> JOLY, Martine. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa:Ed. 70, 2007 <b>Imagem disponível em:</b> <a href="http://www.perseus.tufts.edu/hopper/artifact?name=Toledo%201967.154&amp;object=Vase">http://www.perseus.tufts.edu/hopper/artifact?name=Toledo%201967.154&amp;object=Vase</a></p>	

Significantes icônicos.	Significados de primeiro nível.	Conotações de segundo nível (1)	Conotações de segundo nível (2)
Utensílio Cerâmico	Cratera	Recipiente para armazenamento de vinho	Utilizado em banquetes, simpósios.
Imagem com três figuras: um homem, uma mulher e um altar.	Cena de perseguição	Menelau perseguindo Helena após a tomada de Troia	Ele persegue Helena, para trazê-la de volta para seu reino, Esparta.
Figura do centro: Uma mulher em fuga	Mulher fugindo com os braços estendidos, em direção a um altar, usando um peplos e stephane – suas vestes e ornamentos indicam pertencimento à aristocracia.	Helena, rainha de Esparta, esposa de Menelau e sacerdotisa	Uma sacerdotisa que esta em fuga e busca proteção diante do altar.
Figura a esquerda: Uma estrutura de mármore entalhada enfeitada com uma árvore jovem.	Um altar elevado	Altar identificado como <i>bomos</i> enfeitado com um plátano – planta associada ao culto de Helena.	O altar reforça a idéia de que Helena, como sacerdotisa, pois ela busca refúgio junto ao altar sagrado.
Figura a direita: Um homem com armadura de guerreiro, com elmo, espada e escudo circular.	Um homem, ornado como um guerreiro que aparenta pertence à aristocracia, em atitude de captura.	Menelau, rei de Esparta, buscando recuperar a esposa Helena em fuga.	Menelau, de origem estrangeira, só possui a condição de rei de Esparta, por estar casado com Helena – por isso ele precisa recuperá-la com vida.
Objeto longo e pontiagudo	Espada	A imagem aponta que a espada esta em posição de queda, sendo deixada por seu portador em direção ao chão	A espada jogada ao chão demonstra uma ação de não violência: Menelau larga a espada e corre em direção de Helena para recuperá-la.

Passemos a análise da cena em questão: a mulher em fuga do homem (significante) representada no vaso cerâmico indica uma cena de perseguição (significado): esta etapa configura um processo de significação de primeiro nível. O signo está completo, uma vez que podemos claramente identificar um significado associado a seu significante. Entretanto esta leitura desta imagem poderia ficar ainda mais completa, diante da possibilidade de uma segunda leitura.

Nesta diretriz o significante (mulher em fuga do homem) e o significado (perseguição), na proposta da retórica conotativa, se presta para ordenar a significação de segundo nível, dando origem a um significante de segundo nível (Helena em fuga de Menelau) e, por conseguinte, um significado de segundo nível satisfatório (uma

temerosa sacerdotisa em fuga de um guerreiro armado buscando refúgio de seu perseguidor diante de um altar sagrado, embora o guerreiro aparente desistir de uma ação violenta ao deixar cair sua espada).

Assim, entendemos ser plausível pensar em Helena com uma sacerdotisa que desfrutava de canais de comunicação privilegiados com o mundo dos deuses. Uma mulher de origens tão exaltadas quanto possível - filha de reis e fazedora de reis, uma rainha e sacerdotisa por direito que garante a continuidade da linhagem, dotada de uma beleza tão desconcertante que certamente só poderia ter associada ao divino.

A Helena de Eurípedes é uma metáfora da mulher ateniense aristocrática do século V a.C: é a filha ou esposa de cidadão ateniense cuja riqueza familiar provém de propriedades rurais situadas na *chôra*; mulheres provenientes de um segmento social aristocrático com valores ligados a terra, onde os esquemas culturais estavam ligados a vida no campo. Essas aristocratas eram educadas para administrar o *oikos* do marido, contraíam matrimônio no princípio da adolescência, relegadas ao espaço doméstico no qual se dedicam as tarefas de fiação e tecelagem, cuja função fundamental é a concepção de filhos legítimos (preferencialmente do sexo masculino). Sua presença no espaço público era permitida somente por ocasião de grandes festividades religiosas, como os cortejos das Pan-Ateneias, as grandes festas de Dioniso ou as procissões dos Mistérios de Elêusis<sup>77</sup> - nas quais ocupam destaque correspondente a sua condição social.

Esta é a mulher que Eurípedes enaltece em suas tragédias através da figura de Helena e que busca contrapor em relação às esposas e filhas dos cidadãos das classes emergentes da sociedade ateniense - artesões e comerciantes, homens que

---

<sup>77</sup>ZAIMAN, Louise Bruit. As filhas de Pandora. Mulheres e rituais nas cidades. IN: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: a antiguidade**. Porto: Afrontamento, 1990 (p.412)

sobreviviam e até mesmo enriqueciam realizando atividades que não estavam ligadas à formação dos valores morais das famílias tradicionais dos *arístoí*<sup>78</sup>.

Ao depreciar a filha ou esposa do artesão, do comerciante e do marinheiro, Eurípedes aristocrata de família enriquecida pelas atividades agrícolas, promovia ataques velados aos indivíduos destes segmentos emergentes, isto é, atenienses ricos e influentes habitantes da *ásty* que agora reivindicavam a extensão de valores de honra, verdade e coragem para si<sup>79</sup>.

## CONCLUSÃO

A “bela Helena” foi uma presença constante no mundo antigo e, particularmente na Grécia, a cidade de Atenas do século V a.C seguramente sediou acalorados debates sobre a natureza e conduta da filha de Zeus.

Considerado o psicólogo da Hélade, Eurípedes refletiu sobre a filha de Leda em quatro de suas obras: Andrômaca, As Troianas, Helena e Orestes, também fazendo referência a Tindarida na tragédia Ifigênia em Áulis e na comédia satírica O Ciclope. É difícil não pensar que o dramaturgo de Salamina, estivesse convidado o expectador ateniense a repensar a questão de Helena.

Os estudiosos da rainha de Esparta se preocupam em averiguar aquilo que a tradição legou como fatos de sua vida, em que pese às circunstâncias de sua concepção e filiação. De nossa parte, atribuímos a Helena uma condição adicional: sacerdotisa e concessora de realza.

Margalit Finkelberg propôs um novo olhar sobre as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres no mundo antigo, explorando os papéis desempenhados pelo rei e rainha, sob o prisma dos dados lingüísticos e arqueológicos: enquanto o rei exercia funções de governante local, a rainha desempenhava funções

---

<sup>78</sup>VIEIRA, Ana Livia Bomfim. “Pólis, Phýsis e Chôra: o quinto século ateniense” IN: THELM, Neyde. **Linguagens e Formas de Poder na Antiguidade** (org.). Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2002 (p.177)

<sup>79</sup>Op.cit., 2002:178

de culto no papel de sacerdotisa da Deusa-Mãe, garantido a fertilidade dos campos, animais e seres humanos.

Assim possuímos inclinação para acreditar que quando Eurípedes retoma o mito de Helena em sua obra – na qual exalta, sobretudo sua linhagem real e sua própria condição de rainha, através do não-dito, igualmente faz referencia a sua condição de sacerdotisa: na tragédia euripidiana, a Helena homérica volta a ser a rainha concessora do poder e a sacerdotisa responsável por manter a conexão entre o mundo dos homens com o mundo do sagrado.

A Helena de Eurípedes é uma metáfora da mulher ateniense aristocrática do século V a.C: é a filha ou esposa de cidadão ateniense cuja riqueza familiar provém de propriedades rurais situadas na *chôra*; mulheres provenientes de um segmento social aristocrático com valores ligados a terra, onde os esquemas culturais estavam ligados a vida no campo. Essas aristocratas eram educadas para administrar o *oikos* do marido, contraíam matrimônio no princípio da adolescência, relegadas ao espaço doméstico no qual se dedicam as tarefas de fiação e tecelagem, cuja função fundamental é a concepção de filhos legítimos (preferencialmente do sexo masculino). Sua presença no espaço público era permitida somente por ocasião de grandes festividades religiosas, como os cortejos das Pan-Ateneias, as grandes festas de Dioniso ou as procissões dos Mistérios de Elêusis - nas quais ocupam destaque correspondente a sua condição social.

## BIBLIOGRAFIA

### DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

EURÍPEDES, **Helena**. Porto Alegre: Movimento, 2009.

CAMPOS, Haroldo de. **Íliada de Homero**. São Paulo: Arx, 2003.

HOMERO. **Odisséia**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, Norman. **Helen of Troy and Her Shameless Phantom - Myth and Poetics**. Ithaca: Cornell University Press, 2008.
- BELL, Robert E. **Women of classical mythology: a biographical dictionary**. Michigan: ABC-CLIO, 1991.
- BONNARD, Andre. **Civilização grega: da Ilíada ao Partenon**. Lisboa: Estúdios Cor.
- BRANDÃO, Junito de Souza. **Helena, o eterno feminino**. Petrópolis: Vozes, 1989
- \_\_\_\_\_. **Mitologia Grega: Vol. I**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Teatro Grego**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- CANDIDO, Maria Regina...[et al.] **Novas perspectivas sobre a aplicação metodológica em História Antiga** IN *A busca do Antigo*. (org.) Claudia Beltrão da Rosa... [et al.]. - Rio de Janeiro: Trarepa: Nau, 2011.
- EDMUNDS, Lowell. **Helen's Divine Origins**. Electronic Antiquity: Communicating the Classics - Virginia Polytechnic Institute and State University, 2007.
- FINKELBERG, Margalit. **Greeks and Pre-Greeks: Aegean Prehistory and Greek Heroic Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HUGHES, Bettany. **Helena de Tróia - Deusa, Princesa e Prostituta**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- JOLY, Martine. **Introdução a Análise da Imagem**. Lisboa: Ed. 70, 2007.
- JONES, V. Peter. **O Mundo de Atenas: Uma introdução à cultura clássica ateniense**. São Paulo: Martins Fonte, 1997.
- LESSA, Fábio de Sousa. **O feminino em Atenas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- LISSARRAGUE, François. A figuração das mulheres. IN: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: a antiguidade**. Porto: Afrontamento, 1990.

LORAU, Nicole. O que é uma deusa? *IN*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: a antiguidade**. Porto: Afrontamento, 1990.

MARTÍ, Ruth Falcó. **La Arqueologia Del Género: Espacio de mujeres, mujeres con espacio**. Alacant: Espagrafic, 2000.

MCDONALD, Marianne. **The Living Art of Greek Tragedy**. Bloomington: Indiana University Press, 2003.

MOSSÉ, Claude. **A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo (séculos VIII-VI a.C.)** [S.l.:s.n., 1980?]

\_\_\_\_\_. **La mujer en la Grecia clásica**. Madrid: NEREA, 1990.

NÓLIBOS, Paulina Terra. **Eros e Bía entre Helena e Cassandra: gênero, sexualidade e matrimônio no imaginário clássico ateniense**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

NUÑES, Carlinda Fragale Pate. Mito e Rito na Tragédia Grega. **NEARCO**. Rio de Janeiro, Número I, Ano II, p. 4-17, 2009. Disponível em:

[www.nea.uerj.br/nearco/arquivos/numero3/artigo%201.pdf](http://www.nea.uerj.br/nearco/arquivos/numero3/artigo%201.pdf). Acesso em: 12 jun. 2012

PATEL, Pauline Schmitt. Introdução: Um fio de Ariadne. *IN* DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: a antiguidade**. Porto: Afrontamento, 1990.

POMEROY, Sarah B. **Diosas, Rameras, Esposas y Esclavas: Mujeres em la Antigüedad Clásica**. Madrid: Ediciones Akal, 1999.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. *IN* PEDRO, Joana;

GROSSI, Miriam (orgs.) **MASCULINO, FEMININO, PLURAL**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RAMOS, Severina Oliveira. O Teatro e o Feminino na Atenas Clássica. **Revista Gaia**, Rio de Janeiro, Número 1, Ano I, 2000. Disponível em:

[www.gaialhia.kit.net/anteriores/severina2001.pdf](http://www.gaialhia.kit.net/anteriores/severina2001.pdf). Acesso em: 08 jun. 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em:

[http://archive.org/details/scott\\_gender](http://archive.org/details/scott_gender). Acesso em: 03 out. 2012

TORREIRA, Lourdes Prados. Mujer y espacio sagrado: Haciendo visibles a las mujeres en los lugares de culto de época ibérica. **Complutum**, Madrid, vol. 18, p. 217-225, mar. 2007. Disponível em:

<http://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/view/CMPL0707110217A>. Acesso em: 03 dez.2012.

VIEIRA, Ana Livia Bomfim. *Pólis, Phýsis e Chôra*: o quinto século ateniense. *IN*: THELM, Neyde (org.) - **Linguagens e Formas de Poder na Antiguidade**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2002.

ZAIMAN, Louise Bruit. As filhas de Pandora. Mulheres e rituais nas cidades. *IN*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: a antiguidade**. Porto: Afrontamento, 1990.

## THE PRIVATI SHRINE AT CASTELLAMMARE DI STABIA (BAY OF NAPLES, ITALY)

*Mario Notomista<sup>1</sup>*

### RESUMO

Em 1984, no bairro Privati de Castellammare di Stabia, um depósito votivo foi descoberto contendo cultura material que poderia ser ligada a um edifício de culto nas proximidades. Devido à dimensão limitada da escavação, a estrutura em si não foi descoberta, apesar de elementos arquitetônicos, como *antefixes* confirmou a sua existência. O santuário foi construído no século IV a. C., no extremo sul da antiga Stabianus, em uma localização topográfica chave. Os achados foram datados a partir de meados do século IV até o fim do segundo século antes de Cristo. Entre as terracotas, a descoberta mais significativa foi a Athena carregando um escudo e usando um barrete frígio. A ausência de armas implica que a deusa era uma divindade protetora benevolente, talvez uma Athena Ilias. A iconografia reflete a identidade política e cultural das populações locais durante um momento político crucial que deve ser visto no contexto da romanização. As últimas descobertas indicam que o local foi abandonado no primeiro trimestre do primeiro século a. C., talvez ligada à destruição de Stabiae por Sulla. Marcadores graves são evidências de que num período subsequente, entre o século I a. C. e o século I d. C., a área do santuário foi usada como uma necrópole.

**Palavras-chave:** Culto; Athena; Stabiae; Privati.

---

<sup>1</sup> Graduated in Heritage Conservation (archaeology) at the University of Naples “Suor Orsola Benicasa”. He is currently completing a postgraduate qualification in Classical Archaeology at the University of Salerno. He has been involved in various archaeological excavations in Pompeii and other Vesuvian sites. Since 2008 he has worked as an archaeologist for the Herculaneum Conservation Project. He has published various academic articles and contributed to publications on Campanian archaeology. He has been involved in the creation of exhibitions and museum exhibits. He is currently a Scientific Committee member of the Centre for Amalfi History and Culture and a specialist consultant to Ercolano’s Museum of Virtual Archaeology (MAV). In 2012 he was appointed a member of the Committee for the Archaeological Site of Stabiae - founded in 1950.

## ABSTRACT

In 1984, in the Privati neighbourhood of Castellammare di Stabia, a votive deposit was discovered containing material culture that could be linked to a nearby cult building. Due to the limited extent of the excavation the structure itself was not uncovered, although architectural elements such as antefixes confirmed its existence. The shrine was built in the fourth century BC at the southernmost end of the ancient ager Stabianus, in a key topographical location. Finds were dated from the mid-fourth century to the end of the second century BC. Among the terracottas, the most significant find was a standing Athena carrying a shield and wearing a Phrygian cap. The absence of weapons implies that the goddess was a benevolent protective deity, perhaps an Athena Ilias. The iconography reflects the political and cultural identity of the local populations during a crucial political moment that should be seen within the context of Romanization. The latest finds indicate that the site was abandoned in the first quarter of the first century BC, perhaps linked to Stabiae's destruction by Sulla. Grave markers are evidence that in a subsequent period, between the first century BC and the first century AD, the shrine area was used as a necropolis.

**Key words:** cult, shrine, Athena, Stabiae, Privati.

The discovery of a votive deposit in the Privati neighbourhood of Castellammare di Stabia was one of a series of chance finds that took place in the mid-1980s during construction works on a tunnel for the SS145, the Sorrentine state road<sup>2</sup> (see Miniero, 1987, 179-185; Miniero, 1997, 11; Bonifacio, 2001, 109; Miniero, 2002, 11-12; Fig.1).

---

<sup>2</sup> The excavation was overseen by P. Miniero (then Director of Stabiae Archaeological Site) between April and June 1984.



Fig.1. General view of the excavation area: the remains of the votive deposit can be seen in the centre.

The shrine was strategically located in a key position overlooking both the road that led to the Sorrentine Peninsular<sup>3</sup> and the internal route that led through the Crocelle pass to the Amalfi Coast<sup>4</sup> (Fig. 2). The cult site was found at the southernmost end of the ancient *ager Stabianus*<sup>5</sup>, on the slopes of Mount Coppola (one of the peaks of the Lattari mountain chain, which also includes Mount Faito) and to the west of a deep natural valley, down which flows the Calcarella torrent<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> The route was lined by necropoleis from the second half of the fourth century BC, these were discovered in 1932 near to the medieval castle of Pozzano and in the Scanzano neighbourhood in the eighteenth century, see Maiuri, 1933, 332-336; Di Capua, 1935, 166-173; Senatore, 2001, 26-27. On the reconstruction of the possible road route, see Russo, 1998, 27-29. In the 1990s two archaic tombs were discovered in the Carcarella neighbourhood, not far from the Privati votive deposit; cf. Sodo, 2010, 77-85.

<sup>3</sup> This ancient landscape is indicated by the discovery of structures related to a *villa rustica* dating back at least as far as the first century BC cf. Miniero, 1988, 231-292.

<sup>5</sup> For an alternative interpretation, see De Caro, 2002, 146.

<sup>6</sup> The votive deposit was discovered about 2km from the Varano plain, the location of the pre-Roman Stabiae cf. Camardo, 1989, 9 and bibliography.



Fig.2. Aerial view of the southern part of the ager Stabianus in AD 79. In yellow are the hypothesized routes that connected Stabiae to the settlements on the Sorrentine Peninsular and the Amalfi Coast.  
Image: Google Earth with details added by the author.

Once the volcanic material from the AD 79 eruption of Mount Vesuvius was removed, a terrace was revealed. It was bordered on two sides by *opus incertum* walls (A - B); although they did not run in parallel they both lay on a general east-west orientation<sup>7</sup> (Fig. 3). The foundation trench of another masonry structure abutted the northern structure and its excavation led to the discovery of two rectangular grey tuff blocks laid as if for a course of headers and stretchers (C). These were interpreted as part of a previous structure, reused for the construction of the *opus incertum* walls (Miniero, 1997, 12; Miniero, 2002, 13).

<sup>7</sup> Only a small part of the shrine was uncovered within the 15 x 12m trench.



Fig.3. Plan of the excavation area. The opus incertum walls are indicated with the letters A, B and C. In the centre is a pit where the votive material was deposited. Image: Miniero 1997.

The floor surface, dated to the same phase as the *opus incertum* structures, sloped slightly downwards following the orientation of the underlying ridge and had partly crumbled into the valley below. Surface cleaning revealed an irregular-shaped pit filled with the remains of votive material that could be linked to a female deity<sup>8</sup> (Miniero 2001, 21-22 with the related materials catalogue on pp. 90-115), probably worshipped in a nearby cult building that unfortunately has not yet been discovered<sup>9</sup> (Fig. 4).

<sup>8</sup> The pit was 3m long and 2m wide.

<sup>9</sup> The reasons why the excavation was not extended are given in Miniero 1997, p. 11 and note 4.



Fig.4. Close up of the material found within the pit. Two antefixes depicting Athena and Hercules can be seen in the centre, while a child's face in terracotta can be seen in the bottom right corner.

The deposit was probably created when the space was restructured or converted for its new purpose<sup>10</sup> (Miniero, 1997, 14; Bonifacio, 2001, 109; Miniero, 2002, 15). This hypothesis is supported by the discovery of various architectural elements, in particular antefixes in the shape of the head of Athena wearing a Phrygian cap, associated with others showing the face of Hercules emerging from acanthus scrolls (Miniero, 1997, 11 and 18-19) (Fig.5). These find close parallels with others from Punta della Campanella, Pompeii and other sites in the Campania region and would seem to point to the existence in the area of a cult building constructed at the end of the fourth century BC (De Caro, 1992, 173-178). The discovery of these elements led Miniero to hypothesize that the shrine was rebuilt in the third or second centuries BC (Miniero, 1997, 14; Miniero, 2002, 15-16).

However, a re-examination of the excavation data allows a new interpretation to be put forward. In fact, the finds that provide a *terminus post quem* for the votive

<sup>10</sup> Fragments of finds from various fills can be joined back together, showing that the deposit was created in the context of a complex re-organization of the shrine.

deposit all sit within the period from the end of the second century BC to the beginning of the first century AD (Miniero, 1997, 14 and 35; Bonifacio, 2001, 111). These were found as various fragments in a range of fills and can now be reassembled and associated with different antefixes (Miniero, 1997, 14; Bonifacio, 2001, 109). It therefore seems plausible to imagine that the decorative features were used until the shrine was abandoned at a time when the space was reorganized on a large scale.



Fig.5. Antefixes depicting the head of Athena with a Phrygian cap and of Hercules emerging from acanthus scrolls (end of the fourth century BC).

In the upper part of the fill, a block of grey tuff supported by two short pilasters made up of unmortared pieces of tile and stones were found in the middle of the pit and were interpreted as a small votive altar (Miniero, 1997, 12; Miniero, 2002, 15-16).

The material culture essentially cover a period from the mid-fourth to the end of the second century BC, with a distribution that is concentrated in two distinct periods: between the last quarter of the fourth and the beginning of the third century BC (Miniero, 1997, 11-56). The first cluster is characterized by miniature ceramics (Di Giovanni – Gasperetti, 1997, 35-39) and black glazed pottery (Bonifacio - Miniero – Sodo, 1997, 30-34) from Irnthi and Neapolis (Cantilena, 1997, 39-49); the second phase

instead includes a significant number of coins from Rome and Ebusus (Ibiza), evidence that the shrine was probably used by mercenaries (Miniero, 1997, 14; Cantilena, 1997, 39-49; Bonifacio, 2001, 111).

Some of the cult practices have been revealed by analysing the numerous votive terracottas. The recurring presence of *kourotrophoi* statuettes of varying sizes, from nearly life-size to miniature, show that the female sphere and, in particular, requests for fertility were key features. Miniero (1997, 14) also associated the pottery animals (interpreted as symbolic sacrificial victims) and Tanagra statuettes, votive gifts from women to the deity (D'Ambrosio, 1997, 19-27). The ceramics suggest that the ritual also included sacred banquets with offerings and consumption of food, related to the deposition of drinking vessels (Torelli, 2002, 141).

The discovery of a small terracotta in the shape of a female head covered with a *polos* is evidence that the earliest use of the shrine dates to the fifth century BC<sup>11</sup>. Some small bronzes can also be attributed to the same period, one of which depicts a discus thrower (perhaps forming part of a candelabra), which has close parallels to Etruscan finds (D'Ambrosio, 1997, 19-27). Although this material is isolated from the broader, later context and is not necessarily indicative of an archaic cult, it does in any case reveal important features that unite elements of Magna Graecia with others from the Etruscan world, as can also be seen in the contemporary burials found in the Madonna delle Grazie neighbourhood of Stabiae<sup>12</sup>.

Much more indicative of the type of cult practices that took place in the shrine are the terracottas representing deities. The most common terracotta is a standing

---

<sup>11</sup> Miniero suggests a Locri production for it on the basis of autoptic analysis of the fabric; Miniero, 2002, 16.

<sup>12</sup> A brief overview of this necropolis can be found in Sorrentino – Viscione, 2001, 19-20 and the relative finds catalogue. The discovery of the Madonna delle Grazie necropolis to the north of the Pianoro di Varano would confirm a pre-Roman settlement at nearby Stabiae. Recently another “out of town” shrine has been found in the Petrarò neighbourhood, near to the ancient settlement. This can be dated to between the fourth and the third centuries BC on the basis of the finds: see Bonifacio, 2004, 199-200.

Athena, wearing a Phrygian cap and carrying a shield<sup>13</sup> (Fig.6). This type has been found in the *Athenaion* at Punta della Campanella (Russo, 1990, p. 236) and in some of the deposits at the Doric temple in Pompeii (D’Alessio, 1999, 38), where perhaps this type of Athena, in life-size dimensions, was used as the cult statue (Zancani Montuoro, 1990, 257-259). The absence of weapons shows the reassuring and protective nature of this goddess, and De Caro should be given credit for first associating it with the Ilias Athena, within the context of a political programme related to the Rome/Campania alliance of 338 BC (De Caro, 1992, 173-178).



Fig.6. Terracotta statuette of Athena wearing a Phrygian cap (third century BC).

This iconography, which is found in the architectural decoration of many sanctuaries in the Campania region from the second half of the fourth century to the beginning of the second century BC, denotes the political and cultural identity of the local populations in a crucial political moment, and should be seen as part of the broader phenomenon of Romanisation (Cerchiali, 2002, 32-33). Recent studies have explored the reasons for the spread of this iconography in a period that saw the assertion of *civitas sine suffragio* politics in Campania (Cerchiali, 2002, 32-33). The

---

<sup>13</sup> On the iconography of the Athena with a Phrygian cap cf. De Caro, 1992, 173-178; Breglia Pulci Doria, 1998, 97-108.

Athena with a Phrygian cap, linked to the myth of the Palladium, seems evidence of the Roman and Capuan *syngeneia* with regards to their shared Trojan origin (Cerchiai, 2002, 33). On the other hand, the literary sources link the foundation of the Campanian town to the Trojan *Capys*, through a process that emphasizes the role of Aeneas (Cerchiai, 2002, 33). A tradition that can be linked to Athena's role as the protector of sailors proposed by Breglia<sup>14</sup> and which Carlo Rescigno has recently reconnected to the town of Neapolis<sup>15</sup> (Rescigno, 2010, 195-196). In the context of this discussion, the hypothesis that the Phrygian cap was associated with the aristocracy cannot be ignored (Torelli, 2002, 137-144), as Rescigno has made links to the Dioscuri in the context of Neapolis' influence (Rescigno, 2010, 196).

An Athena Iliaca, alluding to the Palladium myth, seems to confirm the increased influence of this cult as Rome expanded into this area of Campania, where it was used as a tool for ideological propaganda, alluding to a common origin, with those populations who traditionally identified themselves with the Nuceria *ethnos* (Miniero, 2002, 19). In addition, it is generally agreed that the second half of the fourth century BC was a key moment in the Romanisation of Campania (Rescigno - Senatore, 2009, 415-462). In 316 BC the Nuceria allied themselves with the Samnites against Rome, leading a short time later to the invasion of the *ager Nucerinus* and victory against the Romans (310 BC). Only two years later the Roman army reacted to this affront, conquering Nuceria under the leadership of Q. Fabius Maximus Rullianus. The so-called Nuceria League was defeated and the communities of the Sarno Valley came under Roman control<sup>16</sup>.

The Privati shrine seems, therefore, to have been located within a local network that was relatively homogeneous in cultural terms, as shown by the figure of

---

<sup>14</sup> On the relationship between Athena and sailors, in her role as protector of Odysseus, see Breglia Pulci Doria, 1998, 107.

<sup>15</sup> This opinion is also shared by De Caro, 1992, 173-178; Scatozza, 2001, 223-310; Cerchiai, 2002, 29-36.

<sup>16</sup> For a synthesis of these events related to Stabiae, see Senatore, 2001, 25-27. On the Nuceria League, see Senatore, 2001a, 185-266.

Athena with a Phrygian cap who characterized an area that included not only Punta della Campanella (Russo, 1990), Stabiae (Miniero, 1997) and Pompeii (D'Alessio 1999) but also the settlements of the Sarno<sup>17</sup> and Sele plains, such as Fratte (Greco – Pontrandolfo, 1990, p. 65), Pontecagnano (Cerchiai, 1984, 250; Cristofani 1992, 61-66), Paestum (Cipriani, 2002, 37-46), and also the island of Ischia (Scatozza, 1997, p. 191 note 12) and even the town of Cuma (Rescigno 2010, p. 196, note 49). In this context the association between Athena and Hercules should be re-evaluated, as protective deity of *emporía* and the founding hero of these communities (Pontrandolfo 2002, pp. 147-152; Pesando 2006, p. 56). It is this very characteristic that seems to define these cult places as shrines in transition, rather than just shrines on the borders (De Caro 2002, p. 146).

Returning to the material discovered in the Privati shrine, alongside the Athena with a Phrygian cap, some female busts with *polos* were also found, which could refer to a particular feature of the cult linked to death and the afterlife, or rather to the sphere of the Kore-Persephone (D'Ambrosio 1997, 13-23 and in particular to table 10). It should be noted that in one example both Aphrodite and Artemis were found<sup>18</sup> (Miniero, 1997, 16; D'Ambrosio, 1997, 24-25).

Among the finds that provide a *terminus post quem* for the final phase of the shrine's life are some Dressel I and III lamps (Miniero 1997, p. 35) and some Republican coins (Cantilena 1997, pp. 39-49) that provide a date for its abandonment in the first quarter of the first century BC, and can be seen in relation to the Social Wars and the destruction carried out by Sulla (Camardo, 1989, 9-11; Miniero, 1997, 14; Senatore, 2001, 23-38). Some *columelle* (stele in the shape of a stylised head) are evidence that

---

<sup>17</sup> At Nuceria the only evidence for the Athena cult came from excavations of 1957-58. A *promachos* type was found where the goddess is depicted in the act of brandishing a spear with her right hand while holding a shield with her left hand. She wears a long chiton and on her head has a crested helmet; Senatore, 2001a, p. 237-239.

<sup>18</sup> The presence of Aphrodite and Artemis should not be a surprise in a shrine where a female divinity was worshipped as a protector of fertility and birth. However, as Marici Magalhaes has already pointed out, the location of a shrine dedicated to the Venus Stabiana in this area should be ruled out. Cf. Magalhaes, 2001, 271.

the area that had once been occupied by the shrine was later used as a necropolis between the first century BC and the first century AD (Fig. 7). Of particular note are some freedmen of the gens Poppaea who were buried here after cremation, thus marking a clean break with the previous phase's forms and types of occupation (Miniero, 1997, 17; Magalhaes, 1999, 224-235; Bonifacio, 2001, 111).



Fig.7. Detail of a columella in the necropolis that grew up in the area that had previously been the site of the shrine (first century BC to first century AD).

## BIBLIOGRAPHY

### **Bonifacio - Miniero - Sodo 1997**

BONIFACIO, Giovanna, MINIERO, Paola, SODO, Anna Maria, *La ceramica a vernice nera*, in: MINIERO, 1997, 39-49.

### **Bonifacio 2001**

BONIFACIO, Giovanna, *Il Santuario di Privati*, in: CAMARDO, Domenico, FERRARA, Antonio (ed.), *Stabiae dai Borbone alle ultime scoperte*, Castellammare di Stabia, 2001, 109-111.

### **Bonifacio 2004**

BONIFACIO, Giovanna, *S. Maria La Carità. Individuazione di un santuario osco in loc. Petrarò*, in: Riv.St.Pomp., XV, 2004, 199-200.

**Breglia Pulci Doria 1998**

BREGLIA PULCI DORIA, Lucia, *Athena e il mare: problemi e ipotesi sull'Athenaion di Punta della Campanella*, in: I culti della Campania Antica, Roma, 1998, 99-103.

**Camardo 1989**

CAMARDO, Domenico, *Stabiae: storia del sito*, in: CAMARDO, Domenico, FERRARA, Antonio, *Stabiae: le Ville, Castellammare di Stabia*, 1989, 9-11.

**Cantilena 1997**

CANTILENA, Renata, *Le monete*, in: MINIERO, 1997, 39-49.

**Cerchiai 2002**

CERCHIAI, Luca (ed.), *L'iconografia di Atena con elmo frigio in Italia meridionale*. Atti della giornata di studi. Fisciano, 12 giugno 1998, Ercolano, 2002.

**Cipriani 2002**

CIPRIANI, Marina, *L'immagine di Athena negli ex-voto del santuario settentrionale di Paestum*, in: CERCHIAI, 2002, 37-48.

**Cristofani 1992**

CRISTOFANI, M., *Presenze etrusche tra Stabia e Pontecagnano*, in CRISTOFANI, Mauro, ZEVI, Fausto (ed.), *Omaggio a Paola Zancani Montuori*, Atti del Convegno organizzato dall'Università degli Studi di Napoli "Federico II". Napoli 2-5 dicembre 1989, Atti e Memorie della Società Magna Grecia I (S. III), Roma, 1992, 61-66.

**D'Alessio 1999**

D'ALESSIO, Maria Teresa, *Il "santuario" del Tempio Dorico di Pompei alla luce dei nuovi rinvenimenti*, in: SENATORE, Felice (ed.), *Pompei, il Vesuvio e la Penisola Sorrentina*. Atti del secondo ciclo di conferenze di geologia, storia e archeologia. Pompei, ottobre 1997 - febbraio 1998, Roma, 1999, 34-39.

**D'Ambrosio 1997**

D'AMBROSIO, Antonio, *La coroplastica*, in: MINIERO, 1997, 39-49.

**De Caro 1992**

DE CARO, Stefano, *Appunti sull'Atena della Punta della Campanella*, in: AnnAstorAnt, IV, Napoli, 1992, 173-178.

**De Caro 2002**

DE CARO, Stefano, *In margine alla discussione sull'Atena frigia di Pompei, Stabiae e Punta della Campanella*, CERCHIAI, 2002, 145-146.

**Di Capua 1935**

DI CAPUA, Francesco, *Ritrovamenti nel territorio di Stabia negli anni 1930-33*, in Riv.St.Pomp., I, fasc. I-III, 1935, 166-173.

**Di Giovanni - Gasperetti 1997**

DI GIOVANNI, Vincenzo, GASPERETTI, Gabriella, *La ceramica acroma*, in: MINIERO, 1997, 39-49.

**Greco - Potrandolfo 1990**

GRECO, Giovanna, PONTRANDOLFO, Angela (ed.), *Fratte. Un insediamento etrusco-campano*, Modena, 1990.

**Magalhaes 1999**

MAGALHAES, Maricì, *Le iscrizioni e l'area funeraria dei O. e C. Poppaei a Strabiae*, in: Riv.St.Pomp., X, 1999, 224-235.

**Magalhaes 2001**

MAGALHAES, Maricì, *Iscrizioni nuove o riedite di Nuceria*, in: SENATORE, 2001, 266-298.

**Maiuri 1933**

MAIURI, Amedeo, *Castellammare di Stabia - scoperta di sepolcri di età sannitica*, in: Not.Sc.Ant., 1933, 332-336.

**Miniero 1987**

MINIERO, Paola, *Stabiae. Indagini, rinvenimenti e ricerche nell'ager Stabianus*, in:  
Riv.St.Pomp., I, 1987, pp. 177-190.

**Miniero 1988**

MINIERO, Paola, *Ricerche nell'ager Stabianus*, in CURTIS (ed.), *Studia Pompeiana & Classica in honor of Wilhelmina F. Jashemski*, New York, 1988, pp. 231-292.

**Miniero 1993**

MINIERO, Paola, *Insedimenti e trasformazioni nell'ager Stabianus tra VII secolo a.C. e I secolo d.C.*, in: Franchi Dell'Orto, Luisa, *Ercolano 1738-1988*, Roma, 1993, 81-594.

**Miniero 1997**

MINIERO, Paola, D'AMBROSIO, Antonio, SODO, Anna Maria, BONIFACIO, Giovanna, DI GIOVANNI, Vincenzo, GASPERETTI, Gabriella, CANTILENA, Renata, *Il santuario campano in loc. Privati presso Castellammare di Stabia. Osservazioni preliminari*, in:  
Riv.St.Pomp., VIII, 1997, 11-56.

**Miniero 2001**

MINIERO, Paola, *Il santuario campano in loc. Privati presso Castellammare di Stabia*, in:  
In Stabiano, Castellammare di Stabia, 2001, 21-22 e schede materiali alle pp. 90-115.

**Miniero 2002**

MINIERO, Paola, *Il santuario campano in loc. Privati presso Castellammare di Stabia*, in:  
CERCHIAI, 2002, 11-27.

**Pesando 2006**

PESANDO, Fabrizio, GUIDOBALDI, Maria Paola, *Pompei, Ercolano, Oplontis e Stabiae. Guida Archeologica*, Roma-Bari, 2006.

**Pontrandolfo 2002**

PONTRANDOLFO, Angela, *Atena frigia: un'immagine polisemica*, in: CERCHIAI, 2002, 147-152.

**Rescigno 2010**

RESCIGNO, Carlo, *Note sulla forma urbana di Surrentum*, in: SENATORE, Felice, RUSSO, Mario (ed.), *Sorrento e la penisola sorrentina tra Italici, Etruschi e Greci nel contesto della Campania antica*, Atti del Convegno di Studi. Sorrento, 19 maggio 2007, Quaderni di Oebalus, I, Roma, 2010, 176-199.

**Rescigno - Senatore 2009**

RESCIGNO, Carlo, SENATORE, Felice, *Le città della piana campana tra IV e III secolo a.C.: dati storici e topografici*, in: OSANNA, Massimo (ed.), *Verso la città. Forme insediative in Lucania e nel mondo italico fra IV e III sec. a.C.*, Atti delle Giornate di Studio. Venosa, 13-14 maggio 2006, Venosa, 2009, 415-462.

**Russo 1990**

RUSSO, Mario *Punta della Campanella, Epigrafe rupestre osca e reperti vari dall'Athenaion*, in: MAL III, 5 (S.misc.), Roma, 1990.

**Russo 1998**

RUSSO, Mario, *Il Territorio tra Stabia e Punta della Campanella nell'antichità. La via Minervia, gli insediamenti gli approdi*, in: SENATORE, Felice (ed.), *Pompei, il Sarno e la Penisola Sorrentina*, Atti del primo ciclo di conferenze di geologia, storia e archeologia. Pompei, aprile-giugno 1997, Pompei, 1998, 23-73.

**Scatozza 2001**

SCATOZZA HÖRICHT, L.A., *Il sistema di rivestimento sannitico e le altre serie isolate*, in: DE WAELE, J.A.K.E. (ed.), *Il tempio dorico del Foro triangolare di Pompei*, Roma, 2001, 223-310.

**Senatore 2001**

SENATORE, Felice, *Stabiae: storia dell'insediamento*, in: CAMARDO, Domenico, FERRARA, Antonio (ed.), *Stabiae dai Borbone alle ultime scoperte*, Castellammare di Stabia, 2001, 23-38.

**Senatore 2001a**

SENATORE, Felice, *La lega nucerina*, in: SENATORE, Felice (ed), Pompei tra Sorrento e Sarno, Atti del terzo e quarto ciclo di conferenze di geologia, storia e archeologia. Pompei, gennaio 1999 - maggio 2000, Roma, 2001, 185-265.

**Sodo 2010**

SODO, Anna Maria, *Il rinvenimento di due sepolture arcaiche in località Calcarella* (Castellammare di Stabia), in: Riv.St.Pomp., XX, 2009, 77-85.

**Sorrentino - Viscione 2001**

SORRENTINO, Rosa, VISCIONE, Monica, *Località Madonna delle grazie la necropoli classica ed ellenistica*, in: In Stabiano, Castellammare di Stabia, 2001, 19-20 e schede materiali alle pp. 83-89.

**Torelli 2002**

TORELLI, Mario, *Un primo bilancio*, in: CERCHIAI, 2002, 137-144.

**Zancani Montuoro 1990**

ZANCANI MONTUORO, Paola, *Riepilogo sui rinvenimenti e sul culto del santuario*, in: RUSSO 1990, 257-259.

## ÉSQUILO E “OS PERSAS”: REPENSANDO A REPRESENTAÇÃO DO BÁRBARO

*Pierre Romana Fernandes<sup>1</sup>*

### RESUMO

Ao analisar a tragédia *Persas* de Ésquilo, encenada pela primeira vez em 472 a.C., em Atenas, podemos verificar a presença de um *discurso* capaz de criar *representações* sobre o bárbaro no contexto pós-Guerras Greco-pérsicas. Através da relação do *discurso* da peça com o contexto histórico-social de Ésquilo, somos capazes de perceber prováveis indícios de *representação* dos persas vinculados aos interesses políticos de segmentos sociais que produzem sentidos dissociados da figura do bárbaro.

**Palavras-chaves:** Discurso; Representação; Ésquilo; Persas.

### ABSTRACT

By analyzing the tragedy *The Persians* by Aeschylus, first performed in 472 BC in Athens, we can verify the presence of a *speech* able to create *representations* of the barbarian in the Greco-persians postwar context. Through the theater play *speech* related to the historical and social context of Aeschylus, we are able to perceive probable evidence of representation of the Persians linked to the political interests of social groups that produce dissociated senses about the barbaric figure.

**Keywords:** Speech; Representation; Aeschylus; Persians.

As Guerras Greco-pérsicas constituíram um fenômeno decisivo e elementar na história da Hélade. O conflito entre a aliança helênica e os povos envolvidos pelo comando dos persas estabeleceu largos eixos de diferenciação social, cultural, política e étnica que

---

<sup>1</sup> Professor especialista em História Antiga e Medieval formado pelo Curso de Especialização em História Antiga e Medieval da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CEHAM/NEA/UERJ). Artigo relacionado ao projeto de pesquisa sob a orientação da Prof. Dra. Maria Regina Candido.

podemos conferir na vasta literatura helênica produzida após as guerras. Tal produção literária alimentou a oposição entre helenos e bárbaros, criando uma visão dualista sobre o contexto histórico em que essas obras foram produzidas.

A noção de *bárbaro* não se trata de uma novidade do pensamento helênico do período pós-guerra contra os persas. Antes mesmo do século V a.C., a oposição entre helenos e bárbaros já era um hábito ideológico de polarização que marcava a cultura helênica. Podemos encontrar uma variedade de significações culturais sobre o *bárbaro* no processo histórico e literário helênico desde Homero a Heródoto (CARTLEDGE, 1993: 11). Ambos os autores e seus relatos sobre guerras em tempos distintos, foram responsáveis pela manutenção da demarcação de fronteiras culturais, que definem o *bárbaro* como aquele que pertencia a uma outra organização social e política, considerada ignominiosa para o heleno (BISPO, 2003: 8). Segundo J. K. Davies, o termo *bárbaro* fora cunhado na trilha da construção da identidade coletiva dos gregos onde a língua tornou-se elemento fundamental na identificação. No entanto, ainda de acordo com Davies, somente a partir do século V a.C., fontes literárias situadas em Atenas, como Heródoto e Ésquilo, puderam estender os eixos de diferenciação cultural da língua à outras manifestações sociais e políticas por conta do alongamento dos contatos com outros povos não-helênicos (DAVIES, 2008: 15-7.).

A obra *Persas* de Ésquilo, contemporânea a Atenas do pós-guerra, nos permite perceber a extensão da diferenciação apontada por Davies. Este documento nos possibilita identificar um *discurso*<sup>2</sup> responsável pela *representação*<sup>3</sup> do *bárbaro* em uma das instituições de caráter político, social, cultural e econômico de grande relevo para a Atenas democrática: o teatro.

Ao relacionarmos o *discurso* de Ésquilo com o contexto histórico-social em que o mesmo se encontrava seremos capazes de evidenciar parte das possíveis motivações

---

<sup>2</sup> O conceito de discurso será desenvolvido ao longo do artigo.

<sup>3</sup> O conceito de representação será desenvolvido ao longo do artigo.

e interesses que levou o autor a produzir sua obra. Sendo assim, poderemos observar que as *representações* contidas no *discurso* sobre os persas estavam vinculadas ao lugar de fala que este sujeito ocupava frente à pólis ateniense.

Ésquilo, nascido em Eleusis por volta de 525/4 a.C. e filho do aristocrata Euforion, vivenciou, por volta dos seus dezoito anos de idade, a queda da tirania em Atenas e a reforma de Clístenes (LESKY, 1990: 94). Ainda durante a reforma de Sólon, a aristocracia eleusiana incorporou-se progressivamente aos âmbitos social, político e cultural de Atenas no que diz respeito aos vínculos cívicos que se estabeleceram entre as duas cidades em meados do século VI a.C. Durante esse processo, a reforma subverteu os domínios tradicionais da aristocracia eleusiana como as demarcações de terras sagradas e os espaços exclusivos de decisão na esfera política (CANDIDO, 2013: 4). A partir de Clístenes, como nos informa Peter Jones, o regime de *demos* inseriu a cidade de Eleusis no novo formato de cidadania na Ática no final do século VI a.C., limitando a então predominante influência da aristocracia nas decisões políticas (JONES, 1997: 10). Dessa maneira, entende-se que a tradição do segmento aristocrático manteve-se pouco flexível às mudanças de caráter cívico e cultural guiada pelas reformas democráticas de Atenas. Após as Guerras Greco-Pérsicas, Ésquilo ainda vivenciou, de acordo com Vidal-Naquet, embates políticos entre grupos fomentadores da democracia e representantes do extrato aristocrático (NAQUET, 1988: 225). Devemos considerar, ainda, sua participação no combate contra os persas de Dario em Maratona (490 a.C.) e na segunda fase do conflito contra o rei Xerxes na batalha naval de Salamina (480 a.C.). O epitáfio de Ésquilo recorda com veemência sua presença em Maratona. No entanto, o que ainda nos intriga é a ausência de registros na epigrafia funerária sobre suas treze conquistas nos concursos trágicos (FIALHO, 2004: 210-11).

Ao nos atermos ao contexto social de Ésquilo, podemos compreender como as informações relatadas em sua obra foram produzidas a partir de um *discurso*. Sobre este conceito, o sociólogo Pierre Bourdieu o concebe enquanto lugar no qual se

desenrolam relações interpessoais (*sujeito/observador*) através do *ato de fala*, no intuito de transmitir valores e *práticas* (BOURDIEU, 2009: 158-9). Dessa forma, podemos empregar este conceito para caracterizar a *fala* do autor como canal de transmissão de valores e *práticas* que, inseridas no *discurso* da obra, provavelmente detém uma intencionalidade inerente, ainda que não esteja evidente. O “não-dito”<sup>4</sup> da *fala* de Ésquilo pode nos informar as motivações que o levaram a *representar* os persas, de algum modo, como *bárbaros*. Também consideramos o conceito de *representação* a partir da obra de Bourdieu. Sobre *representação*, o sociólogo nos diz que se trata de uma imagem construída acerca de um *sujeito*, grupos ou objetos com o objetivo de explicar/interpretar *práticas* desempenhadas no meio social (BOURDIEU, 2009: 46). Tendo em vista estas considerações teóricas, somos capazes de inserir Ésquilo como *sujeito* no campo social e institucional das disputas políticas da Atenas de seu tempo. O autor estaria inserido numa *luta de representações*<sup>5</sup> entre grupos políticos antagônicos que transmitiam valores e *práticas* passíveis de significações específicas sobre o *bárbaro*, sendo o teatro seu espaço de *representação*. Pretendemos retomar a aplicabilidade histórica destes conceitos teóricos mais a frente.

Primeiramente, alguns apontamentos de caráter historiográfico são necessários para que possamos fundamentar a nossa perspectiva sobre o teatro no contexto ateniense do quinto século a.C.

---

<sup>4</sup>Termo utilizado pela linguista EniOrlandi a fim de explicar a existência de uma suposta intencionalidade não evidente num discurso. ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. SP, Pontes, 1999.

<sup>5</sup>Termo utilizado pelo historiador brasileiro Ciro Flamarion Cardoso no intuito de conceber um significado sociocultural das diferentes representações de grupos sociais em choque na sociedade. Segundo Cardoso, a luta entre grupos, ou até mesmo classes, não seria exclusivamente econômica, mas também cultural pela hierarquização da própria estrutura social a partir das representações de cada grupo. CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução – uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações – contribuição a um debate transdisciplinar*. p. 19.

Durante a primavera, os cidadãos de Atenas prontificavam-se para um de seus mais notórios festivais: as Grandes Dionísias, também chamada de Dionísias Urbanas. Esta celebração não apenas concentravam os esforços de Atenas, mas também envolvia a presença de muitos helenos de cidades que constituíam a Liga de Delos<sup>6</sup>, cuja presença indicava o pagamento de tributos a Atenas. Durante alguns dias, tragédias e comédias concorriam no teatro diante de atenienses, helenos de outras cidades, estrangeiros e até mesmo escravos. A tônica da festividade era a celebração do deus Dioniso. Cada rito praticado durante o festival nos remete à percepção das atribuições desse deus na sociedade ateniense. As Grandes Dionísias concentravam no espaço urbano os objetos de culto que conferiam uma religiosidade de caráter políade compartilhada pelos cidadãos e que, em sua trajetória festiva, orientavam os valores cívicos da *pólis*.

Segundo Isabel Castiajo, a figura responsável pelas celebrações do festival era o arconte-epónimo, que tinha a seu cargo os custos da *pompé* e dos concursos dramáticos. Uma das primeiras funções do arconte-epónimo era a seleção do *choregos*, elemento fundamental para o sucesso dos poetas em competição. A

---

<sup>6</sup> A vitória helênica sobre os persas nas batalhas de Salamina (480 a.C.) e Plateia (479 a.C.), motivou a criação de uma Liga ou Confederação de cidades helênicas, entre 478 e 477 a.C., sob a liderança de Atenas, e que pretendia continuar lutando e defendendo o território helênico contra as mínimas ocupações persas que ainda se faziam presentes. Inicialmente, a Liga se definia como uma aliança militar que previa a autonomia para as cidades participantes, reservando a Atenas o comando das operações. O poder de decisão da Liga foi conferido a um conselho deliberativo entre as cidades membros, no qual Atenas tinha um papel preponderante, mas não exclusivo. A contribuição das cidades aliadas para o esforço de guerra contra os persas se davam de duas maneiras: as cidades maiores participavam com navios de guerra e combatentes, enquanto as cidades de menor porte, que não enviavam embarcações, contribuíam com o pagamento de um tributo para o tesouro da Liga, que ficava localizado no templo de Apolo, na ilha de Delos, e administrado por dez magistrados atenienses. Os recursos militares da Liga foram utilizados na Batalha de Eurimendonte, em 468 a.C., quando o general ateniense Címon expulsou os persas do mar Egeu combatendo os navios fenícios que ainda restavam do poderio naval persa desde a expedição de Xerxes. Até 462 a.C., a Liga exerceu uma atividade essencialmente marítima, apoiada na hegemônica frota ateniense desde a vitória em Salamina. GUARINELLO, Norberto Luiz. *Imperialismo Greco-Romano*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1994. pp. 14-16.

nomeação do *choregos*, certamente, recaia sobre os cidadãos mais ricos porquanto seu papel era o de assumir os gastos decorrentes do espetáculo teatral (CASTIAJO, 2012: 20).

Mesmo na sociedade ateniense em franco processo de institucionalização da prática da *isonomia*, a primazia desses homens de altos recursos na organização do festival e das peças teatrais nos permite verificar que a riqueza material não poderia ser menosprezada como elemento determinante nas relações políticas da *pólis*. O historiador Guilherme Moerbeck, ao analisar a função do teatro na sociedade ateniense, afirma que o controle de recursos econômicos distingue a forma de participação dos cidadãos nas instituições políticas e jurídicas, tendo os cidadãos mais abastados o domínio de cargos como o arcontado (MOERBECK, 2007: 35-8). Apesar da reforma de Clístenes, esses cidadãos continuam exercendo liderança social e política frente à *pólis*.

A partir dos apontamentos de Castiajo e Moerbeck, torna-se possível compreender que mesmo numa sociedade democrática, os homens de altos recursos gozavam não apenas de prestígio político, mas ocupavam instituições que, por meio do financiamento, organizavam os espetáculos dramáticos e contribuíam para a construção do *discurso* trágico através das suas *representações* acerca das temáticas que norteavam a *pólis* ateniense. A historiadora Maria Regina Cândido nos informa sobre a importância do *discurso* produzido pela tragédia como via de compreensão da função social do teatro. Para Cândido, a tragédia emite uma mensagem a ser decodificada necessariamente através da análise do *discurso*, pois o poeta trágico não está comprometido com a verdade dos fatos, mas com a estética da poesia vinculada à tradição mítica (CANDIDO, 2005: 625).

O teatro ateniense teria como uma de suas principais funções servir como um mecanismo de difusão de ideias e interesses políticos. Em medida que a democracia, enquanto forma de governo, se consolidou em Atenas, o teatro foi utilizado como uma

forma de entretenimento social para a população, mas também um espaço de *representação* dos sujeitos políticos.

De fato, *Persas* de Ésquilo nos denota a estética poética que infere acontecimentos de caráter atemporal, como diz Cândido. No entanto, de acordo com B. N. W. Knox, a peça, embora pertença à tradição poética, retrata uma realidade contemporânea ao mundo helênico e principalmente a Atenas: as Guerras Greco-Pérsicas e o desfecho do enfrentamento naval na Baía de Salamina, do qual Ésquilo e, certamente, parte significativa do público esteve presente (KNOX, 2008: 273). Segundo Poulheria Kyriakou, “*é a primeira tragédia sobrevivente (472 a.C.) e é a única sobrevivente com assunto histórico: a recepção persa da notícia da catástrofe em Salamina de 480 a.C. e o regresso a casa do rei Xerxes derrotado*” (KYRIAKOU, 2011: 17). Para Kyriakou, *Persas* incita uma reflexão sobre a condição da cidadania ateniense de seu tempo em oposição à barbárie dos persas durante a campanha de Xerxes. Sendo assim, Ésquilo poetizou a tragédia persa em Salamina conferindo-lhes a *representação de bárbaro* a partir da singularidade de suas ações que culminaram no conflito naval contra os atenienses, tendo como causa crucial da derrota persa o descomedimento frente aos deuses. *A hybris*.

Em razão da percepção ateniense de Ésquilo numa tragédia que envolve personagens persas, Knox ressalta que a obra não expõe ódio ou desprezo aos persas invasores e evita transparecer a desunião entre helenos na Guerra, embora muitas cidades tenham aderido à causa persa (KNOX, 2008: 273). Nesse caso, os sujeitos trágicos são os próprios persas, que, segundo J. P. Vernant, proporcionam o cenário de tensão, de drama: instigam a reflexão sobre conflitos inerentes aos valores fundamentais do passado em íntima relação com os ideais cívicos do presente da *pólis* (VERNANT, 1988: 10). Por essa razão, Kyriakou afirma que *Persas* é protagonizado por personagens persas sob o prisma dos valores atenienses implícitos (KYRIAKOU, 2011: 21).

Ao observarmos os estudos<sup>7</sup> sobre *Persas*, verificamos um consenso: Ésquilo constrói a imagem do persa segundo os valores atenienses e define um cenário de conflito entre as ações sobressalentes dos sujeitos trágicos e os ideais da vida *políade*. Em função dessa perspectiva, *Persas* estagnaria na dualidade estanque entre *bárbaros* sujeitos à bancarrota e atenienses conscientes dos valores da comunidade cívica em meio à estruturação social da democracia. Devemos considerar, como elemento fundamental que sustenta essa perspectiva, que o *choregos* responsável pela peça foi o jovem Péricles, que se tornaria um dos cidadãos de maior influência na defesa dos valores democráticos na *pólis* ateniense. Com isso, verificamos que o *discurso* de Ésquilo em *Persas* teria contribuído para a *representação* do persa enquanto *bárbaro* por meio de suas ações desmedidas, traçando, sob o prisma da cidadania ateniense, o ideal de vida dedicada aos princípios cívico se atentando para os possíveis distúrbios políticos e sociais resultantes da *hybris*. Por esse consenso, o *discurso* de Ésquilo na obra corresponde aos interesses de grupos políticos defensores da ordem *políade* sob a égide da democracia.

Podemos encontrar diversas referências a esse modelo de observação.

Na perspectiva de Ana Paula Sottomayor, o principal elemento de diferenciação dos helenos para com outros povos, no curso das guerras contra os persas, era a liberdade condicionada pelas leis da *pólis*. Segundo Sottomayor, por meio do sonho da rainha Atossa (vv. 181 – 200), Ésquilo pretendia expor o temor helênico sobre dominação estrangeira. Além disso a autora nos chama a atenção para um comentário

---

<sup>7</sup>Para este trabalho nos concentramos em estudos e apontamentos sobre alteridade e identidade entre helenos e persas no teatro ateniense e na tragédia de Ésquilo, como os dos historiadores anglo-americanos Paul Cartledge, A. R. Burn, B. M. W. Knox, J. K. Davies; das historiadoras francesas Nicole Loraux e Catherine Peschanski; linguistas e historiadores portugueses como Jorge Deserto, Ana Paula Sottomayor, Maria do Céu Fialho e Maria de Fátima Silva; historiadores brasileiros como Guilherme Moerbeck, Maria Regina Candido, Cristiano Bispo. A contribuição de cada autor ou autora foi fundamental para uma noção geral sobre as possibilidades de renovação historiográfica na investigação da Pérsia antiga por meio da documentação helênica.

do coro acerca das motivações atenienses no combate: quando a rainha questiona o coro sobre a liderança que conduz o exército ateniense (v. 241), o coro responde que “*eles não são escravos nem súditos de ninguém*” (v. 242). Para Sottomayor, os referidos trechos permitem verificar a dualidade contrastante entre helenos e *bárbaros* através da distinção entre liberdade e servilismo. Nessa perspectiva, a *representação* da monarquia persa projeta a barbárie no sentido da opressão e do centralismo político, diferenciando-se de um ideal comum helênico: a liberdade (SOTTOMAYOR, 1974: 43-5).

O historiador Paul Cartledge<sup>8</sup> ratifica a perspectiva da dualidade entre helenos e bárbaros considerando, como Sottomayor, o pan-helenismo presente na produção literária, sobretudo em Ésquilo. Para Cartledge, as Guerras Greco-Pérsicas foram as catalisadoras na construção do “outro” por meio do estereótipo depreciativo “inventado” pelos escritos acerca da derrota persa no conflito (CARTLEDGE, 1993: 11). Os valores helênicos ressaltados nas obras pós-guerra, segundo Cartledge, tinham apelo de “propaganda” reverenciadora da vitória helênica (CARTLEDGE, 1993: 39). Para o autor, embora haja referência à relevância de Atenas no conflito, a descrição do *bárbaro* possibilitou a criação de sentidos para a adesão de cidades à Liga pan-helênica comandada por Atenas contra a suposta ameaça persa. Por esse viés de análise, Paul Cartledge defende a perspectiva da definição coletiva do *bárbaro* através de valores eminentemente helênicos, ratificando a condição de barbarismo dos persas na síntese da identidade helênica, sujeitando, paralelamente, a *pólis* ao lugar comum das *representações* do *bárbaro*, corroborando os estudos da historiografia francesa sobre o assunto.

As historiadoras Nicole Loraux<sup>9</sup> e Catherine Peschanski<sup>10</sup> destacam-se no estudo da *pólis* como espaço comum na *representação* do “outro”. Estas autoras

---

<sup>8</sup>CARTLEDGE, Paul. *The Greeks: a portrait of Self and Others*. New York: Oxford University Press, 1993.

<sup>9</sup>LORAU, Nicole. *A cidade grega pensa o um e o dois*. IN: CASSIN, Barbara (org.). *Gregos, Bárbaros*,

colaboram com a perspectiva da formação da *identidade* coletiva dos atenienses através das formas definidas do *bárbaro* nos esquemas literários a partir do século V a.C. No processo de formação da democracia ateniense, segundo as autoras, a produção literária ateniense elaborou o ideário da diferenciação com povos não-helenos segundo os *nomoi*: a forma da vida cultural emana do eixo de organização política e social da cidade. Sendo assim, a *pólis* ateniense conservaria sua organização peculiar por meio do conjunto de propostas cívicas assentadas, sobretudo, no exercício comum da oralidade nas instituições democráticas. Em suma, a forma homogênea da cidadania ateniense tem na *pólis*, o espaço limítrofe e comum da oposição entre heleno e *bárbaro* (LORAU, 1993: 77-80) (PESCHANSKI, 1993: 66-7).

Em termos de *representação* presente em seu estudo, Nicole Loraux ainda enfatiza que a *pólis representa* o “outro” de acordo com a *representação* que constrói de si mesma. A imagem do *bárbaro* advém da *representação* dos valores cívicos conjugados no sentido de uma *identidade* ateniense una e adversa ao “outro”. Nesse caso, Loraux situa as tragédias, celebradas nas Grandes Dionísias, no espaço das *representações* ideais em virtude da estabilidade e do equilíbrio social no interior da *pólis*. Por meio deste objetivo, a tragédia *representa* as práticas culturais e políticas do *bárbaro*, contrárias aos valores políades, como via segura de garantir o ideal do exercício cívico ateniense nas várias dimensões da *pólis* (LORAU, 1993: 75-7).

Nos mesmos apontamentos de Loraux, podemos verificar precedentes para se discutir o espaço da *pólis* por vias da homogeneidade nas decisões e *representações*. Presente na dinâmica decisória das assembleias em Atenas, a *diáphora*<sup>11</sup>, instala o

---

*Estrangeiros. A Cidade e seus outros*. Trad.: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

<sup>10</sup>PESCHANSKI, Catherine. *Os Bárbaros em confronto com o tempo (Heródoto, Tucídides, Xenofonte)*. IN: CASSIN, Barbara (org.). *Gregos, Bárbaros, Estrangeiros. A Cidade e seus outros*. Trad.: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

<sup>11</sup>Segundo os estudos de Nicole Loraux, *diáphora* está relacionado à diferença ou discórdia no livre

processo da discórdia política, da divisão em opiniões adversas e antagônicas entre grupos em conflito na democracia ateniense, à saber: a cisão *olígoi e polloi*<sup>12</sup>. Ainda ressaltando um estado provável de antagonismo, Loraux persiste no conceito de construção da simetria ou da homogeneidade entre os grupos políticos em conflito sob a ótica da *stásis*<sup>13</sup> presente na documentação textual em princípios do século V a.C. Do estado de adversidade intercambiável entre os grupos políticos deriva, segundo Loraux, o termo *homoioi*, ou seja, o “outro” pensado num campo político (LORAUX, 1993: 90). Desse termo, torna-se possível compreender que o “outro” no discurso político de um dos grupos nem sempre reside às margens da *pólis*: quando se opera a oposição entre os grupos nas assembleias, o “outro” resulta da *representação* dos valores do grupo antagônico.

Considerando o contexto social dos autores atenienses do quinto século e a instauração do regime de *demos* pela reforma de Clístenes, a democracia em Atenas levou membros das famílias aristocráticas ao declínio político. De fato, com a ampliação da participação política entre os cidadãos atenienses, os homens provenientes das famílias abastadas foram levados a abrirem mão de parte de suas funções, permitindo que o *demos* deliberasse acerca de diversos aspectos legais e participasse das atuações políticas no interior da *pólis*. Entretanto, também devemos

---

exercício da fala em assembleia. LORAUX, Nicole. *A cidade grega pensa o um e o dois*. IN: CASSIN, Barbara (org.). *Gregos, Bárbaros, Estrangeiros. A Cidade e seus outros*. Trad.: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. p. 82.

<sup>12</sup>Segundo Joseph Ober, *olígoi* pertence à nomenclatura política grega e significa “poucos”, isto é, o poder e a vontade dos poucos. No que se refere à *polloi*, significa “muitos”, portanto, o poder e a vontade da maioria. OBER, Joseph. *The Original Meaning of “Democracy”: Capacity to Do Things, not Majority Rule*. *Constellations*, Vol. 15, No. 1 (2008), pp. 3-9

<sup>13</sup>De acordo com Peter Jones, a *stásis* (conflito civil interno) era endêmica no mundo grego (Atenas só passou por ela duas vezes, em 411 e 404) e pode-se entendê-la melhor pensando-a como ação de grupos descontentes de indivíduos que viam sua própria condição social ameaçada por outros. JONES, Peter V. *O Mundo de Atenas: uma introdução à cultura clássica ateniense*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 145.

nos atentar sobre influência dos oligarcas junto à sociedade ateniense, que se manteve no decorrer do século V a.C., e somente em algumas poucas ocasiões os mesmos tentaram efetuar um “golpe” político. Sobre esse contexto, podemos questionar os modelos de observação acerca das *representações* de dualidade entre helenos e *bárbaros* apresentados anteriormente. Voltemos a uma análise mais precisa entre a relação do *discurso* contido em *Persas* com o contexto social e político de Ésquilo no viés da concomitância dessa relação com os supostos indícios de intencionalidade nas *representações do bárbaro*.

Podemos encontrar diversas interpretações acerca das *representações do bárbaro* na obra de Ésquilo sob o prisma da cidadania e da democracia<sup>14</sup>. No entanto, também é possível nos determos, ainda que parcialmente, em uma outra interpretação sobre as *representações do bárbaro* em *Persas*.

Nos chama a atenção o tratamento dado ao conselho de anciãos que abriga o palácio real na ausência de Xerxes. Em dois trechos distintos da peça, podemos verificar, sob o olhar de Ésquilo, o papel de prestígio gozado por esse grupo na esfera política e social da Pérsia. Ao partir para a guerra, o coro de anciãos ratifica sua autoridade frente ao rei alegando que “foi Xerxes, nosso rei e senhor, filho de Dario, quem em atenção à nossa dignidade de anciãos, nos escolheu para velar pelo país” (v.5). Em seguida, dada a aparição da rainha Atossa, a mesma relata seus receios sobre a expedição de Xerxes frente aos anciãos e sua fala parece legitimar o poder desse grupo: “Sendo, pois as coisas como são, aconselhai-me sobre estas matérias, Persas,

---

<sup>14</sup>A historiografia estudada e analisada para a composição deste trabalho, descrita anteriormente, na medida em que analisa as motivações de Ésquilo na elaboração da obra em questão sob os conceitos de alteridade e identidade, persiste em situar a tragédia no contexto da valorização dos ideais da pólis ateniense na construção da democracia. Esses autores, a via de regra, apontam as intenções de Ésquilo no curso da idealização do sistema democrático, da liberdade e identidade ateniense, o solo e as próprias raízes no passado, bem como o âmbito sagrado dos próprios deuses. Nosso trabalho propõe uma investigação pelo viés do discurso e da representação objetivando a busca de resultados diferentes no que se refere às motivações de Ésquilo em seu contexto histórico.

*meus velhos e fiéis servidores: só de vós espero um conselho sincero*” (vv. 170-173). Decerto, Ésquilo posicionou o conselho de anciãos num plano de relevo das decisões da corte persa. Nesse sentido, cabe a rainha e aos anciãos o poder legítimo da monarquia persa. Essa composição de poder, consideravelmente aristocrática, é *representada* como uma fonte lúcida e autêntica de comando político.

Recorrentemente, atribui-se a legitimidade à tradição criada pelo antecessor de Xerxes: rei Dario. Justamente na imagem de Dario reside uma possibilidade de interpretação da monarquia persa na peça de Ésquilo.

Em diversos trechos podemos encontrar alusões ao rei Dario como autor responsável pela grandeza do império persa, sobretudo nos versos que marcam a aparição do monarca (v. 164; vv. 551-555; vv. 640; v. 643; v. 650; v. 655; v. 660; v. 711; v. 855; v. 860). Através da figura de Dario, Ésquilo *representa* o passado do império persa a um período áureo e abundante como resultado da fidelidade do rei às tradições. Não se trata de diferenciar e *disforizar*<sup>15</sup> a monarquia persa frente à construção da democracia ateniense: a exposição de Ésquilo, nestes trechos, *euforiza* valores e *práticas* condizentes com a tradição aristocrática quando *representa* na monarquia persa sob o comando de Dario num passado enfaticamente distante dos tempos da *hybris* de seu filho Xerxes.

Considerando esses aspectos, podemos verificar a legitimidade conferida ao Conselho de Anciões e ao governo de Dario *representada* pelos valores aristocráticos flutuantes no *discurso* de Ésquilo.

Segundo Eni Orlandi, no *discurso* encontra-se a linguagem capaz de produzir sentidos produzidos por sujeitos ou por um grupo de sujeitos num determinado

---

<sup>15</sup>Como nos esclareceram os linguistas Algirdas Greimas e Joseph Courtés, o ato de disforizar reside na

valorização de um microuniverso semântico, no intuito de desqualificar as práticas socioculturais de um grupo, enquanto euforizar significa a qualificação de práticas socioculturais. GREIMAS, Algirdas J.; COURTES, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1987, p.130.

contexto histórico. Seria por intermédio do *discurso* que os valores preconizados por um grupo de sujeitos podem se manifestar conforme a necessidade do meio social (ORLANDI, 1999: 17). Sendo assim, o *discurso*, de acordo com Pierre Bourdieu e convergindo com Orlandi, transmite os sentidos capazes de legitimar valores e *práticas* associados ao poder de um segmento social que, por sua vez, evidencia a transmissão de sentidos socioculturais através das *representações* (BOURDIEU, 2009: 51-2). Bourdieu nos afirma que a *representação* seria uma construção social estabelecida por um sujeito, ou todo um segmento da sociedade, para explicar as práticas e as relações desenvolvidas em um meio social. Por conseguinte, Bourdieu ainda afirma que a representação apenas se torna possível graças ao contato existente entre o sujeito e o objeto, pois assim o mesmo pode fornecer sentido à realidade em que se encontra (BOURDIEU, 2009: 46).

Sabemos que Ésquilo não obteve contato efetivo com a Pérsia, e sim o fez através de sua experiência nas guerras como combatente em Maratona e Salamina. Não obstante, sua obra salta aos nossos olhos como uma vivência da guerra: somente através da guerra e da ameaça persa Ésquilo obteve a oportunidade de contatar persas e outros povos envolvidos no conflito. Não há dúvidas de que em virtude da ameaça eminente Ésquilo valorizou os sentidos da helenidade. No entanto, a exaltação da helenidade acabou por refletir a imagem do “outro”, considerado o *bárbaro*. Como visto acima, os sentidos produzidos no *discurso* através da *representação* do *bárbaro* exprime as escolhas de valores concernentes à manutenção do poder de um determinado segmento social.

Entendemos que o lugar de *fala* de Ésquilo esteve próximo dos segmentos aristocráticos e provavelmente de origem eleusiana, integrada ao regime de *demos* na Ática após a reforma de Clístenes e tendo Atenas como centro das instituições decisórias.

Os apontamentos do historiador Chester Starr sobre o contexto social de Atenas na primeira metade do século V a.C. nos permite estabelecer uma relação concomitante com o *discurso* da peça. Segundo Starr, a formulação das instituições democráticas no início do século V a.C., em suas primeiras décadas, dois grupos políticos se elevam: um grupo de origem aristocrática e mais conservador tendo Aristides como figura de destaque; e um grupo favorável às mudanças democráticas e mais próximo do ideal cívico e coletivo da *pólis* com destaque para a figura de Temístocles. Nesse período, como frisa Starr, na medida em que a assembleia obtém maior legitimidade, cria-se o mecanismo do ostracismo e, Aristides, em 482 a.C., fora ostracizado por influência direta de Temístocles (STARR, 2005: 40). A partir daí, Temístocles tornou-se a principal referência política de Atenas entre as forças que iriam combater a invasão persa comandada pelo rei Xerxes. A vitória helênica nas batalhas de Salamina e Plateia motivou, em Atenas, a criação da Liga de Delos por meio da influência marítima alcançada pela frota ateniense, com a contribuição política de Temístocles (GUARINELLO, 1994: 14). Aristides se fez representante da criação da Liga em 478/7 a.C. assumindo as responsabilidades na composição da aliança naval. A partir dos primeiros resultados históricos da Liga até a metade do quinto século, Starr nos chama a atenção para um “*reflorescimento do conservadorismo em Atenas*” (STARR, 2005: 40).

As pretensões da Liga dividiram as duas principais responsáveis pela vitória helênica contra os persas: Atenas e Esparta. No entanto, de acordo com a classicista portuguesa Maria do Céu Fialho, na ocasião em que *Persas* foi apresentado, em 472 a.C., o general Címon, filho de Milcíades, o comandante das forças atenienses em Maratona, desbancava como figura influente dos grupos políticos aristocráticos e defendia a aproximação entre Atenas e Esparta, visto a necessidade de restabelecer a unidade helênica contra a ameaça persa, enquanto Temístocles propunha a liderança da força ateniense contra uma provável querela espartana (FIALHO, 2004: 224-5).

Corroborando com os apontamentos de Fialho, o historiador Norberto Luiz Guarinello acrescenta que Címon liderou os ataques que expulsariam definitivamente os persas do mar Egeu no combate ativo a armada fenícia inibidora das atividades comerciais marítimas (GUARINELLO, 1994: 16). O êxito da liderança de Címon em Atenas pode ter contribuído decisivamente para o predomínio dos grupos aristocráticos nas décadas de 470 e 460 a.C., sobretudo, para o ostracismo de Temístocles.

Ao analisarmos o *discurso* de Ésquilo em *Persas*, percebemos que os valores aristocráticos invocados no Conselho dos Anciãos e na autoridade monárquica de Dario podem estar firmemente associados ao contexto histórico de Atenas do pós-Guerras Greco-pérsicas. Ésquilo tende a *representar* como *bárbaro* o rei Xerxes e os desfechos políticos e militares do seu tempo enquanto agente responsável pela *hybris*, diferenciando-se de um outro escopo persa vinculado à figura de Dario. Portanto, podemos considerar, ainda que parcialmente, a *representação* do *bárbaro* em *Persas* ligada aos valores e *práticas* dos segmentos aristocráticos atenienses que correspondiam ao lugar de *fala* de Ésquilo frente a *pólis* ateniense. Em suma, no decorrer da luta política entre grupos aristocráticos e grupos favoráveis à democracia na primeira metade do quinto século a.C., Ésquilo pôde ter transmitido, através do seu *discurso*, os valores simbólicos preconizados pelos segmentos aristocráticos que materializou-se a partir das *lutas de representação* na esfera das instituições políticas de Atenas. Por essa razão defendemos a perspectiva de que o *discurso* construído pelo referido autor correspondia aos interesses do segmento social do qual fazia parte e que, devido a emergência do regime democrático em Atenas, acabou posicionando-se na busca pela representatividade política.

Por meio desta análise verificamos a possibilidade de reinterpretar a obra *Persas* de Ésquilo por meio do arcabouço teórico de *discurso* e *representação*, esquivando-se do viés convencional, geralmente capitaneado pela historiografia

francesa, de análise da tragédia ateniense como viés de formação da identidade ateniense em detrimento do “outro”.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL**

ÉSQUILO. *Persas*. Trad.: Manuel de Oliveira Pulquério. Lisboa: Edições 70, 1998.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BISPO, Cristiano. *As Guerras Médicas: Proximidade de fronteiras étnicas e geográficas entre atenienses e etíopes nos séculos VI e V a.C.*. In: Revista Mirabilia nº 3 ano 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O Senso Prático*. Trad.: Maria Ferreira. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas linguísticas*. In: ORTIZ, Renato (org.).

Bourdieu – Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

CANDIDO, Maria Regina. *Teatro, Memória e Educação na Atenas Clássica*. IN: LESSA, F. S; BUSTAMANTE, R. M. C. (orgs) *Memória e Festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

\_\_\_\_\_. *Sólon e as fronteiras sagradas da região de Eleusis*. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História ano 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução – uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações – contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papiros, 2000.

CARTLEDGE, Paul. *The Greeks: a portrait of Self and Others*. New York: Oxford University Press, 1993.

CASTIAJO, Isabel. *O Teatro Grego em Contexto de Representação*. Coimbra: IUC, 2012.

DAVIES, J. K. *The Greece After the Persian Wars*. In: The Cambridge Ancient History nº V. Cambridge University Press: Cambridge, 2008.

- FIALHO, Maria do Céu. *Os Persas de Ésquilo na Atenas do seu tempo*. In: Revista Máthesis nº 13 ano 2004.
- GREIMAS, Algirdas J.; COURTES, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1987.
- JONES, Peter V. *O Mundo de Atenas: uma introdução à cultura clássica ateniense*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- KNOX, B. N. W. *Athenian Religion and Literature*. In: The Cambridge Ancient History nº V. Cambridge University Press: Cambridge, 2008.
- KYRIAKOU, Poulheria. *The Past in Aeschylus and Sophocles*. Berlin: De Gruyter & Co., 2011.
- LESKY, Albin. *A Tragédia Grega*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- LORAUX, Nicole. *A cidade grega pensa o um e o dois*. IN: CASSIN, Barbara (org.). *Gregos, Bárbaros, Estrangeiros. A Cidade e seus outros*. Trad.: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- MOERBECK, Guilherme Gomes. *A forma, o discurso e a política. Gerações da tragédia na Atenas do século V a.C.* Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. 2007.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. SP, Pontes, 1999.
- PESCHANSKI, Catherine. *Os Bárbaros em confronto com o tempo (Heródoto, Tucídides, Xenofonte)*. IN: CASSIN, Barbara (org.). *Gregos, Bárbaros, Estrangeiros. A Cidade e seus outros*. Trad.: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- SOTTOMAYOR, Ana Paula. *O anonimato dos bravos de Salamina nos 'Persas' de Ésquilo*. Humanitas: Coimbra, 1974.
- VERNANT, J-P e VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1988

# Resenhas

## OS AGENTES DE PODER NA URBE ROMANA

*Junio Cesar Rodrigues Lima<sup>1</sup>*

Segundo Norbert Rouland<sup>2</sup>, o passado não pode ser confundido com aquilo que está definitivamente encerrado. Nele podem ser encontrados as raízes da sociedade e os movimentos de longo prazo que conduziram as comunidades humanas ao seu destino atual. Partindo desse pressuposto, Rouland defende “um retorno à época em que foram engendradas as infraestruturas dos temas cardiais que ainda hoje norteiam o conceito de homem urbano” (ROULAND, 1997, P. 15), ou seja, uma análise das origens da civilização ocidental, considerando os valores do mundo greco-romano (séculos V ao I a. C.), a fim de demonstrar as similaridades entre o pensamento do cidadão da Roma antiga e o homem ocidental contemporâneo (ROULAND, 1997, P. 15).

---

<sup>1</sup> Historiador e teólogo. Pesquisador do Núcleo de Estudos da Antiguidade – UERJ, faz parte da linha de pesquisa CNPq "Discurso, Narrativa e Representação". Integra também o grupo de pesquisadores do Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia Transdisciplinar da UFF - NEHMAAT, fazendo parte da linha de pesquisa CNPq "Cultura, Economia, Sociedade e Relações de Poder na Antiguidade e na Idade Média" e, ainda, "Usos do Passado no Mundo Moderno e Contemporâneo". Professor de Estudos Romanos no Curso de Especialização em História Antiga e Medieval da UERJ. Especialista nas obras de Flávio Josefo com ênfase nas relações socioculturais entre romanos judeus no século I d. C. Atualmente desenvolve pesquisa sobre “Política, cultura e espaço sagrado na cidade de Cesareia: uma análise do projeto urbanístico de Herodes Magno no século I d. C.”.

<sup>2</sup> Dr. Norbert Rouland, nascido em 1948, professor-assistente da Universidade de Aix-Marseille III, leciona História do Direito e dos Fatos Sociais. Sua tese de doutorado tratou das relações de clientela na Roma antiga. É antropólogo, conferencista na Ecole des Hautes Etudes em Science Sociales e autor de diversas obras, como: “Nos Confins do Direito: antropologia jurídica da modernidade” (2003), “Direito das Minorias e dos Povos Autóctones” (1999), “Os Escravos Romanos em Tempos de Guerra” (1977), “Antropologia Jurídica” (1994), “Soleils barbares: roman” (1987), “Pouvoir politique et dépendance personnelle dans l'antiquité romaine” (1979), dentre outras.

O autor, em sua obra “Roma: democracia impossível?” problematiza os agentes de poder na *Urbe* romana e questiona se as superstições novas que substituíram as do passado modificaram essencialmente o homem de hoje a ponto de tornar inacessível ou incompreensível o homem do passado. Para ele, a história conduz à constatação da identidade do homem, pois existe uma comunhão de destino, interrogações, fortunas e desgraças entre nós e os que nos precederam. Entretanto, ao se debruçar sobre a seu objeto de análise, o historiador não pode desvalorizar as diferenças de tempo e espaço – “O estudo do passado [...] nos permite assim compreender melhor, e respeitar, os homens que nos cercam” (ROULAND, 1997, P. 16).

Esse entendimento conduz a utilização do diálogo entre a Etnologia, Arqueologia, Sociologia e Antropologia a serviço de um história mais abrangente, fazendo o que Norbert Rouland chama de “entrecruzamento do passado com o presente” (ROULAND, 1997, P. 16). Entretanto, tamanha diversidade poderá levar o historiador a um estudo ininterrupto e demasiadamente abrangente, por isso, é fundamental escolha de um tema norteador. Rouland então delimita o seu objeto de estudo ao desenvolvimento da democracia. Segundo ele, tal regime nunca existiu em Roma. Em contrapartida, a pesquisa sobre as lutas políticas e sociais, bem como, sobre os agentes de poder nas origens da civilização ocidental acarretarão na compreensão da infraestrutura social e política do ocidente contemporâneo.

Assim sendo, Norbert Rouland trata dos seguintes problemas: Em algum momento da história existiu a possibilidade de Roma adotar a democracia? O entendimento de democracia na antiguidade é o mesmo contemporâneo? Roma conheceu a democracia ateniense? Existiu algum tipo de possibilidade de implantação da democracia durante o desenvolvimento da *Urbe*? Por que Roma jamais adotou o regime democrático? Qual foi a alternativa romana contra a democracia? Existem relações entre a democracia antiga e a democracia moderna? Para resolver essas questões, Rouland adota as seguintes hipóteses norteadoras:

- A evolução das circunstâncias socioeconômicas da Roma republicana tornou possível a democracia, entretanto, os romanos não se interessaram e por vezes rejeitaram tal regime;
- Os próprios atenienses, considerados como criadores da democracia, entendiam o termo de forma diferenciada da contemporaneidade. Segundo Rouland (1997, P. 18), para se compreender democracia, é preciso recorrer à história das mentalidades, fazendo comparações entre os direitos do povo de Atenas e de Roma, focalizando na luta contra a democracia por parte das elites romanas, efetivadas nas relações de clientela;
- A Grécia, a partir do século II a. C., passa a exercer grande influência sobre o pensamento e os costumes romanos. Sabe-se que desde o século VII, a Grécia estava presente em Roma, por intermédio dos Etruscos e que toda a parte meridional da Península Itálica estava repleta de colônias gregas. Entretanto, a Grécia que os romanos conquistaram não era mais aquela das grandes Cidades Estados do tipo ateniense ou espartano, mas a das grandes monarquias helênicas, nascidas do desmembramento do Império de Alexandre, com forma de governo centrado num poder pessoal e estranha a toda ideia e tradição democrática.
- O contato romano com a democracia grega foi desenvolvido através do acesso aos escritos filosóficos (ROULAND, 1997, P. 120). Entretanto, não se pode confundir a helenização de Roma com a introdução de um regime democrático. Os patrícios não estavam dispostos a aceitar tudo que vinha da Grécia (ROULAND, 1997, P. 113-115);

Durante o desenvolvimento da Urbe podem-se destacar pelo menos cinco possibilidades de se ter iniciado a democracia. A primeira delas ocorre com as reformas de Sêrvio Túlio quando foi criada uma nova assembleia popular, a dos comícios ditos “centuriais”, a fim de participar das decisões em matéria de declaração

de guerra, na assinatura de tratados, votação das leis (ROULAND, 1997, P. 43).

A segunda ocorre quando a plebe cria instituições para garantir seus direitos junto aos patrícios, visando dar ao povo o poder de determinar o seu destino, até então impedido pelos monopólios exercidos pela aristocracia dirigente. Surge assim o “tribuno da plebe”. Entretanto, o *tribunato* constituía um colegiado onde vários tribunos exerciam suas funções simultaneamente, podendo neutralizar atos individuais. Além disso, foi criada também a *concilia plebis*, uma assembleia que viabilizava a discussão e a votação das leis plebeias (ROULAND, 1997, P. 66-67). Outra possibilidade foi a proclamação do livre acesso á justiça, viabilizando o acesso dos plebeus à magistratura (ROULAND, 1997, P. 94).

A quarta possibilidade surge da helenização de Roma. O contato com os escritos filosóficos modifica o pensamento e o comportamento de uma facção da classe política dos anos 150, conduzindo a ideia de justiça política e social. Assim ocorrem algumas tentativas de aplicar esses conceitos, como foi o caso dos irmãos Graco que iniciaram uma reforma agrária, a fim de amenizar as desigualdades e diminuir o poder dos privilegiados; e uma reforma jurídica com o intuito de tornar a justiça mais justa (ROULAND, 1997, 121-141).

A quinta possibilidade reside nos mais variados comícios criados por Roma a fim de fazer valer o sufrágio de vários segmentos da sociedade, onde até mesmo mulheres e os não-cidadãos podiam votar. A utilização do voto escrito, depois de certo período, também favorecia a democracia garantindo liberdade eleitoral (ROULAND, 1997, 211-216).

Norbert Rouland (1997, P. 215) afirma que “a despeito das reformas, cuja intenção era democrática, Roma afasta-se cada vez mais de uma solução desse tipo. “Entre os Gracos (130 a. C.) e Silas (80 a. C.), os dados já haviam sido lançados: Roma será uma monarquia imperial”. Desde a fundação da cidade, apesar das possibilidades, os patrícios repudiaram qualquer processo de democratização fazendo uma revolução

de direita e criando a República (ROULAND, 1997, P. 55). Para ele “as relações de clientela representam uma das melhores armas no combate quase sempre vitorioso que os próceres romanos dirigiam contra as tentativas de democratização da vida política” (ROULAND, 1997, 216). Associada a visão da desigualdade de direitos entre *popullus* (aristocracia patrícia) e *plêthos* (massa, população) tal relação que perpassa toda a história política romana foi utilizada para perpetuação do poder e desenvolvimento econômico dos patrícios. Roma foi Monarquia, República e Império sem adotar um regime que a lançaria politicamente nas mãos da plebe. A principal relação entre a democracia antiga e a democracia moderna ressaltada por Norbert Rouland reside na:

Permanência constante de certas funções das relações de clientela, em particular a de ser um instrumento que viabiliza a distribuição do poder e medeia a distribuição de vantagens econômicas, que emanam do poder central em direção à periferia. Segundo ele, o conceito de democracia, que os regimes parlamentares europeus herdaram de Atenas, limita-se, a dois aspectos: a maioria numérica e a crença de que os cidadãos são capazes de compreender e discernir o que é o verdadeiro interesse da coletividade, seja por si mesmo ou por intermédio de seus representantes (ROULAND, 1997, P. 450-451).

A fim de validar suas hipóteses, Rouland recorre, cita e analisa a seguinte documentação: a) documentação textual de autores gregos e latinos como Apiano (160 d.C.), Aristóteles (384 - 322 a.C.), Augusto (63 a.C. - 14 d.C.), César (101 – 44 a.C.), Cícero (106 – 43 a.C.), Dionísio de Halicarnasso (1 d.C.), Juvenal (60 – 140 d.C.), Marcial (38 – 104 d.C.), Platão (428 – 347 a.C.), Plauto (254 – 184 a. C.), Plutarco (45 – 125 d.C.), Políbio (200 – 125 a.C.), Salústio (87 – 35 a.C.), Tito Lívio (59 a.C – 17 d.C.), dentre outros; b) dados numéricos e estatísticos da época; c) iconografia da moeda de Licinius Nerva a fim de representar o sufrágio (ROULAND, 1997, P. 212).

O autor também faz inferência a autores contemporâneos como F. Brandel, Malraux, M. Meslin (1978), L. R. Manager (1972), M. Lindove (1978), P. Grimal (1979), J. C. Richard (1978), E. L. Peters (1968), J. Macqueron (1975), J. Gaudemet (1967), C. Nicolet (1976), R. T. Scott (1969), L. Ross Taylor (1969), C. Nicolet (1967), H.

C. Boren (1978), P. Veyne (1978), J. Lambert (1963), E. Deniaux (1897), E. Borneman (1979), J. K. Kampbell (1976), dentre outros, contextualizando o objeto de estudo com certos fatos sociais da França e demais países da Europa. Utiliza ainda tabelas demonstrando a organização das assembleias populares sob a república romana e dados cronológicos. Com isso, ele refuta as hipóteses de que:

- A plebe na sua totalidade não passava de uma turba de bandoleiros, vagabundos sem credo e sem lei;
- Em Roma existia apropriação familiar do trono;
- Os comícios representavam o desejo da aristocracia pastoril de compartilhar o poder com a plebe;
- Os plebeus sempre gozaram de direito a cidadania e estiveram inseridos no culto da cidade;
- As relações de clientela foram estabelecidas com o intuito de viabilizar o acesso da plebe a magistratura;
- A pressão dos patrícios sobre os plebeus se limitava ao conhecimento dos atos que são aptos a gerar direito;
- A helenização da elite romana apontava para um desejo de democracia;
- Com a criação das instituições plebéias, os patrícios ficaram em igualdade de poder com a plebe;
- O sufrágio público trabalhava a favor da democracia;
- Roma adotou o voto secreto;
- Os soldados eram movidos apenas por ideais patrióticos;
- As relações de clientela desapareceram com o fim da República;
- O estabelecimento de colônias estava associado somente à ampliação do território;

- A democracia antiga é completamente distinta da democracia moderna.

Ao estabelecer uma conexão ascendente entre a democracia moderna e a democracia antiga, Norbert Rouland, apropria-se do método de abordagem indutivo, visando constatar que aquela possui traços da democracia antiga representada na permanência das relações de clientela e no poder representativo.

Como método de procedimento, Rouland faz uso dos métodos histórico e comparativo. Ele investiga os acontecimentos, processos e as instituições ligadas à história da democracia visando verificar suas influências na sociedade atual. Rouland parte do princípio que a democracia atual tem sua origem na Antiguidade. Assim ele realiza comparações, citando em diversas oportunidades fatos sociais da Revolução Francesa, do Império Napoleônico, da Revolução Industrial, dentre alguns outros, com a finalidade de verificar semelhanças e estabelecer divergências. Ele ainda valoriza o Materialismo Histórico desenvolvido por Karl Marx demonstrando a importância dos fatos econômicos no desenvolvimento da democracia. Também demonstra compactuar com a Escola dos Anales ao ressaltar a importância do diálogo interdisciplinar para se compreender o passado, fazendo uso da Sociologia, Filosofia, Antropologia, Psicologia, Direito, Arqueologia, Numismática, dentre outras disciplinas. O autor ainda faz uma descrição arquitetônica da cidade associando suas construções a cosmovisão e legitimação do poder romano.

Como técnica de pesquisa, Rouland utiliza a documentação indireta enfatizando a pesquisa de procedimento documental (documentação textual) e a pesquisa de procedimento bibliográfico (documentação historiográfica), visando obter resumo de assunto. O autor utiliza todas as fontes de informação disponíveis, principalmente textos literários e jurídicos, entretanto, sua postura deixa bem claro que para ele os textos não dizem tudo, por isso, sua preocupação com o diálogo interdisciplinar. Apesar disso, Rouland tenta usar uma linguagem despojada do rigor

acadêmico apresentando um aparato científico minimizado.

Norbert Rouland conclui que, apesar das possibilidades apresentadas, Roma não adotou o regime democrático porque tal regime descentralizaria o poder das mãos da aristocracia, contrariando seus interesses. Semelhantemente, o clientelismo romano, em certo sentido presente nas sociedades contemporâneas, preservava, ampliava, particularizava e selecionava os privilégios políticos, contrariando a democracia. A rejeição da democracia foi o preço pago pela construção do Império. Segundo Rouland, não há como colocar clientelismo e democracia do mesmo lado da sociedade.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ROULAND, Norbert. **Roma, democracia impossível?** Os agentes de poder na Urbe romana. Tradução de Ivo Martinazzo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

## O IMPERIALISMO ROMANO NA HISPÂNIA: O CASO DE SAGUNTO

*Semiramis Cori Silva<sup>3</sup>*

Nas últimas décadas uma nova perspectiva de análise tem se mostrado útil para os historiadores repensarem a dinâmica do Imperialismo Romano. Trata-se da proposta da vertente teórica dos Estudos pós-coloniais – *Post-colonial studies*, que tem seu caráter inaugural nas obras *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (1978) e *Cultura e Imperialismo* (1993), de Edward Said, teórico palestino radicado nos EUA. Nestas obras, especialmente na segunda, Said examina a cultura e as práticas imperialistas como “dinâmicas e produtoras de inúmeras relações de poder. Said nos possibilita observar que os contatos culturais são compostos pela coexistência, cooperação e/ou combate ao longo das interações socioculturais produzidas entre as sociedades” (CAMPOS, 2014, p. 29). Como sabemos, as análises de Said estão ligadas às dinâmicas da história contemporânea e centradas nos estudos de documentos do período de auge do Imperialismo moderno e seus desdobramentos posteriores. No entanto, é notório como tais reflexões estão sendo importantes também para os estudos sobre a dinâmica do poder imperial romano com as províncias em leituras que percebem o Imperialismo Romano muito mais dentro de relações de negociação e interações culturais do que em atitudes de dominação e submissão das populações provinciais por Roma. Como exemplos desta perspectiva, temos as obras *Becoming Roman* (1998), de Greg Woolf, *O Imperialismo Romano* (2010), de Richard Hingley e *Rome’s Cultural Revolution* (2008), de Andrew Wallace-Hadrill.

Com o amplo desenvolvimento dos estudos de História Antiga no Brasil nos últimos anos, o intercâmbio cada vez maior entre pesquisadores estrangeiros e

---

<sup>3</sup> Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista, UNESP/Franca.

universidades brasileiras e pesquisadores brasileiros e universidades estrangeiras, o aumento considerável de programas de pós-graduação contando com profissionais especialistas em História Antiga, o aumento na publicação de livros e revistas e organizações de congressos especializados, nosso país não tem ficado atrás nos debates mais atuais sobre o Império Romano, como os inseridos na proposta acima apresentada sobre as novas leituras das dinâmicas imperialistas entre Roma e as províncias. Como exemplo destas leituras, no Brasil, vemos apresentar ao meio acadêmico o livro de Carlos Eduardo da Costa Campos, *A estrutura de atitudes e referências do Imperialismo Romano em Sagunto. Séculos II a.C. - I d.C.* Tal obra é fruto da Dissertação de mestrado do autor, defendida em 2013 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, sob orientação da Profa. Dra. Maria Regina Cândido.

Nesta pesquisa, o historiador desenvolve uma nova possibilidade de leitura sobre a reconstrução da *ciuitas* de Sagunto, localizada na província da Hispânia Tarraconense, que foi destruída durante a Segunda Guerra Púnica pelos cartagineses, inimigos dos romanos nesta guerra. Assim, o autor volta sua atenção para as estruturas de *referências* utilizadas pelo Imperialismo Romano na reconstrução e consolidação de seu poder na cidade e para as *atitudes* dos provinciais a fim de se integrarem ao Império. O recorte temporal aborda o período entre os séculos I a.C. e I d.C., quando o autor percebe que ocorrem transformações geográficas significativas em Sagunto com o contato com os romanos. Desta forma, há uma opção pela abordagem do tema na *longa duração*, uma vez que a mesma permite “compreender não somente as modificações históricas, como também as permanências que ocorrem com o passar dos tempos nas sociedades” (CAMPOS, 2014, p. 28).

Para desenvolver seus objetivos o autor analisa variados tipos de documentos, de textos escritos à cultura material (planos urbanístico de Sagunto, moedas e material epigráfico). O arcabouço teórico se apoia nas propostas de Said e

sua problematização das ações imperialistas. Além disso, o autor se debruça sob o aporte da *História Política Renovada*, refletindo sobre a política atrelada ao cultural.

O livro está dividido em três capítulos, além do Prefácio (escrito pelo Prof. Dr. Pedro Paulo Funari – UNICAMP), Apresentação (escrita pela Profa. Dra. Maria Regina Cândido – NEA/UERJ), Introdução, Considerações finais e Apêndices. Na Introdução, o autor apresenta um debate historiográfico sobre a região de Sagunto e sua relação com o Império Romano. Neste debate, temos desde a visão de historiadores antigos, como Políbio, até debates mais contemporâneos, incluindo pesquisadores como Jérôme Carcopino, Géza Alföldy e Jacques Julliard. É interessante destacarmos que além da proposta de leitura ser inovadora por não ter encontrado a mesma forma de abordagem na historiografia apresentada, há uma falta de estudos sobre Sagunto no Brasil, o que também é um mérito do trabalho.

No primeiro capítulo, *A segunda Guerra Púnica e o início do processo imperialista romano em Sagunto*, o autor objetiva analisar a relação do poder imperial romano com Sagunto na Segunda Guerra Púnica (218-202 a. C.), entre Roma e Cartago. Inicialmente, há uma discussão sobre os significados da guerra no Imperialismo romano, refletindo, especialmente sobre o conceito de Guerra Justa (*Bellum Iustum*) para os romanos, usado como justificativa para tais conflitos. Neste sentido, Campos destaca o valor da religiosidade romana para a legitimação dos conflitos bélicos em todas suas etapas e relaciona os rituais *fetiales* como o momento de realização dos tratados (*foedus*) de guerra e fidelidade (*fides*), sendo que a falta de cumprimento do que fora acordado acarretava em penalidade. Isto foi o que aconteceu com a invasão de Sagunto pelos cartagineses comandados por Aníbal, uma vez que a região de Sagunto estava sobre proteção romana por meio da *fides*. Tal invasão gerou, como resposta romana, a Segunda Guerra Púnica. São analisados os mecanismos que ligam a aristocracia saguntina ao poder romano durante a guerra, percebendo um processo de *cooptação* e *colaboração política* entre os dirigentes romanos e seus aliados

provinciais, para isso, além de citações da documentação, o autor desenvolve debates historiográficos sobre o tema da vinculação entre provinciais e poder romano e sobre a temática do Imperialismo Romano.

Ainda no primeiro capítulo, o autor apresenta duas vertentes de interpretação sobre as causas do Imperialismo Romano, a primeira defendendo a ideia de um imperialismo defensivo e a segunda percebendo a expansão de Roma como um Imperialismo ofensivo, cujas teses, *grosso modo*, defendem a busca de segurança por Roma e a expansão econômica da cidade-Estado de Roma, respectivamente. A segunda perspectiva, no entanto, tem também a adesão de historiadores que percebem a expansão romana não apenas ligada a questões econômicas, mas também ligada à busca de prestígio, glória militar, honra, riqueza, defesa do patriotismo e manutenção de poder nas áreas de influência. Diante de tais perspectivas, para a leitura da ação imperialista romana, Campos compreende-a como um objeto complexo no qual as diferentes facetas (política, econômica e social) devem ser problematizadas conjuntamente e não de maneira isoladas e mesmo antagônicas. Neste mesmo sentido, o autor sugere que a dinâmica de contatos entre o poder romano e os provinciais não pode ser homogeneizada, concordando com Andrew Erskine de que “o sistema de poder romano foi vivenciado de distintas formas pelos povos que foram subjugados, desde a sua expansão na Península Itálica no século IV a.C. e após a conquista do Mediterrâneo com a Segunda Guerra Púnica, no século III a.C.” (CAMPOS, 2014, p. 73). Assim, temos desde contatos com a anexação e domínio de territórios por Roma, como contatos em que havia a criação de áreas de influência, mediante a *colaboração política* da elite nativa, como foi o caso de Sagunto, na leitura de Campos.

No segundo capítulo, *Edificando cidades e consolidado poderes: Sagunto e a elaboração romana das entidades geográficas (II a.C. - I d.C.)*, o autor analisa a reedificação de Sagunto, após a destruição na guerra com os cartagineses, como uma forma de integração local à dinâmica do poder romano. O autor inicia o capítulo com

uma reflexão sobre os significados da cidade antiga e a importância do estudo da mesma não apenas como construções e imagens, mas buscando analisar a relação da população com seu espaço político e geográfico e as cidades como dotadas de expressão cultural. Assim, o autor aborda a importância da relação entre História e Geografia, considerando as cidades do Império Romano “mais do que espaços físicos de cunho monumental, pois eram instrumentos essenciais para a difusão dos ideais políticos e culturais de Roma em áreas sob o seu controle” (CAMPOS, 2014, p. 85). As cidades do Império Romano são, desta maneira, consideradas como locais de difusão de uma identidade imperial, a *romanidade*, e de integração da diversidade étnica e cultural que compunham esse Império, criando o que o autor chama de *entidades geográficas*. Tal conceito é usado a partir do referencial de Said, definindo como a ação humana modela os espaços conforme seus interesses.

Diante do que foi apresentado acima, também no segundo capítulo, o autor apresenta como os romanos desenvolveram uma *estrutura de atitudes e referências* para assegurar seu poder nas regiões do Império. Essa estrutura seria um dispositivo do processo imperialista para levar a *romanidade* às províncias e tinha como palco principal de ação as cidades, sendo Sagunto um importante exemplo a ser estudado. O estudo é feito por meio da análise do plano urbanístico de Sagunto, atendo-se às áreas do fórum, do teatro, da cúria e do templo romano. Por meio destas construções “os romanos exerciam uma dominação de cunho geográfico-cultural que integrava os habitantes locais às suas práticas socioculturais, que poderiam ser assimiladas pela população provincial, como foi o caso de Sagunto, ou então, combatidas” (CAMPOS, 2014, p. 114). Nesta parte do texto além de planos urbanísticos, fotos tiradas pelo próprio autor no sítio arqueológico da antiga Sagunto são apresentadas. Outro material usado para mostrar as *imbricações culturais* – conceito que o autor também utiliza a partir do referencial teórico de Said – na região de Sagunto são as lâminas com imprecações mágicas, *defixiones*, encontradas na região. A conclusão que o autor tira

da análise das *defixiones* saguntinas é que as mesmas mostram as interações locais com gregos, romanos, fenícios e egípcios, assim como a apropriação de práticas socioculturais oriundas da metrópole, Roma.

Já no terceiro e último capítulo, *Entidades culturais: a consolidação do poder romano em Sagunto (I a.C. - I d.C.)*, o autor se debruça sobre a análise de um *corpus* de inscrições honoríficas de saguntinos para compreensão das condições de acesso à cidadania romana e sobre o sistema administrativo e religioso em Sagunto, visando perceber como estes elementos eram meios de integração da cidade com a dinâmica política do Império. Vemos que havia diferentes tipos de estatutos para as cidades e a fim de ganharem benefícios imperiais, as mesmas buscavam se adaptar aos modelos de administração romanos. Esta dinâmica envolvendo a faceta jurídica é interpretada pelo autor como um tipo de negociação político-cultural entre Roma e as cidades. Neste momento, percebemos como Campos alia as práticas políticas às esferas culturais para compreensão do Império Romano, algo imprescindível de ser feito pelo estudioso da Antiguidade, quando a política estava vinculada a outras esferas.

Como podemos ver, aliado aos atuais debates sobre várias facetas que envolvem o estudo do Império Romano, o livro de Campos torna-se uma leitura extremamente útil aos estudantes das sociedades antigas, mas também aos estudantes de História em geral, pois permite uma percepção sobre o trabalho do historiador, associando análise documental e crítica historiográfica.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CAMPOS, E. C. **A estrutura de atitudes e referências do Imperialismo Romano em Sagunto**. Séculos II a.C. - I d.C. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2014.

# Revista Eletrônica de Antiguidade **Nearco**

Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Sala 9030, Pav. João Lyra Filho, Bloco A  
UERJ – Campus Maracanã – Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2334-0227 - Email: [revistanearco@gmail.com](mailto:revistanearco@gmail.com)

Site: [www.revistanearco.uerj.br](http://www.revistanearco.uerj.br)

